



Universidade do Minho  
Instituto de Educação

Ana Alexandra Macedo Balinha Perceções sobre a Habitação Social: Retrato da realidade de Guimarães

Ana Alexandra Macedo Balinha

Perceções sobre a Habitação Social:  
Retrato da realidade de Guimarães

UMinho | 2015

janeiro de 2015





Universidade do Minho  
Instituto de Educação

Ana Alexandra Macedo Balinha

## Perceções sobre a Habitação Social: Retrato da realidade de Guimarães

Dissertação de Mestrado em  
Estudos da Criança  
Área de Especialização em Intervenção Psicossocial  
com Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho efectuado sob a orientação da  
Professora Doutora Ana Tomás de Almeida

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Ana Alexandra Macedo Balinha

**Endereço eletrónico:** anabalinha2@gmail.com

**Número do Bilhete de Identidade:** 12119181

**Título dissertação de mestrado:** Perceções sobre a Habitação Social - Retrato da realidade de Guimarães

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Tomás de Almeida

**Ano de conclusão:** 2015

**Designação do Mestrado:** Mestrado em Estudos da Criança - Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

É autorizada a reprodução parcial desta tese/trabalho, apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Universidade do Minho, 29/01/2015

Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

No decorrer deste estudo muitos foram os interlocutores, pelo que torna-se indispensável reconhecer a importância da colaboração de um conjunto de pessoas significativas:

À Professora Ana Tomás de Almeida pelas constantes palavras de motivação e apoio para a conclusão desta Tese.

À Professora Maria da Conceição Nogueira por todo o tempo que comigo despendeu e pelas sábias orientações e considerações que muito me ajudaram nesta longa travessia.

À CASFIG, E.M. pela autorização para a realização do estudo e pelo incentivo à sua realização e, muito especialmente, à Dr.<sup>a</sup> Cristina Dias que sempre se mostrou disponível para partilhar opiniões e dar sugestões.

A todos os residentes dos empreendimentos sociais participantes no estudo de caso, que se prontificaram a responder às minhas questões nas entrevistas, permitindo-me entrar na esfera da sua vida pessoal e social, revelando um grande espírito de colaboração.

À minha família pelo apoio e motivação ao longo deste longo percurso.

À Patrícia, à Vanessa e à Sara pelo incentivo e pelas valiosas opiniões e contributos que me foram dando.

Ao Hugo pelo apoio incondicional e, sobretudo, por acreditar que eu nunca iria desistir.

**Ana Balinha**

**Perceções sobre a Habitação Social:**

**Retrato da realidade de Guimarães**

## Resumo

Nos últimos anos diversas questões têm vindo a ser discutidas no que diz respeito às condições de vida das pessoas residentes em Habitação Social. De forma geral, a habitação foi desde sempre considerada um elemento necessário para o melhoramento do nível de vida, para ocorrer uma série de mudanças positivas nos modos de vida, da percepção que cada um tem de si e da relação com os outros.

O presente estudo visou, em primeira linha, aferir os sentimentos e percepções dos residentes em Habitação Social Municipal na cidade de Guimarães, tentando perceber qual o impacto que a obtenção de habitação teve nas suas vidas. Paralelamente, o presente estudo pretendeu também aferir a validade da Habitação Social como resposta social que visa gerar novas oportunidades para os seus residentes, quebrando ciclos de pobreza e exclusão social.

Para a concretização deste estudo de caso foram utilizados os seguintes instrumentos: a observação e a aplicação de uma extensa entrevista estruturada a uma amostra de 94 indivíduos residentes em sete empreendimentos sociais geridos pela CASFIG, E.M. na cidade de Guimarães.

Os resultados permitem observar que a melhoria das condições de vida destas famílias interliga-se com diversos fatores, como a habitação, a saúde, o emprego e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e organizacionais. Porém, conforme resulta dos resultados, a modalidade de Habitação Social nem sempre é uma resposta eficaz às necessidades dos que a procuram no concelho de Guimarães nem a habitação contribui de modo isolado para a quebra dos ciclos de pobreza e exclusão social das famílias que a obtiveram.

Não obstante, o estudo valida a premissa que a agregação de um elevado número de famílias com características comuns num mesmo espaço geográfico produz um efeito viral. Nessa medida, torna-se imprescindível alterar a cultura e as políticas habitacionais, urgindo integrar os indivíduos em ambientes mais neutros, que não conduzam à estigmatização social e ao agravamento da sua exclusão social.

O estudo conclui, por último, que a Habitação Social, enquanto resposta habitacional para os estratos mais desfavorecidos, encontra-se ultrapassada, dado não

cumprir com os objetivos de inclusão social. Nesse sentido, sugere-se, em alternativa ao realojamento convencional em habitação social, medidas mais dinâmicas e acessíveis à comunidade como por exemplo o Porta'65, o Subsídio Municipal ao Arrendamento e o Mercado Social ao Arrendamento, medidas que são fundamentais e que contribuem para a promoção do arrendamento no mercado particular por via dos apoios do governo central e dos municípios, sendo certo que quer estas medidas, quer outras com os mesmos fins, deverão ser reestruturadas de forma a poderem ser mais abrangentes e permitirem que um número mais alargado de cidadãos carenciados a elas possam recorrer.

**Palavras-Chave:** Habitação social, Perceções e condições de vida, Políticas de habitação social, Alternativas à habitação social.



## Abstract

Over the past years several questions have been discussed about people who live in Council Housing. In general, housing has always been considered an essential element to improve standards of living, to change some ways of living, the perception we have of ourselves and the way we relate with each other.

First of all, the present study aims to evaluate the feelings and perceptions of people living in Council Housing Estate in Guimarães, trying to understand the impact it has on those who benefit from this kind of housing. Alongside this, the present study also aims to assess the validity of Council Housing as a social answer to create new opportunities to their residents, breaking poverty cycles and social exclusion.

The following elements have been used In order to accomplish this case study: the observation and practical application of an extensive interview structured to a sample of 94 individuals living in seven social projects managed by CASFIG, E.M. in the city of Guimarães.

The outcomes for this case study allow us to note that the improvement of those families way of living is connected to different aspects such as housing, health, employment and the development of personal, social and organizational skills. However, as depicted in the data, Council Housing is not always an effective answer to the needs of those who seek for it in Guimarães, nor is Council Housing alone enough to break poverty cycles and social exclusion of the families who attain it.

However, the study validates the concept that the aggregation of a great number of families with common characteristics in the same geographical area generates a viral effect. As such, it has become essential that we change our culture and housing policies, urging the integration of individuals in more neutral environments, which do not lead to social stigmatisation and to the deepening of social exclusion.

Finally, the study concludes that Council Housing as an answer to the least favoured sections of the population is now outdated, since it fails to comply social inclusion goals. Therefore, it is suggested, as an alternative to conventional social re-housing, more dynamic and accessible measures to the community such as Porta'65, Subsídio Municipal ao Arrendamento e o Mercado Social ao Arrendamento. These

measures are essential and help to promote personal market renting, taking into account central government and local support. It is certain that these measures, or similar ones, should be reorganised in order to be wider and allow that a higher number of citizens in need could access them.

Key words: Council Housing; Perceptions and Ways of living; Council Housing Policies; Alternatives to Council Housing.

## Índice

Resumo.....	VII
Abstract .....	IX
Índice de quadros.....	XIII
Índice de gráficos .....	XV
Abreviaturas e siglas .....	XVII
Glossário.....	XIX
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento teórico-conceptual.....	3
1. Revisão da investigação sobre habitação social.....	3
1.1 Introdução ao tema da habitação social .....	3
1.2 O direito à habitação.....	5
1.3 A evolução da problemática da habitação em Portugal .....	8
1.4 Os empreendimentos sociais como fenómenos de exclusão social e pobreza .....	15
1.5 A evolução de habitação social de propriedade municipal – Caso de Guimarães..	20
2. O sentimento de comunidade e a influência social .....	22
3. Famílias multiproblemáticas pobres: conceito e características .....	27
Capítulo II - Estudo empírico .....	33
1. Contexto de investigação .....	33
1.1 Caracterização socioinstitucional.....	33
1.1.1. Caracterização geral da CASFIG.....	33
1.1.2. População-alvo .....	34
1.1.3. Principais atividades desenvolvidas pela CASFIG.....	34
1.1.4. Caracterização das habitações sob gestão da CASFIG .....	35
1.1.5. Cartografia.....	38
1.2 Caracterização geral dos bairros estudados .....	38
2. Tipo de estudo .....	39
3. Pergunta de partida.....	43
4. Objetivos do estudo de caso .....	43
5. Universo e amostra .....	44
6. Procedimentos .....	46

7. Instrumentos .....	47
8. Procedimentos/cuidados de controlo seguidos ao longo do estudo de caso.....	48
9. Limitações que podem afetar a validade do estudo de caso .....	49
10. Definições de hipóteses.....	50
11. Análise de conteúdo .....	50
Capítulo III - Apresentação de resultados e discussão do estudo “Perceções sobre a habitação social: retrato da realidade de Guimarães” .....	53
1. Caracterização geral da amostra .....	53
2. Habitação Social .....	64
3. Perceções de vida .....	95
4. Redes de Apoio Formal e Informal .....	103
Capítulo IV - Conclusões do estudo de caso .....	111
Capítulo V - Conclusões gerais .....	119
Referências bibliográficas .....	129
Anexos .....	135
Anexo 1 .....	137
Anexo 2 .....	145

## Índice de quadros

QUADRO 1 – Área problema .....	29
QUADRO 2 – Prédios sob gestão da CASFIG .....	36
QUADRO 3 – Caracterização geral dos bairros estudados .....	38
QUADRO 4 – Universo e amostra .....	44
QUADRO 5 – Principais conclusões do estudo de caso .....	115

**Ana Balinha**

**Perceções sobre a Habitação Social:**

**Retrato da realidade de Guimarães**

## Índice de gráficos

GRÁFICO 1 – Distribuição do número de entrevistas por empreendimento.....	53
GRÁFICO 2 – Distribuição dos entrevistados por tipologia de habitação .....	54
GRÁFICO 3 - Distribuição dos entrevistados por faixa etária .....	54
GRÁFICO 4 - Distribuição dos entrevistados por género .....	55
GRÁFICO 5 - Distribuição dos entrevistados por estado civil.....	56
GRÁFICO 6 - Distribuição dos entrevistados por habilitações académicas.....	56
GRÁFICO 7 - Distribuição dos entrevistados por tipologia de família .....	57
GRÁFICO 8 - Distribuição dos entrevistados por número de elementos do agregado familiar..	57
GRÁFICO 9 - Distribuição dos entrevistados por situação familiar .....	58
GRÁFICO 10 – Temporalidade da situação profissional.....	59
GRÁFICO 11 – Fontes de rendimento .....	60
GRÁFICO 12 – Rendimento mensal do agregado familiar .....	61
GRÁFICO 13 – Rendimento mensal <i>per capita</i> do agregado familiar .....	62
GRÁFICO 14 – Frequência de cursos de formação.....	63
GRÁFICO 15 – Motivação que conduziu à frequência de cursos de formação .....	63
GRÁFICO 16 – Tempo de residência em habitação social.....	64
GRÁFICO 17 – Meio de origem.....	72
GRÁFICO 18 – Dificuldades de adaptação à nova realidade .....	73
GRÁFICO 19 – Transgeracionalidade em habitação social.....	73
GRÁFICO 20 – Dever do estado e dos municípios em atribuírem habitação social.....	74
GRÁFICO 21 – Possibilidade de abandono da habitação social .....	75
GRÁFICO 22 – Razões apontadas para a degradação física dos empreendimentos.....	79
GRÁFICO 23 – Observação de atos de vandalismo .....	81

GRÁFICO 24 – Comportamento adotado perante atos de vandalismo .....	81
GRÁFICO 25 – Discriminação por parte de serviços de atendimento público .....	85
GRÁFICO 26 – Identificação dos serviços que discriminam .....	86
GRÁFICO 27 – Discriminação por pessoas em nome individual.....	87
GRÁFICO 28 – Frequências com que recorrem à CASFIG.....	90
GRÁFICO 29 – Frequência com que participam nas atividades da CASFIG .....	92
GRÁFICO 30 - Associativismo .....	99
GRÁFICO 31 – Identificação das entidades da rede social importantes para o agregado familiar .....	103
GRÁFICO 32 – Importância da rede de apoio familiar .....	106
GRÁFICO 33 – Importância da rede de apoio da vizinhança.....	107



## Abreviaturas e siglas

ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal

ADCL – Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais

ARCMSP - Associação Recreativa e Cultural Monte de São Pedro

BCE – Banco Central Europeu

CASFIG - CASFIG, E.M - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal Lda.

CE – Comissão Europeia

CERCIGUI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Concelho de Guimarães

CHAA – Centro Hospitalar do Alto Ave – Unidade de Guimarães

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRI – Centro de Respostas Integradas

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

FAIH – Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional

FFH – Fundo de Fomento da Habitação

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAT – Gabinete de Apoio Técnico

GCOM – Grupo de Coordenação das Obras Municipais

GPU – Gabinete de Planeamento Urbanístico

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

INH – Instituto Nacional da Habitação

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS – Instituto de Segurança Social

MSA – Mercado Social do Arrendamento

ONU – Organização das Nações Unidas

PEH – Plano Estratégico de Habitação

PER – Programa Especial de Realojamento

PES – Plano de Emergência Social

PORTA'65 – Programa Porta 65 Jovem

PRHM - Programa de Realojamento em Habitação Municipal

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

SEL - Setor Empresarial do Estado

SMA – Subsídio Municipal ao Arrendamento

SMH – Serviços Municipais de Habitação

SOL DO AVE – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave

## Glossário

- Habitação Social - por habitação social entende-se a habitação a custos controlados que se destina a agregados familiares carenciados, mediante contrato de renda apoiada ou regime de propriedade resolúvel.

- Renda Apoiada – por renda apoiada entende-se um subsídio atribuído a alguns beneficiários e que se reflete no cálculo do valor da renda que por aqueles beneficiários é devida pelo arrendamento de uma habitação, cfr. art. 82º do Decreto-Lei nº 321-BB/90, de 15/10, no qual se pode ler que: **1** - No regime de renda apoiada, o montante das rendas é subsidiado, vigorando, ainda, regras específicas quanto à sua determinação e atualização. **2** - Ficam sujeitos ao regime referido no número anterior os prédios construídos ou adquiridos para arrendamento habitacional pelo Estado e seus organismos autónomos, institutos públicos e autarquias locais e pelas instituições particulares de solidariedade social com o apoio financeiro do Estado. **3** - O regime de renda apoiada fica sujeito a legislação própria, aprovada pelo Governo.

- Fogo - por fogo entende-se a totalidade ou a parte de um edifício dotada de acesso independente e constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares.

- Tipologia do fogo - por tipologia do fogo entende-se a classificação atribuída a cada fogo segundo o número de quartos de dormir e para cuja identificação se utiliza o símbolo Tx, sendo que x representa o número de quartos de dormir (ex.: T0 representa que o fogo não possui qualquer quarto de dormir; T1 representa que o fogo possui um quarto de dormir; T2 que o fogo possui dois quartos de dormir, e assim sucessivamente).

- Reabilitação Urbana - por reabilitação urbana entende-se a intervenção integrada, sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, ou é modernizado através da

realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas e espaços de utilização coletiva e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação dos edifícios.

- Agregado familiar: conjunto de pessoas que vivem em comunhão de mesa e habitação, ligadas por laço de parentesco, casamento, união de facto, afinidade e adoção, coabitação ou outras situações especiais assimiláveis.

- Agregado Familiar Nuclear: agregado familiar composto por marido, mulher e filhos biológicos ou adotados, que vivem em comunhão de bens.

- Agregado Familiar Alargado: agregado familiar constituído pela família nuclear mais parentes diretos ou colaterais (avós, tios, tias, primos, primas, também podem ser outros agregados familiares da mesma família).

- Agregado Familiar Reconstruído/Recomposto: agregado familiar constituído por pessoa ou pessoas divorciadas, aquando de um novo casamento, tendo geralmente filhos de uma ou outra parte e podendo ter filhos do novo casamento.

- Agregado Familiar Monoparental: agregado familiar constituído por apenas um dos progenitores (pai ou mãe) e respetivo filho ou filhos.

- Agregado Familiar Unitário/Unipessoal: agregado familiar constituído por uma só pessoa, solteira, divorciada, separada ou viúva.

## Introdução

Quando alguém sonha em ter uma habitação, nascem expectativas de possuir uma “casa igual à dos outros”, surgindo a necessidade do sentimento de normalidade e a noção de direito adquirido. A habitação é vista como algo necessário para o nível de vida melhorar, para ocorrerem uma série de mudanças positivas nos modos de vida, da percepção de si e da relação com os outros. Mas será isto verdade?

Se a habitação tem sido considerada como “um bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência quotidiana, constituindo um indicador indireto das desigualdades sociais na cidade” (Guerra, 1997: 165). Também é verdade que a construção dos chamados bairros sociais tem levantado um conjunto interessante de questões no que concerne à eficácia e eficiência das políticas de habitação social. A forma generalista como as especificidades destes espaços têm sido tratadas reflete-se na crescente incapacidade para gerir as suas relações internas. Por outro lado, a habitação social não tem contribuído para uma lógica, nem de integração, nem de inserção urbana dos grupos mais desfavorecidos.

A construção destes espaços surge geralmente de forma descontínua em relação ao crescimento urbano, criando sentimentos de segregação e de exclusão. A guetização é, muitas das vezes, a principal consequência de todo este processo (Guerra, 1994). As fragilidades do ordenamento, assim como as características arquitetónicas e sociais rapidamente ganham contornos simbólicos que facilmente conduzem a uma estigmatização dos bairros sociais. A negativização das identidades relativamente ao bairro e o sentimento de exclusão convertem-se em características centrais deste processo de estigmatização (Pinto, 1994) (Augusto, 1998, 2).

Apesar de tudo, aquilo que, à partida, parecia ser a solução mais viável para a integração das populações (atribuir fogos e oferecer condições habitacionais melhoradas) acabou por se converter num instrumento de segregação e de guetização. A excessiva concentração de populações socioeconomicamente mais desfavorecidas e de alguns grupos de risco em espaços exíguos e densamente ocupados, acabou por intensificar a diferenciação social da cidade e a segregação desses espaços. Como

afirma A. F. Ferreira, em forma de sugestão, «Não podemos continuar a trabalhar e a investir para criar problemas, em vez de os solucionar» (1994: 9) (Augusto, 1998, 3)

Assim sendo, esta Tese de Mestrado pretende aferir os sentimentos e perceções dos residentes em habitação social municipal na cidade de Guimarães, tentando perceber qual o impacto que a habitação teve nas suas vidas. Paralelamente pretende aferir a validade da habitação social como resposta social que visa gerar novas oportunidades para os seus residentes, quebrando ciclos de pobreza e exclusão social.

Por último, gostaria de salientar que as horas passadas em entrevista com os participantes no estudo de caso foram benéficas para o melhor entendimento de com quem trabalho e sobre as motivações, interesses, medos, e convicções dos residentes nos empreendimentos estudados e do ser humano em geral.

## **Capítulo I – Enquadramento teórico-conceptual**

### **1. Revisão da investigação sobre habitação social**

#### **1.1 Introdução ao tema da habitação social**

A habitação social e a Reabilitação Urbana têm sido preocupações sociais à muito assumida quer pelo Estado quer pelos Municípios, que ao longo dos anos foram tomando medidas com o objetivo de dar resposta a essas mesmas preocupações.

A dimensão desta problemática encontra-se devidamente refletida por um estudo designado “Caracterização da Habitação Social em Portugal”, realizado em 2009 pelo INE em colaboração com o IHRU, no qual se refere que em termos médios nacionais, existiam em 2009 cerca de 919 fogos de Habitação Social de propriedade municipal por 100 mil habitantes. O parque habitacional social distribuía-se por 246 Municípios, sendo constituído por cerca de 97 mil fogos e 22 mil edifícios. Os municípios de Lisboa e Porto detinham respetivamente 22 315 e 12 682 fogos, correspondendo a 36% do total (INE, 2009:1) e que a maior parte dos edifícios de Habitação Social de propriedade municipal foi construída depois de 1980 (12 173 edifícios), dos quais 4 816 após 2000. Ainda assim existiam 1 626 edifícios de construção anterior a 1946, dos quais 73% se situam no Município de Lisboa (INE, 2009:1).

A segunda edição do estudo “Caracterização da Habitação Social em Portugal”, realizado em 2011 pelas mesmas entidades, refere que no ano de 2011 o número de fogos de habitação social em Portugal registou um aumento de cerca de 2 000 fogos (+1,9%) entre 2009 e 2011, atingindo cerca de 119 mil fogos em 2011, localizados maioritariamente nas regiões de Lisboa e do Norte. Em 2011, por cada 100 mil habitantes existiam 1 123 fogos de habitação social, sendo o maior rácio detido pela Região Autónoma da Madeira (2 028) (INE, 2009:1).

A terceira edição do estudo “Caracterização da Habitação Social em Portugal”, realizado em 2012 pelas mesmas entidades, refere por sua vez que no ano de 2012 existiam cerca de 118 mil fogos de habitação social (-0,2% face a 2011) distribuídos por 24,5 mil edifícios, localizados em 268 municípios. Mais de metade (53,9%) dos

edifícios possuía 2 ou mais alojamentos, conduzindo a um rácio de 4,8 fogos por edifício. Os fogos de habitação social encontravam-se quase exclusivamente (95,5%) ocupados em regime de arrendamento e cerca de 4,1% estavam vagos. Em 2012 registaram-se 25,6 mil pedidos de habitação, metade dos quais na região NUTS II de Lisboa. O parque de habitação social representou 2,0% do total de fogos existentes a nível nacional, correspondendo a 1 128 fogos de habitação social por 100 mil habitantes (1 125 fogos em 2011). A Madeira distinguiu-se com os maiores rácios: 4,2% do total de fogos da região eram de habitação social, correspondendo a 2 104 fogos/100 mil habitantes. O parque de habitação social gerou uma receita de cerca de 81 milhões de euros (81,9% resultante da cobrança de rendas e 18,1% da venda de fogos), tendo-se registado um decréscimo de 4,5% face a 2011 (-4 milhões de euros). Por outro lado, registou-se uma despesa de 57 milhões de euros (84,3% com obras de conservação e reabilitação e 15,7% com encargos fixos), tendo-se verificado uma diminuição de 17,5% face a 2011 (-12 milhões de euros). A renda média mensal praticada no âmbito da habitação social em 2012, independentemente do tipo de contrato, foi 60 euros (tendo aumentado pouco mais de 1 euro face a 2011), distinguindo-se a região da Madeira com o maior valor de renda média mensal (71 euros) (INE, 2012:1).

Com base nestes elementos, e pese embora, na sua globalidade, no ano de 2012 o norte do país possuísse um número total de 4.704 edifícios de habitação social (sendo que a nível nacional existem 24.484 edifícios) a que corresponderiam um número total de 41.391 fogos destinados a esse mesmo fim (sendo que a nível nacional existem 118.334 fogos), compreende-se que a maioria dos estudos realizados no âmbito da habitação social tivessem sido centrados nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, ficando a realidade das demais cidades do país por explorar, com a agravante de que os estudos relevantes realizados centraram-se na habitação social estatal e nunca na municipal.

Desta forma, torna-se importante estudar as dinâmicas da habitação social em cidades como Guimarães, que apresentam características totalmente díspares das tradicionalmente estudadas.



## 1.2 O direito à habitação

A problemática em estudo nesta Tese de Mestrado tem a sua origem no princípio universal que estabelece que cada indivíduo tem o direito a possuir uma habitação condigna. Este princípio tem sido objeto de tratamento diverso por parte das instâncias nacionais e internacionais tendo a própria ONU criado e adotado, por si ou através dos seus diversos organismos, uma série de documentos e medidas que visam a realização efetiva deste direito, sendo que na verdade, o direito a uma habitação condigna é um dos direitos económicos, sociais e culturais que beneficiaram de uma maior atenção e de um maior esforço de promoção, não só por parte dos organismos das Nações Unidas, mas também do Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (Habitat) (Ficha Informativa nº 21, 2002:6).

Este interesse universal sobre a problemática do direito de cada indivíduo a uma habitação condigna radica na ligação deste direito aos Direitos Humanos pois basta pensar em tudo o que um lugar seguro para viver pode representar para a dignidade, a saúde física e mental e a qualidade geral de vida do ser humano, para que se comecem a revelar algumas das implicações da habitação, no domínio dos direitos humanos. Dispor de uma habitação condigna é universalmente considerada uma das necessidades básicas do ser humano. A noção de habitação condigna é definida na Estratégia Global como compreendendo: intimidade suficiente, espaço adequado, segurança adequada, iluminação e ventilação suficientes, infraestruturas básicas adequadas e localização adequada relativamente ao local de trabalho e aos serviços essenciais – tudo isto a um custo razoável para os beneficiários (Ficha Informativa nº21, 2002:6,7).

Percebe-se assim que o direito a uma habitação condigna venha consagrado na Estratégia Global para o Abrigo, porquanto o direito a uma habitação condigna está universalmente reconhecido pela comunidade das nações ... Todas as nações, sem exceção, reconhecem as obrigações assumidas no sector da habitação, como o evidencia a instituição, neste domínio, de ministérios ou instituições, a afetação de fundos ao sector da habitação e as respetivas políticas, programas e projetos. Todos os cidadãos de todos os Estados, por muito pobres que sejam, têm o direito de esperar que os seus governos se preocupem com as suas necessidades de alojamento, e reconheçam a

obrigação fundamental de proteger e de melhorar as casas e os empreendimentos, em vez de os danificar e destruir (Ficha Informativa nº21, 2002:7).

E foi o carácter universal e imperativo deste direito que fez com que o mesmo justificasse a sua introdução na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual consta, no nº1 do seu artigo 25º que: Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade (Ficha Informativa nº 21, 2002:8).

O direito à habitação está inteiramente relacionado com outros direitos fundamentais do Homem, nomeadamente: A indivisibilidade e interdependência de todos os direitos humanos manifesta-se claramente no direito à habitação. Tal como é reconhecido por vários organismos das Nações Unidas, o exercício pleno dos direitos – o direito à dignidade humana, à não discriminação, a um nível de vida adequado, à liberdade de escolher o local da sua residência, à liberdade de associação e de expressão (por exemplo, dos inquilinos e outros grupos constituídos a nível da comunidade), à segurança da sua pessoa (no caso de expulsões forçadas ou arbitrárias, ou outras formas de agressão) e a não ser sujeito a intromissões arbitrárias na vida privada, na família, no domicílio ou na correspondência – é indispensável para que o direito a uma habitação condigna possa ser exercido e preservado por todas as camadas da sociedade. Ao mesmo tempo, ter acesso a uma habitação condigna, salubre e segura, aumenta substancialmente a possibilidade de as pessoas gozarem outros direitos, uma vez que a habitação constitui a base de outros benefícios de natureza jurídica. Por exemplo, habitação e condições de vida adequadas estão estreitamente ligadas ao grau de realização efetiva do direito à higiene ambiental e do direito ao mais elevado nível possível de saúde mental e física. A Organização Mundial de Saúde considera a habitação como o fator ambiental mais importante associado à doença e ao aumento das taxas de mortalidade e morbilidade (Ficha Informativa nº21, 2002:13).

A nível das instâncias nacionais, a Constituição da República Portuguesa faz diversas referências relevantes.

Na verdade, o artigo 65º da Constituição da República Portuguesa estabelece o direito à habitação e urbanismo: 1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. 2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução. 3. O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria. 4. O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo, e procedem às expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação de fins de utilidade pública urbanística. 5. É garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território, garantindo também, no seu artigo 66º, o direito ao ambiente e qualidade de vida: 1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. 2. Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de

valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas; f) Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida.

### 1.3 A evolução da problemática da habitação em Portugal

Falar-se de promoção de habitação social é sinónimo de falar-se de promoção de habitação pelo sector público.

Na verdade, com o reconhecimento do direito de acesso a uma habitação condigna como um direito de natureza social, tornou-se dever do Estado criar e desenvolver políticas de promoção, gestão, conservação e distribuição de fogos de promoção pública.

E nesse sentido, em Portugal, o Estado, através dos seus vários níveis de intervenção, tem vindo a criar e desenvolver diversas políticas focalizadas na tentativa de concretizar o direito que assiste a cada individuo de residir numa habitação condigna.

Historicamente, esta intervenção estatal remonta aos tempos do Estado Novo, sendo que antes desse período pouco se poderá referir quanto a verdadeiras iniciativas estatais.

No entanto, e reportando-nos ao período que antecedeu o Estado Novo, não se poderá deixar de fazer uma menção especial ao Decreto-Lei nº 4137, de 25/04/1918, em cujo primeiro parágrafo do seu preambulo, se encontram incertos um conjunto de fundamentos e objetivos justificativos da intervenção estatal na área habitacional:

As questões sociais, interessando principalmente as classes proletárias, são hoje de palpitante atualidade em todos os povos cultos. Os Parlamentos e homens de estado

das nações mais adiantadas da Europa e da América consagram os máximos esforços a estudarem os melhores processos de debelarem as causas de descontentamento e de miséria dos mais infortunados. Uma dessas questões e da maior importância é a que se destina a conseguir a construção em grande escala das casas económicas, com todas as possíveis condições de conforto, independência e higiene, destinadas principalmente nas grandes cidades aos que, por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que as habitam.

Daqui decorre a emergência da problemática habitacional como “(...) um problema social que, ao ganhar relevância pública e ao constituir-se como alvo de denúncia, vai criando as condições para que se estruture em seu torno (autonomize) um domínio específico da vida social.” (Baptista, 1999: 8), uma preocupação à escala global focalizada nas populações mais carenciadas, assumindo o Estado o papel de entidade equilibradora dos desajustes sociais “(...) com vista a uma distribuição mais justa de um bem tornado socialmente indiscutível como é a habitação” (Baptista, 1999: 8).

Contudo, e pese embora fruto do referido diploma, tenha sido dado início à construção do Bairro da Ajuda e do Bairro do Arco Cego em Lisboa, e do Bairro da Arrábida no Porto “a intervenção directa do Estado na produção do alojamento social teve como ponto de partida mais recentemente o DL. 23.052 de 23 de Setembro de 1933.” (Gonçalves in Teresa Heitor, 2001: 119).

As políticas habitacionais tomadas no período do Estado Novo assentaram na tentativa da defesa da família tal qual ela era então ideologicamente entendida.

Neste período, a defesa da família surgia como um dos três pilares no qual o próprio Estado assentava, pelo que “a política de habitação assentava na independência do alojamento familiar, com base na constituição de famílias estáveis e indissolúveis, integradas na concepção geral de protecção à família como célula-base da sociedade, expressamente consagrada na Constituição política de 1933.” (Teresa Heitor, 2001: 119).

E nessa medida, de acordo com o DL. Nº 34.486 de 6 de Abril de 1945, as casas só eram atribuídas às famílias legitimadas pelo casamento, cujos chefes eram sócios de

sindicatos nacionais, funcionários públicos ou beneficiários de Instituições de Previdência Social, com preferência daqueles cujas habitações fossem demolidas para dar lugar a novas urbanizações (Teresa Heitor, 2001: 119).

Na verdade, desde o início do Estado Novo e até ao final da II Guerra Mundial, foi desenvolvido o denominado programa das “casas económicas”, o qual tinha como destinatário famílias com alguma capacidade económica, e que se traduzia na atribuição a estas famílias de habitações unifamiliares independentes.

Neste período, a ação do Estado passava, em primeiro lugar, pela preferência referente à habitação unifamiliar, que sobretudo até aos anos 50 era o tipo de alojamento mais adequado, aos olhos do regime, para a defesa da família, da propriedade e da ordem social e económica vigente. Em segundo lugar, o acesso à propriedade, que permitindo fragilizar a capacidade reivindicativa das famílias operárias face ao patronato (devido à restrição da sua mobilidade profissional e espacial) (Serra, 2002: 174).

Em 1945, esse paradigma foi alterado.

Por um lado, a Lei nº 2.007, de 7 de Maio de 1945, promoveu as edificações com quatro pisos como base da habitação social coletiva e regulamentou o programa de Casas de Renda Económicas, e, por outro lado, o já referido DL nº 34.486, veio instituir o programa das denominadas “casas desmontáveis” como solução provisória para as famílias que não reunissem as condições necessárias para aceder ao programa das casas económicas.

A mencionada Lei nº 2.007, trouxe um conjunto de inovações relevantes à época, nomeadamente estabelecendo parcerias entre a iniciativa privada e os poderes públicos.

Esta Lei, por um lado, exigiu aos promotores de habitação social que as construções obedecessem a determinados requisitos de qualidade, disciplinando a atividade da construção civil, e, por outro lado, estabeleceu que o valor da renda seria alterado consoante o custo de construção sem, no entanto, deixar de ponderar o nível de rendimento das famílias.

Mais tarde, em 7 de Abril de 1947, foi aprovado o DL. nº 36.212 que estabeleceu o programa das “casas de renda limitada”.

Este programa foi inovador na medida em que promoveu e incentivou a intervenção dos promotores privados mediante a concessão de benefícios fiscais e facilidade na aquisição de terrenos, evitando a especulação imobiliária, sendo que, em contrapartida, as rendas eram averbadas diretamente na correspondente licença de utilização funcionando assim os benefícios concedidos pelo Estado aos promotores como um subsídio indireto às rendas, combatendo, por essa via, o aumento de rendas.

No final da década de 50 e início da década de 60, dá-se uma nova inversão da política até aí desenvolvida, surgindo um programa de empréstimos para a construção de habitação social e um outro programa de financiamento à autoconstrução de habitação, sendo concedido em ambos os programas um conjunto de benefícios fiscais aos seus promotores.

Contudo, os problemas e as carências a nível habitacional, associadas à intensificação dos processos de industrialização e urbanização, acentuaram-se a partir na década de 60 (Ferreira cit. in Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, (s.d.): 23).

Este período é marcado por um mercado de habitação caracteristicamente dual: por um lado um sector legal – predominantemente privado e especulativo – produzindo quase exclusivamente para o mercado de luxo, de oferta inacessível a 70% da população; por outro lado um sector clandestino respondendo às necessidades económicas das populações com um certo grau de solvência (Ibidem).

Em, 1969, foi publicado o DL. N° 49.033, de 28 de Maio de 1969, pelo qual, como tentativa de centralizar toda a intervenção pública no âmbito da habitação social, foi criado o FFH, tendo ainda aquele diploma explicitado as estratégias públicas de planeamento do desenvolvimento económico e social (Serra, 2002: 196), nomeadamente visando a criação de condições para a promoção do reforço das habitações sociais quer pelo incremento da intervenção estatal direta quer pelo incentivo à iniciativa privada (Ferreira cit. in Rodrigues et al, (s.d.): 23).

Posteriormente, em 30 de Dezembro de 1972, e fruto da publicação nesse dia quer do estatuto orgânico daquele FFH (Lei n° 583, de 30 de Dezembro de 1972), quer da extinção da Direção das Habitações Económicas e da Federação de Caixas de Previdências (Lei n° 587, de 30 de Dezembro de 1972), “é atribuído ao FFH todo o

património destas instituições e para ele são transferidos todos os empreendimentos de “casas de renda económica” não adjudicados até ao final de 1972.” (Teresa Heitor, 2001: 124).

Com o 25 de Abril de 1974, e fruto das medidas restritivas decorrentes da recuperação económica, foram fortalecidas as políticas de reforço da promoção indireta pela criação de programas de apoio financeiro e técnico destinados às autarquias, aos promotores privados e às cooperativas, tentando-se, por essa via, executar um conjunto de políticas com custos controlados.

Assim, e fruto do desenvolvimento dessas políticas executadas através da celebração de contratos de desenvolvimento, da criação de linhas de créditos especiais, da implementação de sistemas de crédito à aquisição de casa própria e de acesso a juros bonificados e prazos de amortização dilatados (Teresa Heitor, 2001: 125), assiste-se a uma política habitacional cada vez mais descentralizada, passando a iniciativa de promoção habitacional a ser cada vez mais assumida pelas autarquias locais, cooperativas e agentes privados.

Assiste-se, então, a uma cada vez maior relevância da política urbanística local o que leva à criação, entre outros, de GPU, de GCOM, de GAT ou de SMH (Ferreira, cit. in Rodrigues, et al, (s.d.): 23).

Este período é também caracterizado, e fruto das referidas políticas de incentivo à aquisição de casa própria com facilidade de acesso ao crédito, por um elevado crescimento do mercado da habitação alicerçado no aumento geral dos salários e na elevada taxa de inflação a que este período assistiu.

Sucede que durante a primeira metade da década de 80, tornou-se perceptível que esta descentralização da promoção da habitação social não se revelou capaz de dar resposta às necessidades de habitação das populações.

É neste contexto, e com o objetivo de financiar a habitação social através de linhas de crédito destinadas a aquisição de terrenos e infraestruturas de solos e a construção de habitações sociais para venda ou arrendamento (Teresa Heitor, 2001: 125) que, através do DL nº 177, de 25 de Maio de 1984, é criado o INH o qual, na prática, veio suceder aos entretanto extintos FFH e FAIH.



Na verdade, e pese embora a referida descentralização, foi verificado um aumento constante das verbas adjudicadas ao sector da habitação.

Nesse sentido, e reconhecida que foi a falência da gestão do parque habitacional do Estado, é criado em 1987 o IGAPHE com a finalidade de gerir o parque habitacional público e proceder à venda desse património.

E foi neste quadro de desvalorização crescente da promoção direta e da incidência da intervenção no estímulo à aquisição de casa própria, que, em 1993 e com a finalidade de erradicar as barracas existentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, foi criado o PER, pelo qual o Estado se comprometeu a financiar até 50% os custos de promoção do realojamento de famílias que vivessem em barracas naquelas áreas metropolitanas, cabendo aos Municípios a obtenção de financiamento para garantir a restante parcela de 50% de tais custos.

Com este programa, que foi alargado em 1995, com a finalidade de proceder a erradicação definitiva das barracas, o envolvimento no PER é alargado a outras entidades, como IPSS e pessoas coletivas que prosseguem fins assistenciais (Decreto-Lei n.º 87/95, de 05/05 e Decreto-Lei n.º 93/95 de 09/05). Por outro lado passa a ser permitido que as famílias possam escolher o local e o fogo mais adequado ao realojamento (Decreto-Lei n.º 79/96, de 20/06) (Rodrigues, et al, (s.d.): 26), os municípios viram facilitados as condições para investir quer na construção de habitações quer na aquisição de habitações para realojamento facilitando a inserção social das populações.

Ainda em 1993, o Estado publica o Livro Branco sobre a Política de Habitação com o objetivo de acabar com a exclusão social e contribuir dessa forma para a diminuição da incidência da pobreza (Cachado, 2009:13).

Neste Livro Branco refere-se como primeira característica da política de habitação a sua dimensão social (Cachado, 2009: 13), e procede-se à identificação de “alguns problemas estruturais, que tendem efectivamente a subsistir no final do século XX” (Serra, 2002: 244).

Verifica-se então um hiato de quase uma década no que se refere a tomada de novas medidas de carácter relevante no âmbito da política de habitação social.

Na verdade, foi preciso esperar pela criação do Programa PROHABITA, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 135/2004 de 3 de Junho, para se encontrar nova legislação relevante no âmbito daquela política.

O Programa PROHABITA, criado no ano de 2004 no seguimento de outros programas então já existentes como o RECREIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados, REHABITA - Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas, RECRIPH - Regime Especial de Participações e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal, e o Programa SOLARH - Programa de Apoio Financeiro Especial para a Reabilitação de Habitações, e posteriormente alargado em 2007 para permitir abranger também Associações de Municípios, inverteu a tendência até aí dominante no âmbito das políticas de habitação social, deslocando a tónica da execução de medidas de resposta aos problemas habitacionais centradas na simples construção, para a execução de medidas de resposta assentes na reabilitação urbana, surgindo assim em contraponto com o que sucedia com o PER.

E foi no seguimento desta nova orientação política, centrada nas questões da reabilitação urbana, desenvolvimento regional e de defesa e promoção do ambiente e do ordenamento do território, que, em 2006, foi publicado o Decreto-Lei n.º 207/2006 de 27 de Outubro, pelo qual se procedeu à reestruturação do INH, o qual, para além da sua alteração de denominação para IHRU, passou a integrar atribuições até aí pertencentes a dois outros organismos públicos entretanto extintos, o IGAPHE e a DGEMN.

Assim se percebe que, em meados de 2008, tenha sido publicado o PEH, desenvolvido em parceria por Nuno Portas, Augusto Mateus e Isabel Guerra, no qual se defende “(...) o fim dos Empreendimentos sociais, tendo em conta a sua obsolescência e propõe como alternativa essencial a dinamização do mercado de arrendamento e a reabilitação de fogos. Estado deixe de ser interventor directo para passar a ser sobretudo regulador e fiscalizador.” (Cachado, 2009: 16).

Atualmente, e chegados que somos aos dias atuais, a definição, intervenção e execução de políticas habitacionais por parte do Estado encontra-se enquadrada pelas obrigações assumidas pelo País no "Memorando de Entendimento sobre as

Condicionantes de Política Económica" celebrado entre o Estado Português, o FMI, a CE e o BCE, documento no qual surgem como principais objetivos nesta área:

“Melhorar o acesso das famílias à habitação; promover a mobilidade laboral; melhorar a qualidade das habitações e aproveitar melhor as casas de habitação já existentes; e reduzir os incentivos ao endividamento das famílias.” (Coelho, 2011).

E é no âmbito desta realidade atual que tem vindo a ser desenvolvido o referido PEH – cuja implementação deveria ocorrer entre os anos de 2008 a 2013 -, sendo que ainda no âmbito das políticas da habitação foi apresentado, no dia 5 de Agosto de 2011, o denominado PES no qual se estabeleceu a criação de um Mercado Social de Arrendamento (MSA) para agregados familiares que estejam excluídos do acesso à habitação social nos municípios, com preços abaixo dos praticados no mercado.

## 1.4 Os empreendimentos sociais como fenómenos de exclusão social e pobreza

Já diversos estudos se debruçaram sobre a pobreza, e de forma geral esta é entendida como uma situação existencial, para a qual concorrem não só as necessidades materiais, mas também elementos de ordem psicológica, social, cultural, espiritual, etc., que, em conjunto, geram uma condição existencial que afeta os mais diversos aspetos da vida e da personalidade, bem como a relação do pobre com os outros e com a sociedade em geral (Costa, Baptista, Perista & Carrilho, 2008: 22). O fenómeno descrito remete para a análise das desigualdades sociais e de exclusão, problemáticas que, segundo os autores supramencionados, se interligam com a problemática da pobreza na medida em que “(...) uma pessoa que careça de recursos para fazer face às necessidades humanas básicas não tem uma relação satisfatoriamente forte com os sistemas sociais geradores de rendimento.” (Costa et al 2008: 63), o que se traduz em formas de desintegração social.

A análise da pobreza e da exclusão social pressupõe, para além da mediação da distribuição dos rendimentos e de outros recursos, a determinação das orientações culturais e das representações simbólicas das pessoas, famílias e grupos afetados, assim

como a compreensão das dinâmicas sociais, económicas, políticas e culturais que afetam aqueles fenómenos (Capucha, 2005: 101).

Na verdade, a análise dos vários fatores associados àqueles fenómenos apenas poderão ser compreendidos se considerarmos as diferentes categorias sociais mais vulneráveis à pobreza (Capucha, 2005: 213-214), categorias detentoras “(...) de um handicap específico impeditivo da participação social e profissional e são alvo de discriminação baseada em preconceitos acerca das suas capacidades ou das suas potencialidades” (Capucha, 2005: 167), e nas quais se destacam as pessoas com deficiência, os imigrantes, os desempregados de longa duração, os trabalhadores com qualificações baixas ou obsoletas, os idosos, as famílias monoparentais, as pessoas sem-abrigo, os toxicodependentes e os ex-toxicodependentes, os jovens em risco e os reclusos e ex-reclusos (Capucha, 2005: 171-213), categorias sociais que são caracterizadas, de uma forma geral, por “uma grande heterogeneidade de referências culturais e de situações sociais, (...) instável do ponto de vista da inserção socioprofissional e das condições de vida” (Gonçalves, 1994: 139).

No mesmo modo, a cidade é a projeção, no terreno, de toda uma sociedade, com a sua cultura, as suas instituições, a sua ética e os seus valores, inclusive as suas bases económicas e as relações sociais que constituem a sua estrutura propriamente dita. O que acabou de ser referido anteriormente procurou pôr em evidência de que forma o processo de urbanização distribui os indivíduos, os grupos ou as classes sociais nos espaços/alojamentos diferenciados, reproduzindo, o grosso modo, as relações sociais de produção, isto é, as desigualdades sociais. A ocupação dos diferentes bairros é o resultado de uma competição arbitrada pelo poder de compra das famílias. Numa, primeira análise, poder-se-ia dizer que são excluídos os que não têm nenhum poder para escolher a sua habitação nem a sua localização (Clavel, 2004:61), pelo que o acesso à habitação surge também como um dos sinais materiais e quantificáveis da exclusão social (Clavel, 2004: 148), sendo muitas vezes a habitação daquelas classes excluídas caracterizada pela falta de conforto derivado de elevados graus de insalubridade, da superlotação e de inadequação geral dos alojamentos, sem acesso a infraestruturas básicas como eletricidade, água, rede de esgotos (Almeida, Capucha, Costa, Machado, Nicolau & Reis, 1992: 15).

Nessa medida, poderemos concluir que, devido às desigualdades face ao alojamento, a exclusão poderá desencadear processos de degradação das relações sociais (Capucha, 2005: 81).

Segundo Gros, a habitação tem um papel importante na estruturação da vida social, “decorre ainda da sua influência na materialização e reprodução da divisão técnica e social do espaço, em virtude do significado que a localização assume neste processo” (Gros, cit. in Serra, 2002: 77), bem como um papel sócio espacial de referência (Serra, 2002: 77). Na verdade, é essencial possuir uma morada para todos os atos da vida quotidiana, nomeadamente, “para obter documentos de identidade, para possuir os seus direitos cívicos, para procurar um emprego, para exercer uma vida familiar normal, para estabelecer relações, etc.” (Clavel, 2004:63) sendo evidente e basilar a relação entre exclusão social e a habitação.

Nessa medida, ao longo dos tempos, foram sendo desenvolvidas políticas de luta contra a exclusão através da tomada de medidas de reforço do direito à habitação, nomeadamente, através da implementação de políticas urbanas e de alojamento destinadas a, por um lado, responder às necessidades das populações modestas e, por outro lado, a suprimir as habitações insalubres, criando espaços sociais diferenciados e hierarquizados; espaços esses que, atualmente, se encontram estigmatizados (Clavel, 2004: 178), e que originam sentimentos de vergonha e de auto depreciação por parte de quem neles reside, decorrentes da ausência de revalorização simbólica desses espaços, induzidas pelas representações negativas formuladas pelos agentes exógenos (Becker & Goffman, cit. in Queiroz & Gros, 2002: 134-135).

Os estigmas criados são a consequência da representação social entendida como uma representação interligada com os sistemas de pensamento mais amplo (ideológicos ou culturais), abarcando o estado de conhecimento científico, a condição social e a experiência privada e afetiva dos indivíduos, e constituem um fenómeno complexo e sempre atuante na vida social, consoante o pensamento que se consubstancia em relação a um determinado objeto (Negreiros, (s.d.): 83). Esta representação, devido à construção das identidades pessoais e sociais amplificadas, desempenha um papel preponderante ao nível do domínio social. Essa identidade é marcada pela dualidade entre a articulação de transações internas ao indivíduo e transações externas, ou seja, entre o indivíduo e os

agentes com os quais entra em interação (Negreiros, (s.d.): 101). Desta representação, estruturam-se processos de identidade socioculturais, entendidos como o relacionamento dos indivíduos em sociedade e de toda a multiplicidade de referências identitárias com que estes se deparam e através dos quais geram processos de «identidade/integração» ou de «identidade/diferenciação» relativamente ao grupos sociais aos quais pertencem ou dos quais se distinguem (Gonçalves, 1994: 135).

A exclusão consiste não somente na impossibilidade económica de escolher o seu alojamento ou qualquer outro bem de carácter simbólico que, contudo, a sociedade urbana impõe ou propõe como norma de integração, mas resulta também da imagem social estigmatizante de algumas categorias de população, imagem esta que é elaborada a partir de diferenças objetivas (físicas, tais como, as origens étnicas, materiais, tais como o aspeto da construção ou a sua localização, sociológicas, psicológicas ou culturais) interpretadas como sinais de desvalorização social pelos outros grupos. A exclusão não se situa unicamente na sua ordem económica ou material, situa-se também na ordem simbólica, a das representações que os indivíduos ou os grupos fazem de si próprios e dos outros (Clavel, 2004:62).

Reconhecendo as representações sociais como sistemas de interpretação que regem a nossa relação com o mundo e com os outros e que orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais, os Bairros Sociais, e por consequência, as pessoas que lá vivem, surgem associados a uma relegação social e espacial (Fernandes, cit. in Capucha, 2005: 80) o que origina que aos Bairros Sociais sejam atribuídas conotações negativas que afetam o valor dos seus moradores na escala de prestígio social, pois os Bairros Sociais são, na grande maioria das vezes, associados a comportamentos socialmente negativos, e, como tal, os seus moradores são confrontados “com olhares negativos e reacções de desprezo e suspeição em virtude da associação imediata destes habitats com consumo de droga, (...)” (Queiroz & Gros, 2002: 189). A degradação urbanística, a dificuldade de convivência entre diferentes grupos, representada através da má vizinhança e do racismo, a prática de atos marginais, mas sobretudo, a má imagem do empreendimento (Gonçalves, 1994: 241), são fatores que geram fenómenos interativos com implicações muito sérias sobre a socialização (Ibidem). O espaço do Bairro Social surge como um agente ativo de inscrição de práticas sociais, é uma

realidade complexa cuja análise deve incluir, para além das características do próprio espaço físico, uma imensidão de variáveis sociais e culturais a partir das quais geram situações específicas e sistemas de imagens e representações, dos quais dependerá em grande medida o modo como cada indivíduo apreende e se apropria desse espaço (Gonçalves, 1994: 140).

Os Bairros Sociais surgem assim considerados como espaços propícios à pobreza e à exclusão social, pois deles são criadas imagens e representações sociais preconceituosas acerca de certas categorias sociais da população (Capucha, 2005: 104), “constrangimentos que lhes restringem as oportunidades de acesso a recursos fundamentais, para participar em modos de vida compatíveis com os padrões dominantes nas modernas sociedades” (Queiroz & Gros, 2002: 125), que se tornam uma herança visível, descontinua em relação ao meio e contrastante com ele, como descreve Capucha (2005:161): O sentimento de vergonha por se sentir membro de uma comunidade excluída, a erosão da autoestima e da confiança, justificada pela raridade dos percursos de rutura com a exclusão, o fechamento dos círculos de referência e de relacionamento, o sentimento de dependência e a acomodação a essa situação e, principalmente, a menor qualidade ou ausência de serviços tão indispensáveis.

Desta forma, “a habitação social acaba, no fundo, por demonstrar sérias limitações na criação e manutenção de um triângulo inter-influente entre as identidades, as sociabilidades e a participação” (Augusto, 1998: 2).

Os Bairros Sociais funcionariam assim como “contentores institucionais de pobreza, incapazes de resolver satisfatoriamente os problemas que originam a sua construção, geram-se, reproduzem-se ou agravam-se, as clivagens internas, mal estar, disrupção cultural e social.” (Almeida et al 1992: 117), sendo os seus moradores um tipo de população que, pela escassez de recursos sociais, culturais e relacionais, não conseguem interiorizar as normas e os hábitos necessários a uma integração satisfatória, caindo, pois, numa situação de «bloqueamento cultural», ou seja, numa situação de tradicionalismo exacerbado, descontextualizado, forma de retorno a si mesmo, numa situação vivida como ameaçadora para a própria identidade (Schnapper cit. in Gonçalves, 1994: 146).

O Bairro Social constitui-se, efetivamente, num contexto espacial marcado pela “inferiorização social e cultural”, contudo, e por se tratar de um fenómeno transversal, afeta, não só as minorias étnicas mas sim toda a população, embora de forma diferente consoante os diferentes atores (Gonçalves, 1994: 147). Na verdade, vários estudos sociológicos têm realçado a insatisfação dos moradores face ao espaço residencial envolvente da habitação e chamado a atenção para os problemas de desintegração, isolamento social e insegurança, com repercussões negativas na vida urbana em geral. Isabel Guerra, nesse mesmo sentido, sublinhou que os moradores destes Empreendimentos sentem com intensidade este estigma social não porque assumam em si, individualmente, um estatuto de desviante, mas porque interiorizam essa imagem pública socialmente desvalorizada atribuindo-a a determinados elementos do próprio Empreendimento. Pela assimilação que é feita entre o Empreendimento e os seus habitantes, habitar nestes Empreendimentos é arriscar a imagem de ser marginal, delinquente, indesejável (Guerra, cit. in Pimenta, Ferreira & Ferreira, 2001: 47).

## 1.5 A evolução de habitação social de propriedade municipal – Caso de Guimarães

O concelho de Guimarães desenvolveu políticas de habitação social na sua globalidade muito semelhantes às políticas desenvolvidas no resto do país.

Historicamente, as primeiras medidas de intervenção ao nível da habitação social surgem apenas durante o período de vigência do Estado Novo, período no qual são construídos: o Bairro Leão XIII e o Bairro Municipal de Urgezes, ambos no final da década de 50, e o Bairro Económico, no final da década de 60, em propriedade resolúvel.

No contexto pós-revolução de 1974, e a par de alguns programas de apoio à construção e reabilitação de empreendimentos, são criados, em 1976, os Serviços Municipais de Habitação, sendo ainda no âmbito do contexto pós-revolução construídos os Bairros da Nossa Senhora da Conceição, da Atouguia e da



Emboladoura/Gondar, empreendimentos sociais que ainda hoje continuam a ser propriedade do Estado Português.

A partir do ano de 1997, e com a entrada em vigor do PER e do PRHM, a promoção da habitação social no concelho de Guimarães ganhou uma nova dinâmica, tendo o Município de Guimarães procedido ao realojamento de um total de 338 famílias que residiam em barracas, situações abarracadas ou locais não destinados à habitação em 6 empreendimentos de habitação social construídos ao abrigo do PRHM (Empreendimentos de Mataduchos, Coradeiras, Urgeses, Creixomil, Azurém, Monte de São Pedro e Mesão Frio).

A localização de cada um daqueles empreendimentos permitiu integrar socialmente as famílias realojadas já que, na sua maioria, situam-se em áreas urbanas do concelho, enquadrando, por isso, cada núcleo residencial no tecido urbano, sendo os projetos arquitetónicos em muito semelhantes aos da comercialização livre.

Construídos os referidos 6 empreendimentos, foi rapidamente compreendido pelo Município de Guimarães que o aumento do seu parque habitacional e a exigência técnica que a sua gestão requeria, obrigava à constituição de uma entidade que garantisse a boa gestão daquele património municipal. Com esse objetivo, foi constituída em 1999 a empresa municipal, CASFIG, a quem o Município acometeu a responsabilidade de gerir o património habitacional social do município, que à data, era composto por 493 fogos, bem como todos os assuntos relacionados com carências habitacionais do concelho.

Com as mudanças metodológicas na atuação do Estado, alterou-se também o paradigma de intervenção social junto das populações residentes nos núcleos de habitação social, que passou a assentar na ideia da sua humanização através do fomento das relações de boa vizinhança entre os moradores. A CASFIG, para além da gestão física do património do Município, passou também a ter um papel fulcral no dirimir de conflitos entre os moradores, na promoção da participação dos moradores em atividades nos próprios empreendimentos e fora deles, na regulação de aspetos práticos do quotidiano dos moradores, ouvindo todos e contribuindo para a criação e consolidação de um sentimento genuíno de comunidade, de inclusão e de estima.

Atualmente, no que respeita á habitação social, o Município de Guimarães, por via da CASFIG, não se limita a intervir aos níveis urbanístico e financeiro. Na verdade, mais do que à execução de uma política de habitação social, assiste-se à execução de uma verdadeira política social de habitação.

Nesse sentido, qualquer intervenção no Parque Habitacional de Arrendamento Público passou a ser integrada e a ter sempre em vista a promoção da inclusão social com a participação de todos, visando a construção de uma cidadania total e sustentável e uma melhoria significativa da qualidade de vida das famílias que residem nas habitações sociais de propriedade municipal.

Atualmente, e de forma a colmatar algumas necessidades conjunturais, o Município de Guimarães, desenvolveu medidas de apoio alternativas ao realojamento convencional, tais como o SMA ou o realojamento em Residência Partilhada, apoiando ainda o desenvolvimento de diversos programas estatais de reabilitação urbana e de incentivo ao mercado de arrendamento particular, tais como o Programa Porta 65 e o programa MSA.

## **2. O sentimento de comunidade e a influência social**

A análise de qualquer grupo ou comunidade exige a compreensão dos fatores que originam determinadas dinâmicas relacionais específicas com consequências ao nível do comportamento coletivo e individual. Para esta compreensão, temos de primeiramente atentar sobre o conceito base de comunidade, o sentimento que nela nasce e que se constitui como motor de uma multiplicidade de fenómenos de carácter grupal e individual.

“O sentimento de comunidade refere-se à percepção de pertença e de compromisso mútuo que liga os indivíduos numa unidade colectiva” (Ornelas, 2008:39). Sarason fala-nos das relações de interdependência e de suporte mútuo que as comunidades proporcionam aos indivíduos e que não só têm efeito positivo ao nível da qualidade de vida e satisfação pessoal com previnem os sentimentos de isolamento, solidão e alienação. Na verdade, os estudos indicam que existe uma estreita relação

entre a qualidade de vida dos indivíduos e a comunidade, logo as comunidades fortes beneficiam os indivíduos.

Sarason definiu o sentimento psicológico de comunidade, como a percepção da semelhança com os outros, o reconhecimento de interdependência com os outros, a vontade de manter essa interdependência, dando ou fazendo pelos outros o que se espera deles, o sentimento que se é parte duma estrutura estável, da qual se pode depender (Ornelas, 2008:59). De acordo com Sarason o sentimento de comunidade pode ser um processo facilitador da participação dos cidadãos. O impacto do nível de participação pode ser compreendido à luz da teoria de McMillan e Chavis na qual se identificam quatro componentes que explicam o sentimento psicológico de comunidade: estatuto de membro (sentimento de pertença ao coletivo), influência (sentimento de ser capaz de fazer a diferença no grupo e de importância que o grupo pode ter em si), integração e satisfação de necessidades (sentimento de que as necessidades serão satisfeitas através de mecanismos proporcionados pelo estatuto de membro da comunidade) e ligações emocionais partilhadas (convicção de que irão partilhar uma história e experiências semelhantes). Assim, um indivíduo será tanto mais participativo numa dada comunidade, quanto mais se sentir membro efetivo e integrante dessa comunidade, quanto mais puder influenciar e ser influenciado, quanto maior necessidade tiver de um estatuto para satisfação de necessidades pessoais e, ainda, quanto mais acreditar que viverá um percurso parecido com o dos seus “semelhantes” da comunidade.

Contudo, se estes mecanismos de influência podem funcionar no sentido positivo de promoção do bem-estar e prevenção das consequências naturais do isolamento e desapego, temos também de ter em conta, a possibilidade de despoletarem resultados negativos, em que fenómenos como a passividade cívica, a criminalidade, a rutura com a sociedade alargada, entre outros, se vão cristalizando, dentro de algumas comunidades e acabam mesmo por se constituir como característica definitiva e, portanto, de adoção “obrigatória” para atingir o tão desejado e positivo sentimento de pertença.

O conceito de comunidade foi estudado por Gusfield (1975) e Heller (1989), que distinguiram a comunidade como território da comunidade como um grupo relacional.

A primeira traduz a conceção tradicional do termo e refere-se aos empreendimentos, às cidades, aldeias, ou regiões. Nesse sentido, a comunidade surge em função de um território específico e as relações interpessoais entre residentes desenvolvem-se em função da proximidade e não necessariamente da escolha (Dalton, Elias e Wandersman, 2001). Relacionado com o conceito de comunidade surge o conceito de vizinhança, contudo, os investigadores têm estabelecido uma distinção entre estes dois conceitos estabelecendo aspetos diferenciadores da relação entre os indivíduos, os seus vizinhos e os seus empreendimentos (Farrel, Aubry e Coulombe, 2004). O sentimento psicológico de comunidade é uma variável que se refere à concisão e às atitudes sobre os vizinhos e os empreendimentos (McMillan e Chavis, 1986), enquanto a vizinhança é uma variável de comportamento que envolve a interação e a troca de suporte entre os vizinhos (Unger e Wandersman, 1985). Nas comunidades territoriais, o sentimento de comunidade implica a ligação e os sentimentos de pertença a esse local. Os residentes sentem que podem influenciar o que acontece na sua comunidade, que as suas necessidades serão satisfeitas pelos recursos locais e através do contacto com os outros residentes (Ornelas, 2008:62).

A segunda diz respeito aos interesses, culturas, tarefas ou propósitos comuns dos indivíduos que integram a comunidade. “As pessoas podem pertencer a várias comunidades, simultaneamente.” (Ornelas, 2008:62). Vários autores têm sugerido que, atualmente, as comunidades mais significativas para as pessoas, onde encontram as suas fontes de identificação, apoio e pertença, já não são as definidas em termos geográficos, mas as comunidades relacionais (Heller, 1989; Hunter e Riger, 1986; Rheingold, 1991).

O facto de as sociedades serem cada vez mais heterogéneas e diversificadas, nelas coexistindo diferentes culturas, idades e interesses, obriga cada vez mais a que as comunidades tenham de saber lidar com a diferença e o conflito sob pena de aumentarem as cisões, o que levará ao enfraquecimento da comunidade. As comunidades têm de ser capazes gerir os conflitos e alcançar resoluções construtivas, fortalecendo entre os seus membros o sentimento de comunidade.

Ao longo dos anos foram realizados diversos estudos sobre esta temática, de onde resultaram diversas conclusões, nomeadamente: “(...) as pessoas que têm um forte sentimento de comunidade, no contexto de vizinhança, apresentam sentimentos mais

elevados de protecção e segurança e uma maior predisposição para ajudar os outros moradores“ (Omoto e Snyder, 2002; Schweitzer, 1996), “(...) O tempo de residência nos Empreendimentos parece fortalecer o sentimento de comunidade, facilitando o desenvolvimento de relações mais frequentes e satisfatórias, entre vizinhos” (Buckner, 1988; Farrell, Aubry e Coulombe, 2004; Glynn, 1986; Robinson e Wilkinson, 1995; Sánches-Vidal, 2007), cultivar o sentimento de comunidade nem sempre é mais benéfico para as pessoas. Num estudo realizado com mulheres a residir em Empreendimentos com altos índices de criminalidade, Brodsky (1996) constatou que essas mulheres partilhavam um sentimento negativo de comunidade para como seu Empreendimento, na medida em que sentiam que a sua segurança e das suas crianças estava ameaçada. Brodsky (1996) concluiu que estes sentimentos negativos de comunidade pode ser adaptativo quando os Empreendimentos constituem mais uma ameaça do que um recurso. A ligação entre sentimento de comunidade e participação social foi, igualmente, identificada em muitos outros estudos. O sentimento de comunidade está correlacionado positivamente com o desenvolvimento de relações positivas entre vizinhos, com a participação em organizações locais, com o controlo perfeccionado sobre o ambiente envolvente e com a eficácia colectiva (Ornelas, 2008: 64 e 65).

Centrando-nos agora nas questões da influência social, esta verifica-se quando “as acções de uma pessoa são condição para as acções de outra” (Vala, 2002:59). Ou seja, podemos dizer que o comportamento de alguém foi influenciado socialmente quando ele se modifica em presença de outrem (Vala, 2002:227). Existem estudos sobre a Teoria da Autocategorização que “considera que a influência social resulta de um processo de autocategorização pelo qual o alvo de influência se percebe como membro de um grupo, atribuindo-lhe as mesmas características e comportamentos que os outros membros do grupo.” (Vala, 2002:282)

James Kelly, por sua vez, através do estudo do conceito de interdependência, deu um grande contributo para a compreensão dos contextos ecológicos. Este conceito, parte integrante do axioma do paradigma ecológico, reconhece as múltiplas interações e influências entre os vários componentes de um sistema. Um dos princípios mais específicos que este autor propõe para explicar o mecanismo da influência, é o da

adaptação, no qual os indivíduos, para lidarem com os constrangimentos e exigências do ambiente, vão mudando os seus hábitos e comportamento e/ou desenvolvendo novas competências, no sentido de permanecerem nos contextos.

Também no início dos anos 50, com os estudos e experiências sobre conformismo levadas a cabo por Asch, tornou-se mais evidente e fundamentada a perspetiva de que uma elevada percentagem de indivíduos optam por soluções conformistas em relação aos grupos em que estão inseridos, mesmo quando essas soluções são contrárias às evidências sensoriais imediatas. A importância deste fenómeno do conformismo vai além do impacto imediato num determinado comportamento, uma vez que interfere na estabilidade dos comportamentos, das atitudes e das crenças ao longo do tempo, daí que quando se pretende estudar os fenómenos sociais relacionados com exigências de mudança, esta dimensão do funcionamento humano seja crucial.

Estudiosos debruçaram-se também sobre as motivações que estão na base dos comportamentos conformistas e, nesta área, a distinção mais geral e globalmente aceite, é a de Deutsch e Gerard. A motivação para o conformismo e, portanto, a influência que um indivíduo terá sobre o outro, é mediada pela relação de dependência que se estabelece entre eles. Estes últimos autores distinguem dois tipos de influência social, a normativa e a informativa. Quanto à primeira, refere-se ao processo através do qual o indivíduo evita a rejeição do grupo, ou seja, uma vez que a rejeição é mais provável quando um indivíduo tem expectativas ou normas distintas da do grupo, ao ajustar-se ao que o outro ou o grupo fazem, obtém maior grau de aceitação e integração. Já quanto à influência social informativa ela ocorre quando o comportamento dos outros em relação a um determinado estímulo serve para o indivíduo interiorizar informação sobre o meio, aceitando esses comportamentos como prova de verdade e construindo o seu conhecimento com base na observação e interiorização das reações, atitudes e crenças dos outros.

Outra questão importante a que o estudo sobre a influência social nos remete, é o nível de influência que os que não são considerados do mesmo grupo conseguem ter nos indivíduos. A reflexão sobre a relação que se cria entre técnicos e inquilinos e a influência que os primeiros pretendem ter sobre os segundos pode também ser alvo de

análise à luz desta teoria e das suas variantes. Efetivamente “um grande número de investigações tem demonstrado que, quando um emissor é categorizado no grupo dos outros, o seu impacto directo diminui drasticamente, provocando quer indiferença quer afastamento.” (Vala, 2002:281)

### **3. Famílias multiproblemáticas pobres: conceito e características**

O conceito de famílias multiproblemáticas foi desenvolvido em 1950 por investigadores e profissionais das ciências sociais. Ao longo das últimas décadas outras designações foram surgindo para classificar as famílias multiproblemáticas, tais como desorganizadas (Minuchin et al., 1967), excluídas (Thiery, 1976), cronicamente disfuncionais (Minuchin, Colapinto e Minuchin, 1998) ou multi-forçadas (Madsen, 1999). Estas diferentes designações apontam para diferentes características das famílias e juntas demonstram a complexidade do conceito (Eusébio, 2005:4). Esta tipologia de família tem sido descrita não pela existência de apenas um problema ou sintoma, mas sim pela coexistência, em simultâneo e/ou de forma sequencial, de múltiplos problemas de gravidade elevada que afetam mais do que um elemento do agregado. No entanto, esses sintomas, apesar de múltiplos e variados, têm um papel secundário face ao sintoma familiar: tendência para o caos e desorganização (Alarcão, 2000:26).

Os estudos mostram que são vários os contributos para a situação de desorganização das famílias multiproblemáticas pobres, mas os mais comuns são a hierarquia caótica, a redução de regras, as ruturas repetidas e as reconstituições de relacionamentos e, predominantemente, a existência de padrões de comunicação verbal desadequados (Eusébio, 2005: 5).

A esta tipologia de família associa-se normalmente o conceito de pobreza e o baixo estatuto sociocultural, porém, agregados com as características expostas podem encontrar-se em qualquer extrato social, cultural e económico. Esta associação redutora deve-se ao facto das famílias multiproblemáticas pobres comporem um grupo mais visível, sobretudo perante os técnicos e a comunidade (Sousa et al., 2005:3).

As investigações acerca de famílias multiproblemáticas têm sobretudo enfatizado as suas fragilidades, os seus défices e o seu disfuncionalismo. Neste contexto torna-se difícil para as famílias e para os profissionais que com elas trabalham co construir uma melhoria de vida para os membros dessas famílias. Deste modo, torna-se necessário perceber que todas estas “famílias têm competências e recursos e constituem núcleos que diariamente resolvem problemas” (Sousa, 2007:15). Tendem apenas, a estar parcialmente paralisadas ou bloqueadas em padrões de organização que são disfuncionais mas que dão algum sentido de controlo ou segurança à família, daí a repetição de comportamentos e a manutenção dos problemas.

As famílias multiproblemáticas pobres podem ser definidas por um conjunto de características:

**a) Múltiplos problemas severos de longa duração** (transgeracionais): estas famílias apresentam vários problemas diagnosticados, em simultâneo, e que podem permanecer na família ao longo de gerações (ex.: maus-tratos, alcoolismo, prostituição, delinquência, toxicodependência, insucesso escolar, depressões, psicoses);

**b) Crises Sucessivas:** São famílias que experimentam um elevado número de crises (ex.: agressões por elementos significativos, detenções, intervenções dos serviços de proteção de menores, conflitos com amigos ou familiares). As situações de *stress* não são, assim, meramente situacionais;

**c) Dificuldade em confiar em terceiros:** a vida dos elementos que integram estas famílias são frequentemente povoadas por rejeições, abandonos, promessas não cumpridas ou traições, quer pelos restantes membros da família ou pessoas mais próximas, quer pelos próprios profissionais ou representantes das instituições. Por estas razões, não raras vezes os membros destas famílias têm dificuldade em confiar que os diferentes serviços técnicos lhes possam ser úteis ou reconheçam as suas necessidades;

**d) Sentimento de incapacidade aprendida:** um aspeto recorrentemente identificado nos estudos efetuados às famílias multiproblemáticas é a passividade e a incapacidade aprendida que apresentam. Este estado de passividade surge muitas das vezes correlacionado com um sentimento de inutilidade e com uma história de envolvimento crónico com os serviços sociais. Estes sentimentos permitem concluir que estas famílias não reconhecem possuir o empoderamento e/ou a capacidade para



influenciar o mundo à sua volta, autopercecionando-se e percecionando todos os membros que a constituí como meros recetores passivos. Esta passividade estende-se mesmo à incapacidade para resolver problemas ou de pensar sobre os acontecimentos/problemas ou as consequências dos seus atos, porquanto a experiência destas famílias é a de que os seus atos/ações não causam qualquer diferença. Desta forma, vistos a partir do contexto de uma extrema incapacidade, os problemas parecem ser intransponíveis/insuperáveis;

e) **Escassos recursos materiais:** estas famílias lidam com múltiplas necessidades básicas: condições habitacionais desadequadas e rendimentos insuficientes face à dimensão dos agregados familiares que resultam, entre outras, em carências alimentares, de vestuário, de cuidados de saúde, de serviços essenciais de fornecimento de água e eletricidade.

f) **Resiliência:** todas as famílias deparam-se diariamente com múltiplos desafios e esforçam-se por os ultrapassar e, quer investigações quer a literatura, já demonstraram que todas as famílias têm competências e recursos, não sendo as famílias multiproblemáticas pobres uma exceção a esta regra.

São diversas as áreas problema identificadas no âmbito do estudo das famílias multiproblemáticas pobres. Entre estas áreas problema podemos identificar a educação, o emprego, a gestão financeira, a habitação, as relações familiares, as relações sociais, os rendimentos e a saúde, áreas problema essas cujas características se poderão explorar no quadro 1 que se segue:

Quadro 1 – Área problema

ÁREA PROBLEMA	CARACTERÍSTICAS
<b>EDUCAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixos níveis educacionais</li> <li>- Incumprimento da escolaridade obrigatória</li> <li>- Insucesso escolar</li> <li>- Abandono precoce e absentismo escolar</li> <li>- Necessidades educativas especiais</li> <li>- Analfabetismo</li> </ul>

<b>PROFISSIONAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desemprego</li> <li>- Emprego temporário e/ou precário</li> <li>- Trabalho informal</li> <li>- Instabilidade profissional</li> <li>- Domésticas (desemprego oculto)</li> </ul>
<b>GESTÃO FINANCEIRA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consumos elevados por necessidades</li> <li>- Não contribuição de todos os membros no orçamento familiar</li> <li>- Consumos elevados por gestão desadequada do economato familiar</li> <li>- Não pagamento da pensão de alimentos</li> </ul>
<b>HABITAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Condições:</u></li> <li>- Problemas de conservação e manutenção</li> <li>- Ausência de infraestruturas básicas</li> <li>- Sobrelotação</li> <li>- Condições habitacionais abarracadas</li> <li>- <u>Ocupação:</u></li> <li>- Rendas/Prestações elevadas</li> <li>- Problemas legais</li> <li>- Indefinição da situação habitacional</li> </ul>
<b>RELAÇÕES FAMILIARES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relações conflituosas com a família alargada</li> <li>- Relações conflituosas no seio do agregado familiar</li> <li>- Relações distantes com a família alargada</li> <li>- Relações distantes no seio do agregado familiar</li> <li>- Preocupação com o futuro dos descendentes</li> <li>- Violência doméstica/maus tratos infantis</li> <li>- Conflitos resultantes da tarefa de cuidar de dependentes</li> <li>- Conflitos recorrentes de rutura familiar</li> </ul>
<b>RELAÇÕES SOCIAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflitos com vizinhos, senhorio e conhecidos</li> <li>- Solidão</li> <li>- Conflitos no local de trabalho</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Conflitos com profissionais das áreas da saúde, escolar ou ação social</li><li>- Sentimentos de marginalização pela comunidade local</li><li>- Insegurança</li></ul>
<b>RENDIMENTOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Baixos rendimentos da atividade laboral</li><li>- Sobre-endividamento</li><li>- Ausência de rendimentos provenientes do trabalho</li><li>- Baixos rendimentos devido à situação de desemprego</li><li>- Baixos rendimentos de pensões ou prestações sociais</li></ul>
<b>SAÚDE</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Deficiência/Incapacidade</li><li>- Dependência de terceiros</li><li>- Alcoolismo e Toxicodependência</li><li>- Depressões e psicoses</li><li>- Doenças profissionais ou acidentes de trabalho</li></ul>



## Capítulo II - Estudo empírico

### 1. Contexto de investigação

#### 1.1 Caracterização socioinstitucional

##### 1.1.1. Caracterização geral da CASFIG

A CASFIG é uma empresa municipal detida, na sua totalidade, pelo Município de Guimarães. Por força da lei que rege o SEL, a CASFIG é dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, e está sediada na Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº 354, da freguesia de Azurém do concelho de Guimarães.

A CASFIG foi constituída no ano de 1999 ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, tendo os seus Estatutos sofrido a última alteração em 2013, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 52/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

Com o objetivo de dotar os cidadãos de habitação condigna, o Município de Guimarães constituiu a CASFIG, cometendo-lhe a responsabilidade de gerir o parque habitacional de que é proprietária, bem como de estudar e propor medidas para a resolução dos problemas habitacionais das famílias do concelho de Guimarães cuja situação lhes não permita recorrer ao mercado particular de arrendamento.

A CASFIG tem como objeto principal a promoção e gestão do património imobiliário habitacional, em especial, e primordialmente, as habitações sociais do Município de Guimarães.

No âmbito socioeconómico, a CASFIG cria e exerce serviços de apoio e acompanhamento social no domínio das carências habitacionais na área territorial do Município de Guimarães e pode exercer ainda todas as atividades que, acessoriamente, digam respeito ao seu objeto e não sejam excluídas por lei.

### 1.1.2. População-alvo

A população-alvo da CASFIG encontra-se dividida em dois grandes grupos.

O primeiro grupo integra os munícipes do concelho de Guimarães que demonstram possuir precariedade socioeconómica e habitacional, que pode ter a sua origem em vários domínios de vulnerabilidade, seja por viverem em barracas, em situações abarracadas ou em locais não destinados à habitação (caves, garagens, vãos de escada, etc.), ou por não terem acesso pleno aos serviços de saúde, pelas reduzidas habilitações literárias, por desempenharem trabalhos precários e desqualificados, ou pela convergência de indicadores de distribuição espacial da vulnerabilidade.

O segundo grupo circunscreve-se à intervenção efetuada junto dos residentes dos empreendimentos de habitação social do Município de Guimarães. Estes residentes caracterizam-se, na sua globalidade, por possuírem níveis de instrução reduzidos, trabalhos de baixa qualificação e baixos rendimentos. Apesar da resposta habitacional que tiveram por parte do Município, estas famílias são particularmente vulneráveis a fenómenos de exclusão social carecendo, por isso, de uma intervenção sistémica e integrada no sentido de promover uma inclusão social positiva e evitar a *guetização* e a degradação dos empreendimentos.

### 1.1.3. Principais atividades desenvolvidas pela CASFIG

- Realojamento convencional em habitação social;
- Residências Partilhadas, definem-se como uma habitação partilhada por duas, três ou quatro pessoas, dependendo da tipologia, que de forma autónoma ocupam o mesmo espaço habitacional;
- SMA, materializa-se com a atribuição de uma subvenção mensal que se destina em exclusivo a auxiliar as famílias de baixos rendimentos a pagar a renda da habitação em que residem;

- MSA, é uma iniciativa do governo central, criada em 2012 e inscrita no PES, tendo sido delegada na CASFIG a responsabilidade de garantir a sua concretização no concelho de Guimarães. O MSA destina-se a um segmento da população cujos rendimentos não lhes permite serem realojados em habitação social mas também não lhes conferem capacidade financeira para recorrer ao mercado particular de arrendamento. O objetivo desta medida é disponibilizar habitações com valores de renda entre os 20% e os 30% abaixo dos valores praticados no mercado livre de arrendamento;

- Programa *Porta 65 Jovem*, gerido pelo IHRU, é um sistema de apoio financeiro ao arrendamento, dirigido a jovens com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos. No âmbito deste programa, a CASFIG tem vindo a prestar apoio técnico aos jovens vimeanenses que pretendam instruir candidatura, uma vez que o fato de estas apenas poderem ser submetidas eletronicamente cria constrangimentos e dificuldades a alguns dos interessados;

- Pedidos de reserva de fogo ao IHRU;
- Acompanhamento psicossocial das famílias residentes nos empreendimentos sociais;
- Desenvolvimento de ações lúdico-pedagógicas;
- Acompanhamento de vistorias administrativas, expropriações e ações de despejo.

#### 1.1.4. Caracterização das habitações sob gestão da CASFIG

Encontram-se sob a gestão da CASFIG um total de 494 habitações, 1 edifício sede e 6 salas de condomínio.

Como o quadro 2 infra indica, o número de habitações cuja gestão social, patrimonial e financeira está a cargo da CASFIG, distribui-se por nove empreendimentos, dois Bairros e um conjunto de casas dispersas pelo concelho de Guimarães.

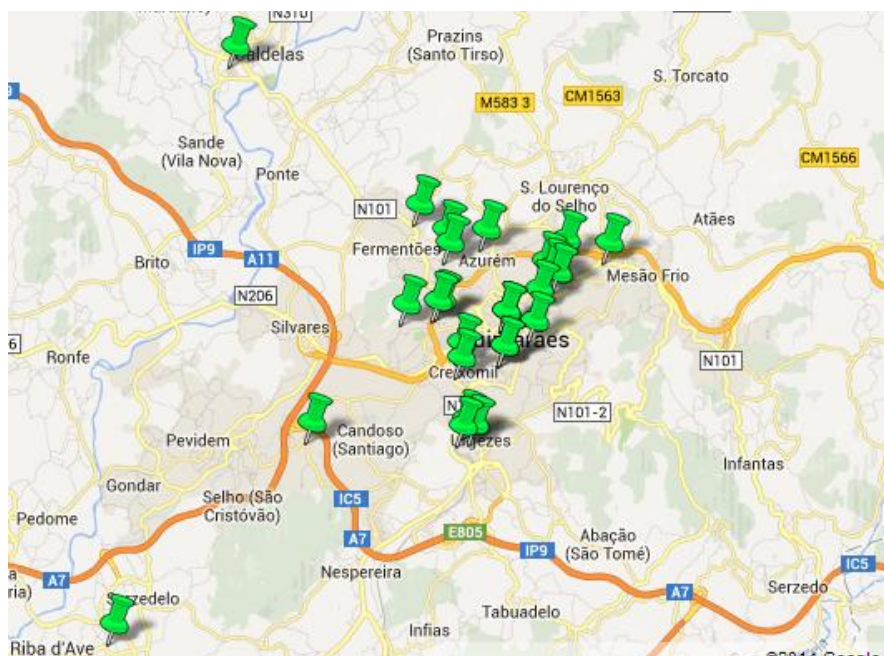
## Quadro 2 – Prédios sob gestão da CASFIG

<b>PRÉDIOS SOB GESTÃO DA CASFIG</b>	<b>N.º DE PRÉDIOS</b>
Sede da CASFIG – R. Capitão Alfredo Guimarães, nº 354 – Azurém	1
Salas de Condomínio e outros espaços	6
Empreendimento de Azurém	25
Rua da Fé (Monte Largo) – Azurém	1
Lugar do Bom Retiro – Azurém	2
Lugar da Taipa ou Além, Lote 5, nº 155 – Caldelas	2
Bairro da Arcela – Costa	3
Quinta da Azenha – Costa	1
R. Monsenhor António Araújo Costa, 135 – Costa	2
Parque das Hortas, nº 312 – Costa	1
Empreendimento de Creixomil	72
Atouguia – Rua H – Creixomil	2
Atouguia – Rua A – Creixomil	3
Rua Cruz de Pedra – Creixomil	9
Quinta da Honra – Creixomil	1
Empreendimento de Mataduços – Fermentões	60
Empreendimento de Monte de São Pedro – Fermentões	39
Empreendimento de Coradeiras – Fermentões	98
Rua da Rebanha – Guardizela	1



Empreendimento de Mesão Frio	24
Bairro Leão XIII – Oliveira do Castelo	12
Rua da Arcela, n.º 58 – Oliveira do Castelo	1
Rua de Santa Maria – Oliveira do Castelo	3
Praça de São Tiago – Oliveira do Castelo	1
Praceta Guilherme Faria, n.º 1 e n.º2 – Oliveira do Castelo	2
Rua Abel Salazar – Oliveira do Castelo	4
Rua Dr. João Antunes Guimarães, n.º 280, R/C Dto. – Oliveira do Castelo	1
Rua Manuel Peixoto, n.º 270, 3.º Esq. – Creixomil	1
Empreendimento de Urgezes	32
Bairro Municipal de Urgezes	67
Bloco Habitacional de Urgezes	8
Bairro de Sernande (Candoso S. Martinho)	9
Bairro do Sardoal (R. Com. José Luís Pina) – Urgezes	6
Lugar do Sardoal – Urgezes	1
<b>TOTAL</b>	<b>501</b>

### 1.1.5. Cartografia



## 1.2 Caracterização geral dos bairros estudados

Quadro 3 – Caracterização geral dos bairros estudados

Nome do empreendimento	Nº de Fogos	Nº atual de agregados familiares residentes	Infraestruturas existentes no empreendimento	Freguesia
Empreendimento de Azurém	25	25	1 sala multiusos	Azurém
Empreendimento de Creixomil	72	72	1 sala de atividades	Creixomil

Empreendimento de Mataduços	60	59	1 Centro de Recursos	Fermentões
Empreendimento de Monte São Pedro	39	39	1 sala de atividades 1 Parque Infantil 1 Ringue desportivo 1 sala de atividades 1 Garagem/armazém	Fermentões
Empreendimento de Coradeiras	98	97	1 Centro de Recursos 1 Ringue desportivo	Fermentões
Empreendimento de Mesão Frio	24	24		Mesão Frio
Empreendimento de Urgeses	32	32	1 sala de atividades	Urgeses
TOTAL	350	348	11	-----

## 2. Tipo de estudo

Para a realização desta Tese de Mestrado foi escolhido como método o Estudo de Caso, que consiste numa “observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (Bogdan e Biklen, 1994:89).

Os estudos de caso correspondem a um modelo de análise intensiva de uma situação particular (caso). Tal modelo, flexível no recurso a técnicas, permite a recolha de informação diversificada a respeito da situação em análise, viabilizando o seu conhecimento e caracterização.

No estudo de caso, como facilmente se deduz do que ficou dito, o pesquisador pode recorrer a uma grande diversidade de técnicas, facto que tanto pode ser determinado pelo quadro teórico de que se possa ter socorrido e das hipóteses que tenha elaborado, como da especificidade da situação, ou de ambas as condições: inquérito por

questionário, entrevista, análise documental, observação participante (Pardal e Correia, 1995:23).

O estudo de caso apresentado insere-se na modalidade de estudo de caso prático dado que procura responder aos mais diversos fins, estes estudos “comummente utilitários, visam fazer o diagnóstico de uma organização ou avalia-la, tendo as motivações mais diversas.” (Pardal e Correia, 1995:24).

Como a ideia de base do presente estudo é a de conhecer a forma como as pessoas vivem e se interrelacionam com a sociedade que a rodeia, nomeadamente com a realidade dos bairros sociais, recorreu-se a uma metodologia qualitativa de modo a estudar essas mesmas vivências sem as descontextualizar. O presente estudo não pretende extrair conclusões globais sobre o tema, porquanto, se focou exclusivamente nas particularidades associadas aos bairros sociais do concelho de Guimarães para desta forma compreender e preparar uma possível futura intervenção.

Nessa medida, e de acordo com as especificidades deste estudo de caso, optou-se por o mesmo seguir a metodologia do diagnóstico social.

O **Diagnóstico Social**, que deriva do grego *diagnostikós*, formado pelo prefixo *dia*, que significa “*através*” e *gnosis* que significa “conhecimento” ou “apto para conhecer” é um “conhecer através” ou um “conhecer por meio de”. Por Diagnóstico Social entende-se um processo de elaboração e sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e evolução ao longo do tempo, assim como os fatores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis; permitindo uma discriminação dos mesmos consoante a sua importância, com vista ao estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de forma que se possa determinar de antemão o seu grau de viabilidade e eficácia, considerando tanto os meios disponíveis como as forças e atores sociais envolvidos nas mesmas (Idáñez e Ander-Egg, 2007:27).

O Diagnóstico Social é orientado para a ação, possuindo dois propósitos: por um lado, fornecer “uma informação básica que sirva para programar ações concretas. Esta informação será mais ou menos alargada, consoante se trate de elaborar um plano, um programa, um projeto, ou simplesmente realizar determinadas atividades” (Idáñez e Ander-Egg, 2007:16); e por outro lado, “proporcionar um quadro situacional que sirva

para selecionar as estratégias de atuação mais adequadas.” (Idáñez e Ander-Egg, 2007:16).

É assim, também, perceptível o porquê da escolha deste para esta Tese de Mestrado, pois pretende-se com este estudo conceber um instrumento de trabalho que permita repensar estratégias de intervenção utilizadas até ao momento pela equipa técnica da CASFIG, sendo o estudo a efetuar a base para a reflexão e seleção de novas estratégias de atuação. Em suma, pretende-se ligar a investigação e a programação porquanto é necessário conhecer a realidade para poder agir com eficácia.

Um Diagnóstico Social está relacionado e apoia-se numa Investigação Aplicada.

A Investigação Aplicada caracteriza-se pelo seu interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos que adquirem. Pode dizer-se, igualmente, que a investigação aplicada tem o lema “conhecer para fazer”, para atuar; seja com o propósito de modificar, manter, reformar ou alterar radicalmente algum aspeto da realidade social. Preocupa-se com a aplicação mais ou menos imediata dos conhecimentos adquiridos acerca de uma realidade circunstancial. Trata-se de realizar um estudo com a finalidade de obter conhecimentos, para produzir mudanças, introduzidas e ou planificadas. Ou com o propósito de resolver problemas, satisfazer necessidades, desenvolver potencialidades, ou agir sobre algum aspeto da realidade social (Idáñez e Ander-Egg, 2007:16).

E, nessa medida, o diagnóstico deve de ser uma unidade de análise e síntese da situação-problema que sirva de referência para a elaboração de um programa de ação. Consequentemente, no diagnóstico deve fazer-se uma descrição dos elementos e dos aspetos integrantes da realidade que é motivo de estudo. Mas, em simultâneo, é necessário estabelecer a interligação e a interdependência dos mesmos, de modo que as partes fiquem estudadas como constituindo um todo estruturado e indissolúvel (Idáñez e Ander-Egg, 2007:20).

Temos assim que, devido às dinâmicas sociais não serem estanques ou definitivas, um diagnóstico Social nunca se encontra terminado e está sempre em constante construção e mutação.

Nesse sentido, um diagnóstico não se realiza só para se saber “o que acontece”. Realiza-se também para saber “o que fazer”. Por isso, existem dois prognósticos ou finalidades últimas do diagnóstico:

- Servir de base para programar ações concretas;
- Proporcionar um quadro de situação que sirva para selecionar e estabelecer as estratégias da situação.

Vulgarmente, sempre que se menciona a primeira das finalidades enunciada, muito poucas vezes se pensa no diagnóstico como elemento importante e significativo que pode ajudar a ultrapassar os obstáculos e as dificuldades que obstruem a realização de um determinado projeto ou um conjunto de atividades (Idáñez e Ander-Egg, 2007:24 e 25).

Um aspeto importante sobre o diagnóstico é que este deve de ser também fundamento das estratégias que têm de servir à prática concreta, de acordo com as necessidades e aspirações manifestadas pelos próprios interessados (família, grupo, organização, comunidade, aldeia, etc.) e a influência dos diferentes fatores que incidem e agem de maneira positiva, negativa ou neutra, no alcançar os objetivos propostos e na realização e implementação das ações a realizar. O planeamento deve ser flexível para poder adaptar os processos às decisões que cada conjuntura requer, mas para tal, o diagnóstico (sempre em realização ou atualização) deve orientar a tomada de decisões com o fim de manter ou corrigir o conjunto das atividades na direção da situação-objetivo desejada (Idáñez e Ander-Egg, 2007:25).

O importante não é só identificar e conhecer os problemas: o verdadeiro sentido do diagnóstico é compreender a fundo os problemas para poder atuar com eficácia sobre os mesmos. Para ter essa “compreensão profunda” é imprescindível determinar os fatores mais relevantes (positivos e negativos) que afetam cada situação concreta; identificar os meios e as possibilidades de intervenção, e estabelecer prioridades e estratégias que sirvam para programar as ações futuras com o mínimo de garantias de êxito (Idáñez e Ander-Egg, 2007:28).

### 3. Pergunta de partida

Quais as perceções que os moradores dos empreendimentos de habitação social geridos pela CASFIG possuem sobre o espaço onde habitam e a sua condição de vida?

### 4. Objetivos do estudo de caso

- Objetivos gerais:
  1. Aprofundar o conhecimento sobre os residentes e os empreendimentos de habitação social da cidade de Guimarães geridos pela CASFIG;
  2. Aferir se a modalidade de habitação social é uma resposta eficaz face às necessidades dos que a procuram no concelho de Guimarães.
- Objetivos específicos:
  - 1.1. Apurar as perceções dos moradores residentes nos empreendimentos de habitação social da cidade de Guimarães geridos pela CASFIG;
  - 1.2. Desenhar o perfil socioeconómico dos moradores residentes nos empreendimentos de habitação social da cidade de Guimarães geridos pela CASFIG;
  - 1.3. Analisar o grau dos estereótipos sentidos pelos residentes em empreendimentos de habitação social da cidade de Guimarães geridos pela CASFIG;
  - 1.4. Analisar a transgeracionalidade em habitação social;
  - 1.5. Analisar os efeitos dos empreendimentos de habitação Social, geridos pela CASFIG, na vida dos seus moradores;

1.6. Aferir as expectativas sobre o futuro dos residentes em empreendimentos de habitação social da cidade de Guimarães geridos pela CASFIG;

2.1. Compreender de que forma o realojamento em habitação social e a melhoria de condições de habitabilidade contribuem para a quebra dos ciclos de pobreza e exclusão social em algumas famílias residentes em empreendimentos de habitação social da cidade de Guimarães geridos pela CASFIG;

2.2. Analisar modalidades de apoio na área da habitação alternativas ao realojamento em habitação social.

## 5. Universo e amostra

O universo do estudo de caso são os residentes dos empreendimentos de habitação social sob a gestão da CASFIG. Existem um total de 494 fogos nos empreendimentos de habitação social administrados pela CASFIG, pelo que o universo diz respeito ao número de famílias residentes nestes empreendimentos, o qual rondará 483 agregados familiares, os quais integram, na sua globalidade, cerca de 2000 indivíduos. O estudo de caso incidiu sobre um total de 348 agregados familiares, provenientes de 7 empreendimentos geridos pela CASFIG. Esta seleção baseou-se no facto desta empresa municipal gerir 8 núcleos residenciais construídos ao abrigo do disposto no DL 226/87, de 6 de Junho, que rege o realojamento em habitação municipal. No entanto, uma vez que o Bairro do Sardoal foi construído expressamente para realojar agregados familiares a quem o Município de Guimarães promoveu ações de expropriação, entendeu-se não enquadrá-lo no âmbito deste estudo.

No que diz respeito à amostra, a mesma incide sobre um grupo de 94 indivíduos pertencentes aos agregados familiares residentes nos empreendimentos selecionados que percentualmente corresponde, a 27,01% da População selecionada.

A Amostra representa a heterogeneidade das famílias residentes nos diferentes empreendimentos geridos pela CASFIG: *adultos em idade ativa* (com idades



compreendidas entre os 22 e os 64 anos), *de ambos os sexos*, de *diferentes etnias e culturas* residentes nos diversos empreendimentos sociais que se encontram distribuídos por diferentes pontos da cidade de Guimarães (dado cada empreendimento possuir diferentes dinâmicas e características), e que tenta representar a maior diversidade de famílias possível (isoladas, monoparentais, nucleares, numerosas e recompostas).

Quadro 4 – Universo e amostra

EMPREENHIMENTO	Nº DE AGREGADOS FAMILIARES	Nº DE ENTREVISTAS REALIZADAS
Azurém	25	6
Creixomil	72	17
Mataduchos	59	15
Monte São Pedro	39	14
Coradeiras	97	22
Mesão Frio	24	6
Urgezes	32	14
<b>Total:</b>	348	94

A seleção da amostra foi fundamental pois pretendia-se que a mesma representasse a diversidade de famílias residentes nos empreendimentos sociais geridos pela CASFIG, incluindo membros de famílias mais pobres e em risco de exclusão social (famílias com filhos portadores de deficiência, beneficiários do RSI, desempregados, empregados em trabalho precário, com histórico de consumo de substâncias ilícitas, doenças crónicas, comportamentos delinquentes e problemas com a justiça ou emigrantes), e das famílias mais integradas socialmente (cujos membros possuem emprego estável, famílias com filhos a frequentar o ensino superior ou famílias integradas em ações de associativismo).

Os procedimentos de amostragem a seguir indicados foram obtidos através da aplicação de métodos de amostragem probabilísticos, nomeadamente do método da amostragem estratificada, o qual resulta da seleção aleatória dos moradores dos

empreendimentos estudados. Este método “usa-se quando a população está estratificada por grupos homogéneos com respeito à característica que se estuda, melhor ainda, quando dentro de cada estrato os sujeitos são retirados ao acaso simples e sistemático” (Almeida e Freire, 2008:115)

Os indivíduos foram selecionados aleatoriamente, através do recurso a uma base de dados na qual consta a identificação e os contactos telefónicos dos moradores, que foram contactados para aferir da sua disponibilidade em integrar a amostra via telefone ou através de contactos informais, de rua, aquando da realização de visitas aos empreendimentos.

Nunca no estudo foram utilizados meios institucionais, nomeadamente cartas ou ofícios. Houve ainda a permanente preocupação de verificar se a amostra pretendida estava totalmente representada.

## **6. Procedimentos**

O estudo de caso realizado é na sua totalidade qualitativo, pelo que foi feita uma cautelosa análise de conteúdo às entrevistas realizadas, a qual foi entendida como a melhor forma de conhecer as verdadeiras dinâmicas de interação nos empreendimentos em estudo.

A decisão de optar por realizar entrevistas em vez de inquéritos por questionário deveu-se ao facto da população que integra a amostra ser, na sua maioria, extremamente influenciável e querer responder de acordo com o que é socialmente aceite. Nessa medida, foi entendido que as entrevistas permitiriam uma maior abertura e espontaneidade nas respostas, não sugestionando a amostra com respostas previamente pensadas.

## 7. Instrumentos

O Instrumento de avaliação utilizado para a realização do estudo de caso foi uma Entrevista Estruturada com 37 questões abertas, construída de raiz (consultar o Guião de Entrevistas no anexo nº1).

As entrevistas, no caso dos destinatários o terem previamente autorizado através da assinatura do Consentimento Informado (consultar este documento no anexo nº 2), foram registadas via áudio, através de um gravador portátil.

O principal objetivo desta entrevista era o de obter resposta às seguintes questões: O que leva as pessoas a procurar a habitação social (motivações)? Quais as expectativas que as pessoas têm? O que realmente mudou nas suas vidas desde que alcançaram a Habitação pretendida? O que consideram sobre o acompanhamento efetuado por parte da Equipa Técnica da CASFIG? Se ponderam um dia abandonar a habitação social e ingressar no mercado particular de arrendamento? Como percecionam o empreendimento onde habitam de uma forma geral, especificando sobre as questões das drogas, álcool, conflitos de vizinhança, dinâmicas ou outros assuntos que considerassem relevantes? Se sentem qualquer tipo de rótulo ao aceder a alguns serviços (emprego, escola) ou se sentem que já foram alguma vez discriminados por residir num empreendimento social? Quais os problemas que enfrentam no dia-a-dia dos empreendimentos sociais? Como consideram que as pessoas fora desta realidade percecionam o empreendimento? O que consideram que deveria mudar no empreendimento? Como é o acesso ao mercado de trabalho e que rendimentos auferem? Como é composto o agregado familiar? Se os progenitores também residiam em habitação social? Como se quebraram ciclos de pobreza e exclusão social em algumas famílias? Se consideram que o Estado tem a obrigação de proporcionar uma habitação social? Porque são degradados os empreendimentos onde vivem? Quais são as competências destas famílias? Quais os fatores positivos destas famílias e quais as suas resiliências? Qual a importância da rede social que os rodeia? Quais as expectativas que possuem para os filhos e para si próprios? O que veem de positivo e negativo nas suas vidas?

O método da observação também foi utilizado de forma a identificar algumas dinâmicas e relacionamentos existentes nos empreendimentos que, por vezes, contrariavam o que era dito em entrevista pelos indivíduos.

## **8. Procedimentos/cuidados de controlo seguidos ao longo do estudo de caso**

No decorrer do estudo de caso foram tidos em conta alguns procedimentos/cuidados de controlo de fatores que poderiam interferir no mesmo, nomeadamente:

- Os entrevistados foram devidamente elucidados sobre os objetivos do estudo, separando-me do papel de técnica da CASFIG;
- Cada entrevista foi realizada em local que oferecia privacidade, conforto e disponibilidade total, evitando interrupções;
- Foi garantido aos entrevistados confidencialidade e anonimato;
- Dada a amostra ser elevada, foi realizado um plano onde foi definido o número de entrevistas a realizar em cada mês, o tempo necessário para a análise dos dados e para as conclusões (calendarização do estudo);
- Foram elaboradas estratégias de motivação para serem aplicadas ao longo do processo de realização das entrevistas e o tempo de duração das mesmas foi bem controlado, prevendo-se, dada a sua extensão, a possibilidade de ser efetuado um intervalo para os entrevistados poderem ir à casa de banho, beber água ou comer, de forma a não saturar o entrevistado evitando que este desse respostas rápidas apenas com o objetivo de concluir a entrevista;
- A linguagem utilizada foi adaptada à dos entrevistados, sem a utilização de quaisquer exemplos, de modo a que a mensagem chegasse sem dúvidas aos entrevistados e a resposta fosse fidedigna;
- Foram inicialmente definidos os vários momentos de avaliação da investigação de forma a existir flexibilidade que permitisse redefinir, ao longo do processo, o que não estivesse a correr da melhor forma;

- Em conclusão, foram realizadas diversas leituras, havia um conhecimento efetivo do terreno em estudo, da população alvo e o objeto de estudo foi bem definido, a calendarização, os procedimentos, os instrumentos e os agentes envolvidos em todo o estudo foram estabelecidos de forma atempada e houve flexibilidade perante alguns constrangimentos que foram surgindo.

## **9. Limitações que podem afetar a validade do estudo de caso**

Desde logo foram identificadas algumas limitações ao estudo de caso, nomeadamente, o facto de a entrevistadora pertencer à equipa técnica da CASFIG, pelo que muitos entrevistados não conseguiam diferenciar em que qualidade esta procedia à entrevista, o que poderá ter influenciado algumas respostas dos entrevistados pois poderão ter respondido o que entendiam ser socialmente aceite e esperado e não o que realmente pensavam. Nesta medida, deverá ser também tido em conta a confiança e proximidade que existe entre a entrevistadora e alguns membros da amostra.

Um outro facto que mereceu preocupação foi a escolha do local onde as entrevistas decorreriam de forma a garantir tranquilidade e confidencialidade aos entrevistados. Inicialmente foi previsto que as entrevistas seriam realizadas em local neutro (ex.: nas salas de atividades/condomínios existentes nos empreendimentos e não na sede da entidade gestora ou na habitação da própria pessoa), contudo, os entrevistados demonstraram maior disponibilidade para participar no estudo se a entrevista fosse aplicada na sua própria casa, tendo-se notado que, quando assim não sucedia, ou o entrevistado não comparecia ao encontro agendado ou chegava sempre atrasado. Nessa medida, por vezes, não existiu nem a privacidade nem a tranquilidade pretendida, pois no decorrer das entrevistas, os entrevistados eram, por vezes, interrompidos pelos filhos, cônjuges ou vizinhos.

Será importante sublinhar que este estudo de caso é apenas afeto à população em causa, pelo que deverá existir reserva em generalizar conclusões a partir desta população em particular - com diferentes percursos e experiências e provenientes de

uma cidade em concreto (Guimarães) - a toda a população em geral residente em habitação social.

## 10. Definições de hipóteses

### - Hipótese empírica:

Espera-se observar que a melhoria das condições de vida das famílias esteja interligada a diversos fatores, como a habitação, saúde, emprego, desenvolvimento de competências pessoais, sociais e organizacionais.

### - Hipótese nula:

Não se prevê observar que a concessão da habitação social esteja associada à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais das famílias.

## 11. Análise de conteúdo

No que diz respeito ao tratamento dos dados obtidos através das entrevistas, foi realizada uma exaustiva análise de conteúdo.

Segundo Virgínia Braun e Victoria Clarke por análise de conteúdo entende-se:

Thematic analysis is a method for identifying, analyzing and reporting patterns (themes) within data. It minimally organizes and describes your data set in (rich) detail. However, frequently it goes further than this, and interprets various aspects of the research topic (Boyatzis, 1998). The range of different possible thematic analyses will further be highlighted in relation to a number of decisions regarding it as a method (Braun, 2006:79) ...thematic analysis is not wedded to any pre-existing theoretical framework, and therefore it can be used within

different theoretical frameworks (although not all), and can be used to do different things within them. Thematic analysis can be an essentialist or realist method, which reports experiences, meanings and the reality of participants, or it can be a constructionist method, which examines the ways in which events, realities, meanings, experiences and so on are the effects of a range of discourses operating within society. It can also be a ‘contextualist’ method, sitting between the two poles of essentialism and constructionism, and characterized by theories, such as critical realism (eg, Willig, 1999), which acknowledge the ways individuals make meaning of their experience, and, in turn, the ways the broader social context impinges on those meanings, while retaining focus on the material and other limits of ‘reality’. Therefore, thematic analysis can be a method that works both to reflect reality and to unpick or unravel the surface of ‘reality’. However, it is important that the theoretical position of a thematic analysis is made clear, as this is all too often left unspoken (and is then typically a realist account). Any theoretical framework carries with it a number of assumptions about the nature of the data, what they represent in terms of the ‘the world’, ‘reality’, and so forth. A good thematic analysis will make this transparent (Braun, 2006, p. 81).

São diversas as vantagens na utilização da análise de conteúdo, nomeadamente:

Flexibility.

Relatively easy and quick method to learn, and do.

Accessible to researchers with little or no experience of qualitative research.

Results are generally accessible to educated general public.

Useful method for working within participatory research paradigm, with participants as collaborators.

Can usefully summarize key features of a large body of data, and/or offer a ‘thick description’ of the data set.

Can highlight similarities and differences across the data set.

Can generate unanticipated insights.

Allows for social as well as psychological interpretations of data.

Can be useful for producing qualitative analyses suited to informing policy development (Braun, 2006:97).

A análise de conteúdo seguida baseou-se em 6 fases distintas, cujos processos serão de seguida explorados:

1. Familiarizing yourself with your data: Transcribing data (if necessary), reading and re-reading the data, noting down initial ideas.

2. Generating initial codes: Coding interesting features of the data in a systematic fashion across the entire data set, collating data relevant to each code.

3. Searching for themes: Collating codes into potential themes, gathering all data relevant to each potential theme.

4. Reviewing themes: Checking if the themes work in relation to the coded extracts (Level 1) and the entire data set (Level 2), generating a thematic ‘map’ of the analysis.

5. Defining and naming themes: Ongoing analysis to refine the specifics of each theme, and the overall story the analysis tells, generating clear definitions and names for each theme.

6. Producing the report: The final opportunity for analysis. Selection of vivid, compelling extract examples, final analysis of selected extracts, relating back of the analysis to the research question and literature, producing a scholarly report of the analysis (Braun, 2006:87).



## Capítulo III - Apresentação de resultados e discussão do estudo “Perceções sobre a habitação social: retrato da realidade de Guimarães”

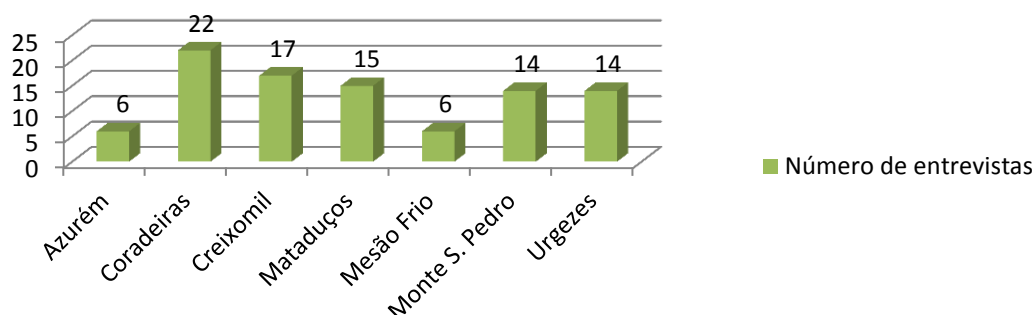
A recolha de dados para o presente estudo de caso teve início no mês de Fevereiro de 2011 e prolongou-se até ao mês de Abril de 2012, tendo tido lugar nos empreendimentos de habitação social, geridos pela CASFIG, sitos em Azurém, Coradeiras/Fermentões, Creixomil, Mataduços/Fermentões, Mesão Frio, Monte São Pedro/Fermentões e Urgezes.

No estudo de caso apenas serão apresentados os resultados dos empreendimentos de forma geral, podendo ser consultados no Anexo nº3 a discriminação dos dados de cada um dos empreendimentos individualmente considerados.

O estudo de caso encontra-se dividido, de forma a facilitar a sua compreensão, em 3 partes distintas, que abordam diferentes problemáticas. Na primeira parte realiza-se a caracterização geral da amostra, onde é traçado o perfil socioeconómico dos entrevistados. A segunda parte aborda e explora as inúmeras questões ligadas à habitação social. Por último, a terceira parte versa as perceções de vida dos entrevistados em certos domínios das suas vidas pessoais, como por exemplo a forma positiva ou negativa de enfrentarem as vicissitudes da vida.

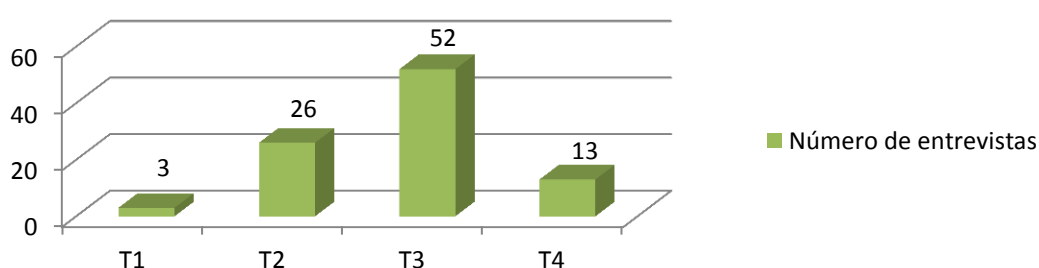
### 1. Caracterização geral da amostra

**Gráfico 1.** Distribuição do número de entrevistas por empreendimentos



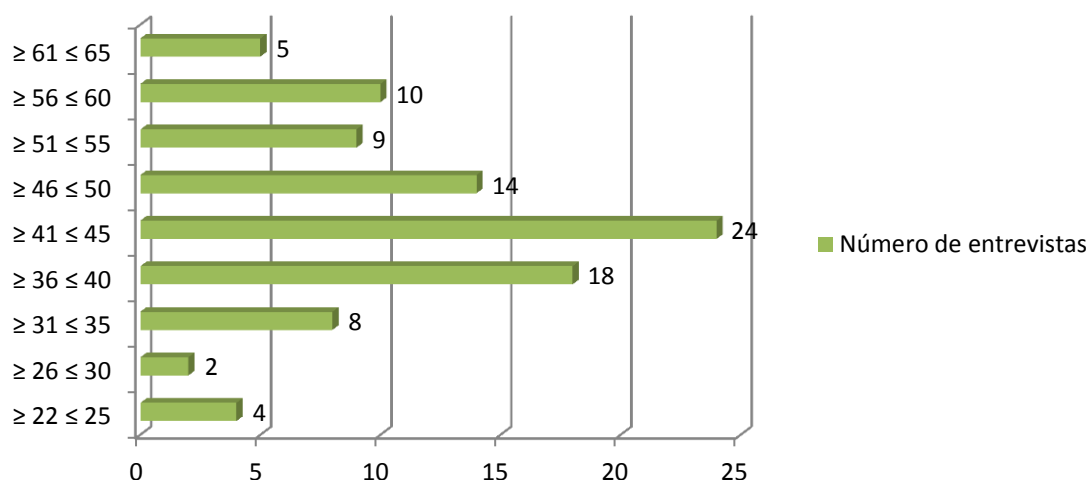
Foram realizadas um total de 94 entrevistas, das quais 22 foram efetuadas no Empreendimento de Coradeiras/Fermentões, 17 no Empreendimento de Creixomil, 15 no Empreendimento de Mataduchos/Fermentões, 14 em cada um dos Empreendimentos de Monte São Pedro/Fermentões e Urgezes e 6 em cada um dos Empreendimentos de Azurém e Mesão Frio.

**Gráfico 2.** Distribuição dos entrevistados por tipologia da habitação



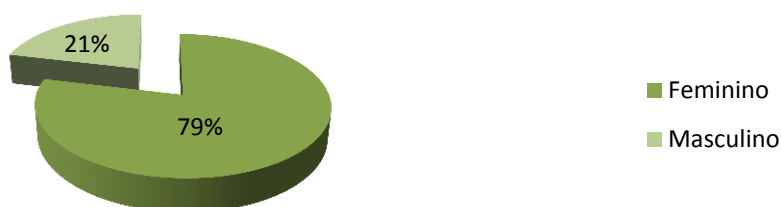
Do total dos 94 entrevistados nos diferentes empreendimentos, 52 declararam residir em habitação tipo T3, 26 em habitação tipo T2, 13 em habitação tipo T4 e 3 declararam residir em habitação tipo T1.

**Gráfico 3.** Distribuição dos entrevistados por faixa etária



Dos 94 entrevistados, 24 declararam possuir idade compreendida entre os 41 anos e os 45 anos, 18 entre os 36 anos e os 40 anos, 14 entre os 46 anos e os 50 anos, 10 entre os 56 anos e os 60 anos, 9 entre os 51 anos e os 55 anos, 8 entre os 31 anos e os 35 anos, 5 entre os 61 anos e os 65 anos, 4 entre os 22 anos e os 25 anos e 2 declararam possuir idade compreendida entre os 26 anos e os 30 anos.

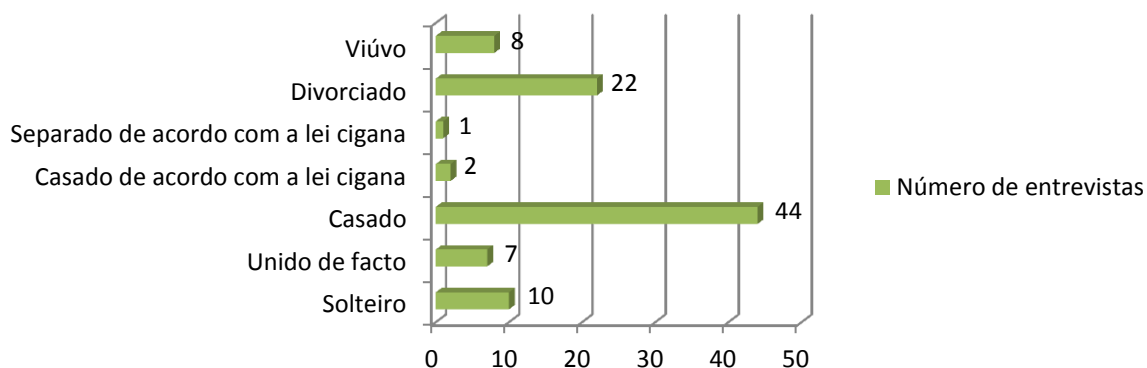
**Gráfico 4.** Distribuição dos entrevistados por género



No que diz respeito ao género, no universo dos 94 entrevistados nos diferentes empreendimentos, 74 eram do género feminino, o que corresponde a uma amostra de 79% dos entrevistados, e 20 eram do género masculino, o que corresponde a uma amostra de 21% dos entrevistados.

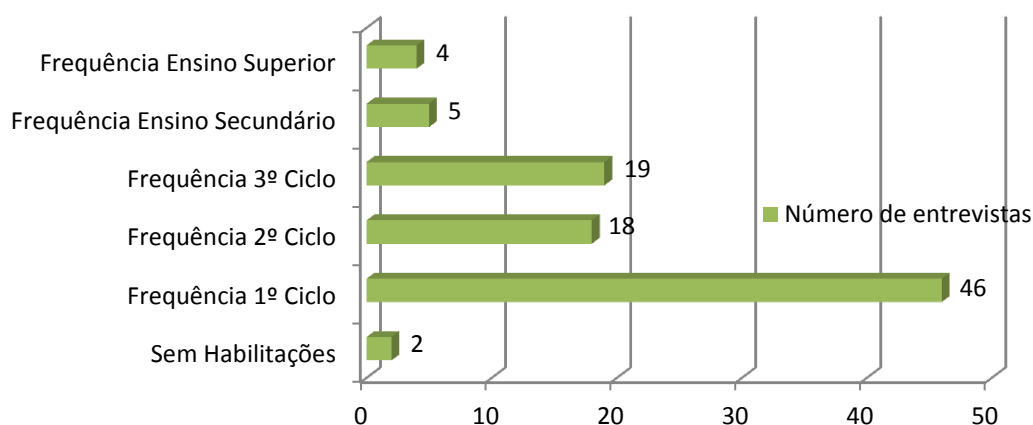
Importa referir que a diferença entre o número de entrevistas realizadas a indivíduos do género feminino e indivíduos do género masculino, resulta, por um lado, da aleatoriedade da amostra e, por outro, de diversos indivíduos do género masculino se terem recusado a ser entrevistados devido a alegada “falta de tempo” e suposta “falta de jeito”, passando esta tarefa para as suas mulheres.

**Gráfico 5.** Distribuição dos entrevistados por estado civil



Do total de 94 entrevistados, 44 declararam ser casados, 22 declararam ser divorciados, 10 declararam ser solteiros, 8 declararam ser viúvos, 7 declararam ser unidos de facto, 2 declararam ser casados de acordo com a lei cigana e 1 declarou ser separado de acordo com a lei cigana.

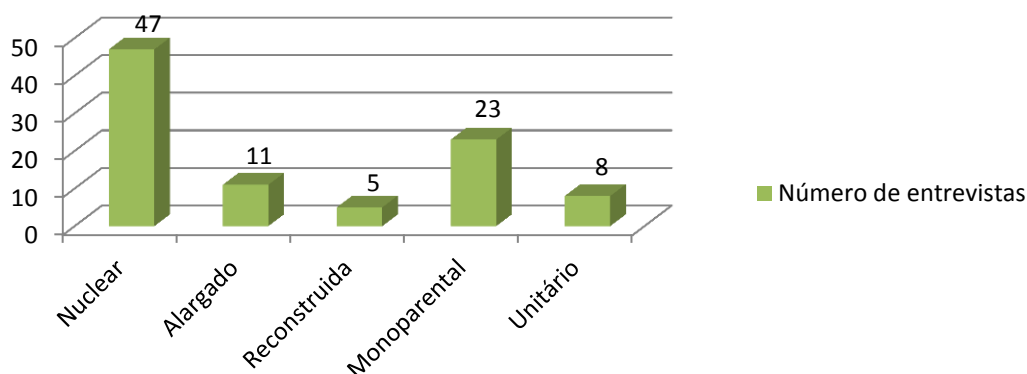
**Gráfico 6.** Distribuição dos entrevistados por habilitações académicas



No universo total de 94 entrevistados nos diversos empreendimentos, 46 declararam ter como habilitação académica o 1º Ciclo, 19 declararam possuir como habilitação académica o grau do 3º Ciclo, 18 declararam ter como habilitação académica o grau do 2º Ciclo, 5 declararam possuir o Ensino Secundário, 4 declararam ter como

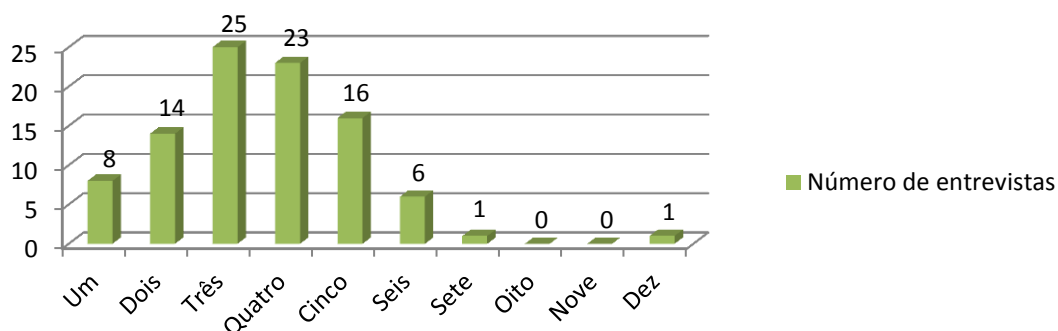
habilitação académica o Ensino Superior e 2 declararam não possuir qualquer habilitação académica.

**Gráfico 7.** Distribuição dos entrevistados por tipologia de família



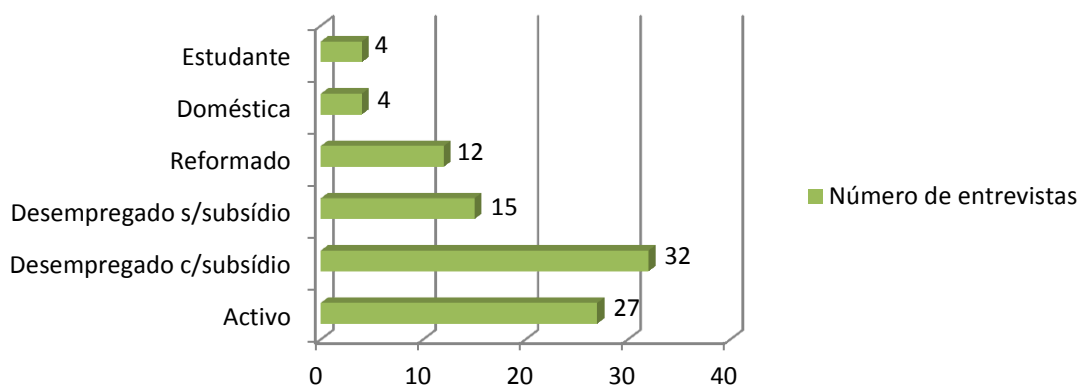
Do total de 94 entrevistados nos diferentes empreendimentos de habitação social, 47 declararam integrar uma família tipo Nuclear, 23 declararam integrar uma família tipo Monoparental, 11 declararam integrar uma família tipo Alargado, 8 declararam integrar uma família tipo Unitário e 5 declararam integrar uma família tipo Reconstruída.

**Gráfico 8.** Distribuição dos entrevistados por número de elementos do agregado familiar



Do total de 94 entrevistados, 25 declararam integrar um agregado familiar com 3 membros, 23 declararam integrar um agregado familiar com 4 membros, 16 declararam integrar um agregado familiar com 5 membros, 14 declararam integrar um agregado familiar com 2 membros, 8 declararam integrar um agregado familiar com 1 membro, 6 declararam integrar um agregado familiar com 6 membros, 1 declarou integrar um agregado familiar com 7 membros, 1 declarou integrar um agregado familiar com 10 membros e nenhum declarou integrar um agregado familiar com 8 ou 9 membros.

**Gráfico 9.** Distribuição dos entrevistados por situação profissional



Dos 94 entrevistados, 32 declararam encontrar-se desempregados com acesso a subsídios sociais, 27 declararam encontrar-se profissionalmente ativos, 15 declararam encontrar-se desempregados sem acesso a subsídios sociais, 12 declararam encontrar-se reformados, 4 declararam ser domésticas e 4 declararam ser estudantes.

No que diz respeito aos dados recolhidos sobre a situação profissional dos entrevistados, importa salientar o seguinte:

a) Dos 27 entrevistados que declaram encontrar-se profissionalmente ativos 6 são funcionários públicos, exercendo atividades nas categorias de cantoneiro, assistente operacional, telefonista, empregado de limpeza e administrativo. A restante parte da amostra que declarou encontrar-se profissionalmente ativa referiu que se encontra a exercer trabalhos desqualificados, nomeadamente, como operários fabris, empregadas de limpeza em habitações particulares e em empresas, gerentes e empregadas de serviço

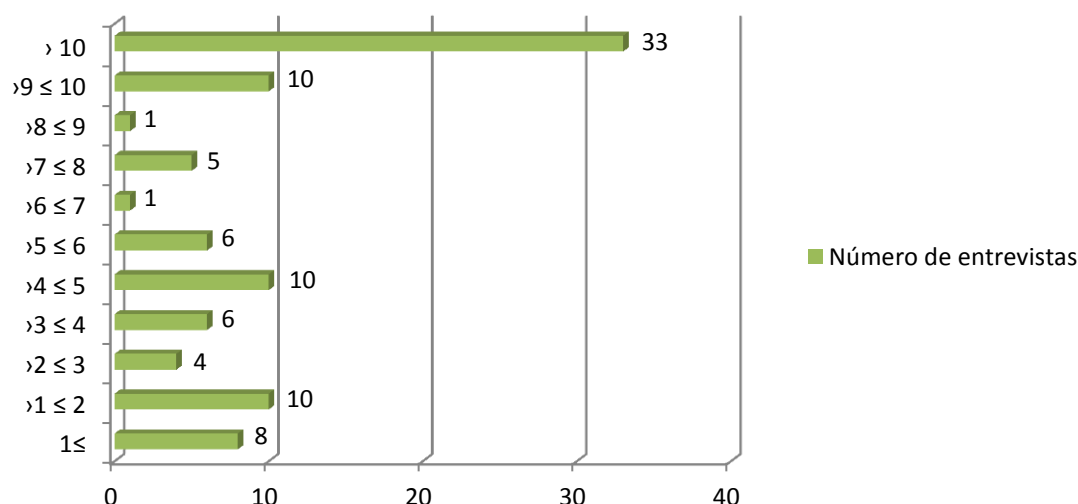
de andares em hotelaria, cozinheiras e ajudantes de cozinha, barbeiros, monitoras de lar de idosos, ajudantes de ação direta, feirantes, taqueiros e auxiliares de ação educativa.

b) Alguns dos entrevistados que declararam encontrar-se desempregados assumiram que, pese embora se encontrassem nessa situação profissional, realizavam trabalho não declarado, em economia paralela, de forma a poderem sustentar a família.

c) Grande parte dos entrevistados que declararam encontrar-se desempregados exerciam previamente atividades em fábricas de indústria têxtil, de calçado ou de polímeros.

d) Dois entrevistados declararam ser licenciados, todavia, nenhum exerce profissão relacionada com a sua habilitação académica, encontrando-se um desempregado e o outro a exercer trabalho não qualificado.

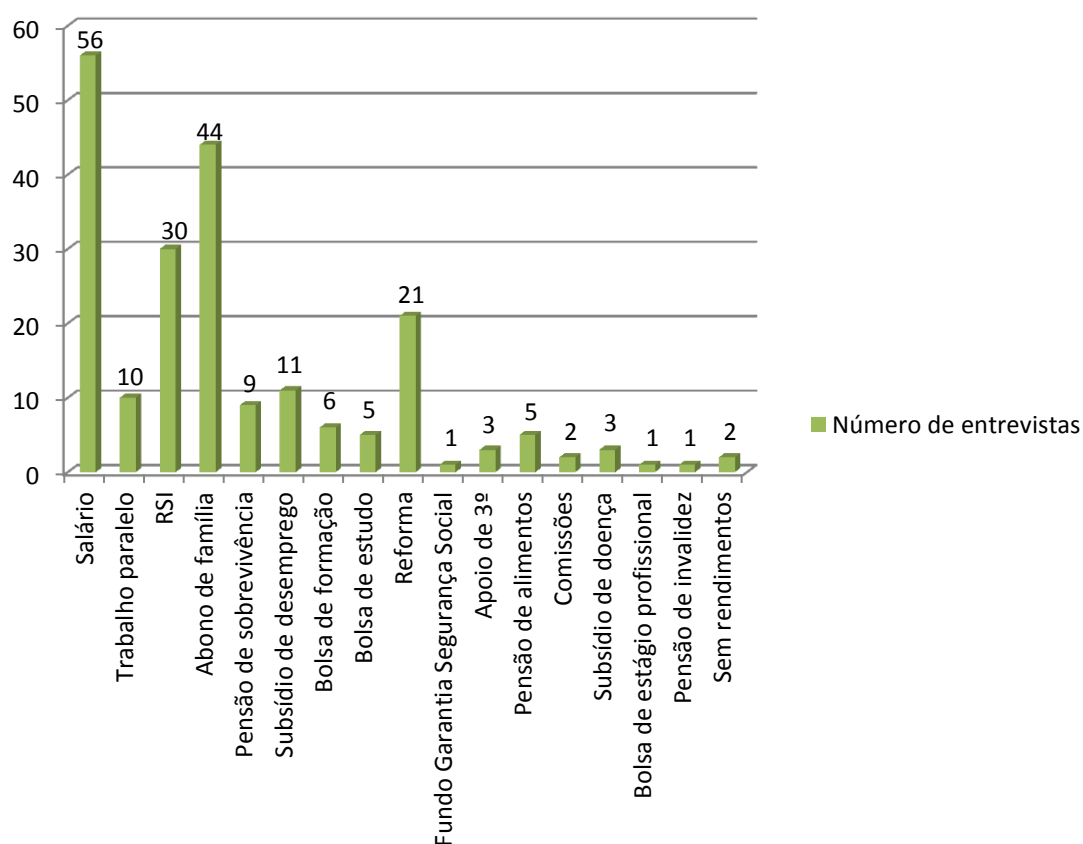
**Gráfico 10.** Temporalidade da situação profissional



Do total dos 94 entrevistados nos diversos empreendimentos, 33 declararam encontrar-se na mesma situação profissional há mais de dez anos, 10 declararam encontrar-se na mesma situação profissional há mais de um ano, 10 declararam encontrar-se na mesma situação profissional há mais de quatro anos, 10 declararam encontrar-se na mesma situação profissional há mais de nove anos, 8 declararam encontrar-se na mesma situação profissional há menos de um ano, 6 declararam encontrar-se na mesma situação profissional há mais de três anos, 6 declararam

encontrar-se na mesma situação profissional há mais de cinco anos, 5 declararam encontrar-se na mesma situação profissional há mais de sete anos, 4 declararam encontrar-se na mesma situação profissional há mais de dois anos, 1 declarou encontrar-se na mesma situação profissional há mais de seis anos e 1 declarou encontrar-se na mesma situação profissional há mais de oito anos.

**Gráfico 11.** Fontes de rendimento

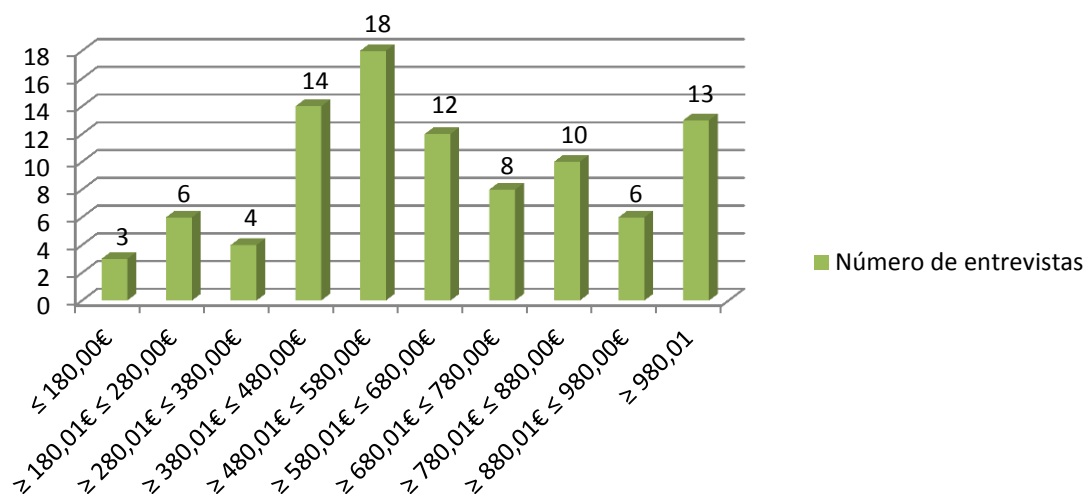


Dos 94 entrevistados nos diferentes empreendimentos, 56 declararam que o seu agregado familiar possuía salário como fonte de rendimento, 44 declararam que o seu agregado familiar possuía abono de família como fonte de rendimento, 30 declararam que o seu agregado familiar possuía RSI como fonte de rendimento, 21 declararam que o seu agregado familiar possuía reforma como fonte de rendimento, 11 declararam que o seu agregado familiar possuía subsídio de desemprego como fonte de rendimento, 10



declararam que o seu agregado familiar possuía trabalho paralelo como fonte de rendimento, 9 declararam que o seu agregado familiar possuía pensão de sobrevivência como fonte de rendimento, 6 declararam que o seu agregado familiar possuía bolsa de formação como fonte de rendimento, 5 declararam que o seu agregado familiar possuía bolsa de estudo como fonte de rendimento, 5 declararam que o seu agregado familiar possuía pensão de alimentos como fonte de rendimento, 3 declararam que o seu agregado familiar possuía subsídio por assistência de terceira pessoa como fonte de rendimento, 3 declararam que o seu agregado familiar possuía subsídio de doença como fonte de rendimento, 2 declararam que o seu agregado familiar possuía comissões como fonte de rendimento, 2 declararam que o seu agregado familiar não possuía fonte de rendimento, 1 declarou que o seu agregado familiar possuía apoio do Fundo de Garantia da Segurança Social como fonte de rendimento, 1 declarou que o seu agregado familiar possuía bolsa de estágio profissional como fonte de rendimento e 1 declarou que o seu agregado familiar possuía pensão de invalidez como fonte de rendimento.

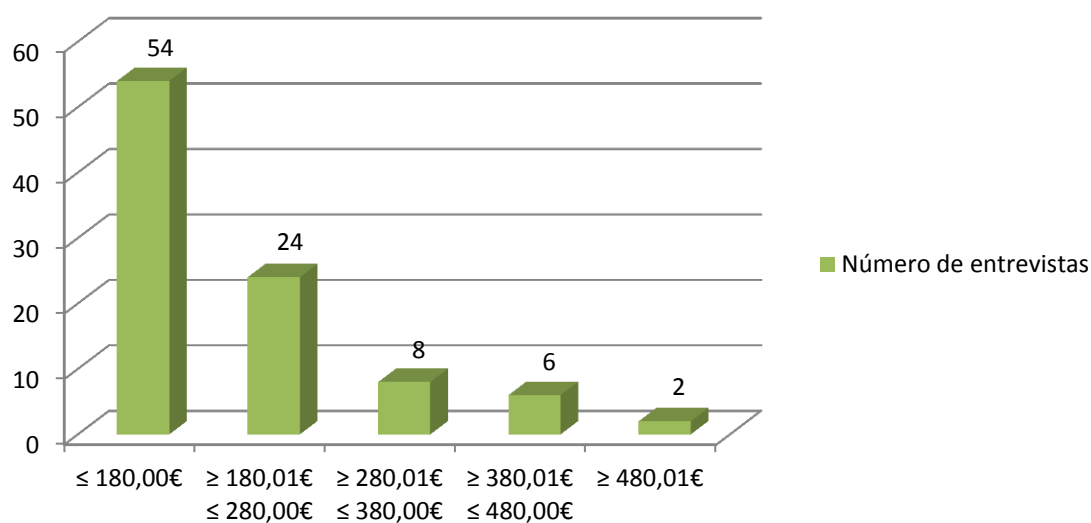
**Gráfico 12.** Rendimento mensal do agregado familiar



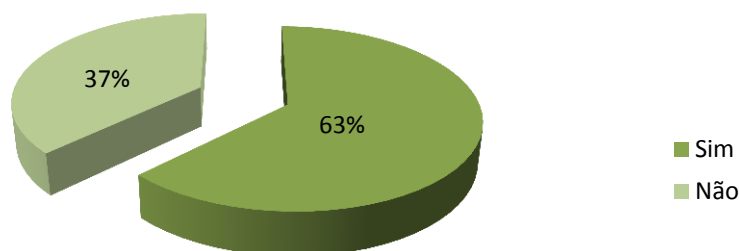
Do total de 94 entrevistados nos diversos empreendimentos, 18 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal entre 480,01€ e 580,00€, 14 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal entre 380,01€ e

480,00€, 13 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal superior a 980,01€, 12 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal entre 580,01€ e 680,00€, 10 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal entre 780,01€ e 880,00€, 8 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal entre 680,01€ e 780,00€, 6 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal entre 180,01€ e 280,00€, 6 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal entre 880,01€ e 980,00€, 4 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal entre 280,01€ e 380,00€ e 3 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal inferior a 180,00€.

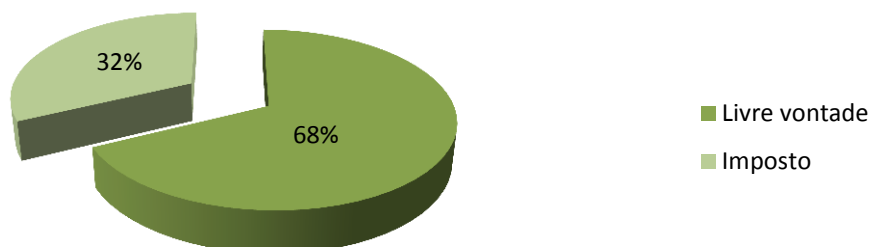
**Gráfico 13.** Rendimento mensal *per capita* do agregado familiar



Do total de 94 entrevistados, 54 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal *per capita* inferior a 180,00€, 24 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal *per capita* entre 180,01€ e 280,00€, 8 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal *per capita* entre 280,01€ e 380,00€, 6 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal *per capita* entre 380,01€ e 480,00€ e 2 declararam que o seu agregado familiar possuía rendimento mensal *per capita* superior a 480,01€.

**Gráfico 14.** Frequência de cursos de formação

Do total de 94 entrevistados, 59 declararam já ter frequentado cursos de formação, o que corresponde a uma amostra de 63% dos entrevistados, e 35 declararam nunca ter frequentado qualquer curso de formação, o que corresponde a uma amostra de 37% dos entrevistados.

**Gráfico 15.** Motivação que conduziu à frequência de cursos de formação

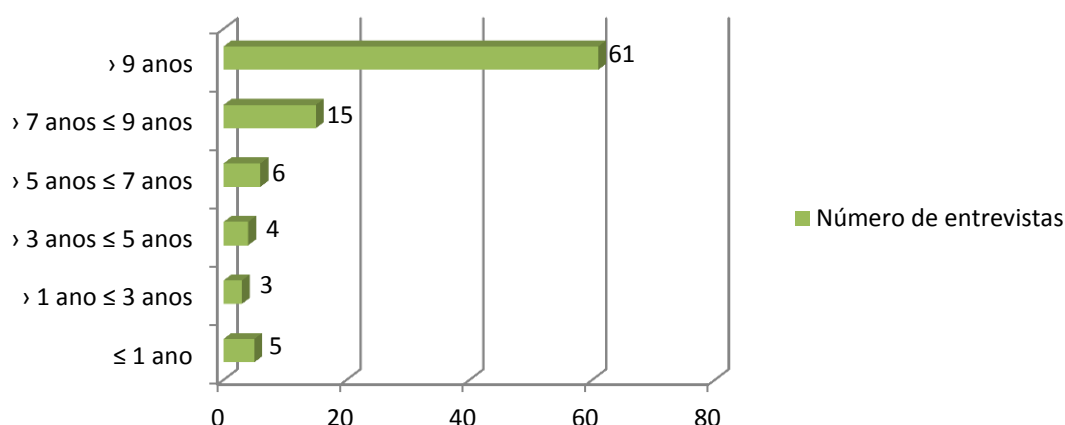
Do total de 59 entrevistados que declararam já ter frequentado cursos de formação, 40 afirmaram ter frequentado os cursos de formação de livre vontade, o que corresponde a uma amostra de 68% dos entrevistados, e 19 declararam ter frequentado cursos de formação de forma imposta, o que corresponde a uma amostra de 32% dos entrevistados.

Relativamente à imposição dos cursos de formação, importa referir que é feita por entidades como o IEFP e o RSI, estando os entrevistados sujeitos a penalizações se não aceitarem a sua frequência.

## 2. Habitação Social

De seguida, abordarei as questões do estudo de caso estritamente ligadas à temática da habitação social.

**Gráfico 16.** Tempo de residência em habitação social



Do total de 94 entrevistados nos diferentes empreendimentos, 61 declararam residir em habitação social há mais de nove anos, 15 declararam residir em habitação social há mais de sete anos e à menos de nove anos, 6 declararam residir em habitação social há mais de cinco anos e à menos de sete anos, 5 declararam residir em habitação social há menos de um ano, 4 declararam residir em habitação social há mais de três anos e há menos de cinco anos e 3 declararam residir em habitação social há mais de um ano e à menos três anos.

Dos entrevistados que referiram residir há mais de 9 anos em habitação social, a maioria estreou a habitação onde ainda reside.

Face ao exposto, pode-se concluir que a maioria da amostra reside em habitação social há mais de 7 anos.

## Integração numa habitação social

De uma forma geral, os entrevistados possuíam grandes expectativas relativamente à obtenção de uma habitação social, pensando que a sua vida iria alterar-se radicalmente para melhor, como se fosse um recomeço de vida. Todavia, com a obtenção da habitação e o passar do tempo essas expectativas foram-se desvanecendo ou perdendo importância.

As principais motivações apontadas pelos entrevistados para justificar a apresentação de candidatura para a concessão de uma habitação social na CASFIG, foram:

**a) Dificuldades económicas:** rendas altas no mercado particular de arrendamento quando comparadas com o baixo rendimento mensal do agregado familiar, rendimento este que surge muitas vezes associado a situações de desemprego, a trabalhos precários e/ou inseridos no mercado de trabalho paralelo e à monoparentalidade;

**b) Condições de insalubridade habitacional:** residiam em habitações em ruína, de construção antiga e/ou com compartimentos exíguos, sem condições de habitabilidade (locais não destinados à habitação tais como anexos, garagens, sótãos e quartos), ou em habitações em situação abarracada, sem saneamento básico ou abastecimento público de água, com ausência de casa de banho, com cozinha exterior à habitação, com compartimentos interiores sem luz natural ou arejamento, com elevado grau de humidade, com exposição às condições climáticas ou com a existência de parasitas e roedores;

**c) Falta de higiene:** falta de local para se higienizarem ou de água quente;

**d) Saúde:** surgimento e/ou agravamento de doenças associadas aos problemas estruturais da habitação, tais como problemas respiratórios, alergias, constipações ou artrite reumatoide, e a desadequação da habitação às necessidades de pessoas com deficiências físicas, doença mental ou incapacidades diversas;

**e) Famílias numerosas, algumas ainda em crescimento:** situações de sobrelotação e de risco de promiscuidade resultante de desadequação da tipologia da habitação ao número de elementos que integram o agregado (ex.: agregados familiares compostos por 5 elementos a residir numa habitação tipo T1 ou T2), procura de conforto, espaço e privacidade;

**f) Discriminação:** as minorias étnicas apresentam dificuldade em arrendar, no mercado particular, uma habitação adequada e com condições da habitabilidade. Destacam-se aqui as famílias de etnia cigana;

**g) Localização:** residiam em habitações situadas em lugares isolados, o que acarreta, por um lado, elevadas despesas de deslocação para o emprego e a escola, e por outro lado, dificuldades de acesso às necessidades familiares básicas;

**h) Procura de melhores condições:** após anos a residir em habitações insalubres ou devolutas, na maioria cedidas por familiares e amigos, surge a necessidade de procura de uma habitação condigna para o agregado familiar residir. Também a procura de um local pacífico para residir após relacionamentos familiares violentos com a família nuclear e/ou alargada. Foi relatado por alguns indivíduos o facto de nunca terem residido num espaço próprio, que não fosse dividido com outros indivíduos, relatando uma dinâmica transgeracional de um sistema de rotatividade e incerteza habitacional;

**i) Sinalização por parte de serviços sociais:** foi relatado por alguns indivíduos que procuraram habitação social por terem sido encaminhados pelas técnicas do ISS, da CPCJ e do CRI, em virtude de serem vítimas de violência doméstica, por situações de consumo de álcool e drogas ou por existirem crianças em situação de risco;

**j) Questões sociais:** foi referido por alguns entrevistados que o problema não foi tanto habitacional mas sim social (ex.: existência de conflitos com os anteriores senhorios, com outras pessoas com as quais residiam ou por ações de despejo), pelo que procuraram alguma independência, paz e bem-estar para as suas vidas.

Uma parte dos entrevistados revelou arrependimento por ter ingressado em habitação social, todavia, e apesar de demonstrarem a vontade de terem explorado outras opções no mercado particular de arrendamento, não encontram outra solução para

a resolução do seu problema, permanecendo um sentimento de incapacidade e de insucesso nas suas vidas.

Uma larga maioria dos entrevistados referiu ainda com mágoa o fato de terem abandonado as freguesias onde residiam, o local que os viu crescer e, em alguns casos, onde possuíam a sua retaguarda familiar, amigos e vizinhos de longa data.

Os entrevistados, que na sua larga maioria foram realojados há já diversos anos, descreveram como motivos para o recurso à habitação social os mesmos que atualmente são apontados pelos indivíduos que recorrem aos serviços da CASFIG à procura de habitação social.

A manutenção das razões que levam à habitação social, com a agravante de que alguns pedidos de habitação provêm das mesmas habitações de agregados familiares outrora realojados, deverá ser matéria de reflexão. Na verdade, a persistência das razões pelas quais as famílias recorrem ao apoio da CASFIG, decorridos mais de 10 anos após o boom de construção e realojamento em habitação social, poderá significar que durante esse período não ocorreu uma melhoria global das condições habitacionais no concelho de Guimarães, tendo-se criando um círculo vicioso de realojamento, dado que muitos têm conhecimento que estão a arrendar uma habitação onde, no passado, já residiram agregados familiares que tiveram de ser realojados.

Em forma de conclusão, e com a exceção do empreendimento de Azurém, no qual existem vários moradores realojados devido a processos de expropriação, constata-se que, independentemente dos empreendimentos em que residem, não existem diferenças relevantes nas respostas dos diversos entrevistados, sobre os motivos que os levaram a procurar habitação social ou sobre o tempo que já passou desde que fizeram essa procura.

## O que mudou ao alcançar uma habitação social

Analisando as mudanças ocorridas no seio dos agregados familiares após o realojamento em habitação social, foi constatado que as mudanças são comuns aos diversos entrevistados. Foram identificadas as seguintes grandes mudanças:

a) As expetativas de mudança de habitação eram altas, pelo que, inicialmente, os entrevistados apresentaram um sentimento de melhoria das suas condições de vida a

níveis diversos, sentimento esse que rapidamente se desvaneceu ao serem confrontados com novos desafios e vicissitudes;

**b)** A larga maioria dos entrevistados referiu que, numa fase inicial, passaram a ter maior disponibilidade financeira no final de cada mês, todavia, ao passarem a ter acesso a bens essenciais e a alguns bens ou produtos de consumo que até ao momento nunca tinham tido oportunidade de possuir (ex.: água, eletricidade, carro, máquina de lavar e secar roupa, frigorífico, gás natural, esquentador, aparelhagem de som, computador portátil, internet, TV cabo ou aparelhos eletrónicos), a vantagem monetária desapareceu, pois as responsabilidades de pagamento de despesas mensais passaram a atingir valores elevados, o que originou o endividamento de algumas famílias. Esta melhoria das condições de vida, por vezes desmesurada, foi encarada por alguns entrevistados como fator negativo, uma vez que permaneceram com as dificuldades económicas iniciais. Atualmente é visível, na larga maioria das habitações dos entrevistados, a existência de diversas televisões, plasmas, Lcd's e consolas de jogos, sendo que os próprios entrevistados, não raras vezes, possuem telemóveis modernos e em constante substituição, o que demonstra existir uma tentativa de aproximação dos padrões de consumo aos agregados familiares de classe média/alta. Verificamos que muitas vezes este comportamento de consumo tem como objetivo dar uma vida melhor aos filhos, mesmo que com o tempo essa tentativa demonstre ser uma má opção de gestão do orçamento familiar e motivo de sobre-endividamento da família;

**c)** Alguns entrevistados acentuaram a ideia de que a modalidade do Regime de Renda Apoiada e a possibilidade de perante uma crise poderem pagar a renda em pequenas prestações através de um acordo de pagamento de dívida com a entidade gestora, se revela uma grande ajuda, quer na melhoria global das condições de vida, quer, simplesmente, na possibilidade de poderem mobilar a sua habitação;

**d)** Foi unânime, por parte dos entrevistados, que registaram uma melhoria óbvia das condições de habitabilidade, tendo a maioria da amostra sido os primeiros inquilinos das habitações onde residem. Todos os entrevistados revelaram também que tendo alcançado uma nova habitação, sejam eles os seus primeiros residentes ou não, ganharam mais gosto pela decoração e pela manutenção da habitação. Todavia, com o passar do tempo é notória a degradação de algumas habitações por descuido e



negligência habitacional, parecendo que com o passar do tempo a grande conquista da habitação transforma-se em rotina e deixa de ter a importância inicial. É de salientar que muitas vezes esta alteração de comportamento não é muito demorada pois a frustração resultante de muitos outros aspetos da vida dos indivíduos permaneceram iguais;

e) Foi também consensual por parte de todos os entrevistados a obtenção de um maior nível de conforto, de espaço, de luz natural, de aconchego, de espaço para arrumação, de higiene habitacional, de segurança e de privacidade (muitos relataram com orgulho que os filhos possuem um quarto só para si, não necessitando de dormir com outros familiares ou em espaços impróprios, ou mesmo poderem trazer algum amigo a casa sem terem vergonha). De forma geral, a felicidade dos filhos foi destacada pelos entrevistados como um fator muito positivo, tendo muitos deles feito novos amigos e obtido mais espaço. Perante a melhoria destas condições de vida, muitos agregados familiares decidiram aumentar o número de elementos, tendo um ou mais filhos;

f) A nível pessoal muitos dos entrevistados referiram que por terem passado a dispor de uma casa de banho com boas condições passou a existir maior higiene por parte de todo o agregado familiar. Relataram também uma melhoria das condições de saúde, acentuando que algumas doenças, em especial em crianças e idosos, foram atenuadas;

g) Uma parte da amostra referiu ter mais independência e autonomia face à família alargada, não dependendo desta para sobreviver, tanto a nível habitacional como económico. Referiram ainda o assumir de uma maior responsabilidade, a obtenção de uma maior estabilidade financeira e psicológica e, ainda, a maior união da família nuclear. Em alguns casos existiu a superação do medo resultante de, no passado, terem sido vítimas de violência doméstica;

h) Vários entrevistados referiram que, se pudessem, “transportariam” a sua habitação para um outro lugar, de preferência para a freguesia onde anteriormente residiam, salientando sempre que o problema não se encontra nas habitações, mas sim na vizinhança e no ambiente existente no empreendimento, tendo sido referido por vários entrevistados que no empreendimento onde residem não existe sossego ou paz. Não obstante, os mesmos entrevistados referem que existem maus vizinhos em todo o

lado, não sendo o espaço onde vivem um caso isolado, o que denota a existência de alguma contradição e/ou ambiguidade nas suas respostas;

**i)** Uma parte dos entrevistados referiu que se pudesse recuar no tempo não iria cometer o erro de residir num Bairro Social, uma vez que a condição familiar degradou-se após a mudança para o empreendimento. Será importante referir aqui que os entrevistados com este entendimento são maioritariamente elementos cujo agregado familiar ou é profissionalmente ativo ou integra indivíduos associados a atos de marginalidade;

**j)** Um número reduzido de entrevistados referiu que a saída do meio onde habitavam lhes permitiu ter maior disponibilidade de recursos, o que solucionou e reduziu alguns problemas ligados a consumos. Dicotomicamente, grande parte dos entrevistados referiu que, devido à influência “das más companhias”, os problemas de consumos iniciaram-se e acentuaram-se desde que começaram a residir no empreendimento de habitação social. Apenas uma minoria dos entrevistados assumiu responsabilidade pelas atitudes dos filhos, tendo reconhecido não terem imposto regras nem uma educação mais rígida, não terem estado atentos às questões escolares, às companhias dos filhos, ou ao aumento dos próprios consumos. Na verdade, grande parte dos entrevistados culpabilizou o empreendimento de habitação social por tudo que de negativo lhes sucedeu, desresponsabilizando-se do seu poder pessoal em alterar a situação e de procurar ajuda. Uma entrevistada referiu que acaba por seguir os mesmos caminhos que desaprova: “Não podes contra eles, junta-te a eles.”;

**k)** Os entrevistados cujos filhos eram menores quando ingressaram no empreendimento, e que hoje são maiores de idade, referiram que numa fase inicial os filhos gostavam muito do empreendimento e habitualmente brincavam na rua (fato que ainda se observa), todavia, a influência do grupo de pares e a cultura de empreendimento é muito forte, formando-se pequenos grupos, alguns marginais, que assombram e degradam o empreendimento, assumindo posições de defesa em grupo dos pais quando existem conflitos entre vizinhos. Isto resulta que muitos indivíduos tenham estes grupos juvenis que entram demasiado cedo no mundo dos adultos;

**l)** Alguns entrevistados valorizaram o fato de terem um maior acesso a bens e serviços essenciais, nomeadamente bens alimentares, serviços de saúde ou serviços

sociais e de terem quebrado o isolamento em que viviam juntamente com os seus filhos. Todavia, muitos relataram com mágoa a perda dos terrenos que cultivavam, situação que os faz sentir mais fechados no empreendimento;

**m)** Uma parte dos entrevistados afirmou ter perdido privacidade perante a vizinhança fazendo referência à exposição pública da vida pessoal dos membros dos diferentes agregados familiares e a rápida difusão de qualquer informação, facto ou boato, por todo o empreendimento. Os entrevistados referiram ainda que em outros locais as pessoas saem para trabalhar e apenas regressam à noite, chegando às suas habitações cansados, o que não acontece nos empreendimentos, onde uma parte dos residentes estão em casa todo o dia, sendo a origem dos conflitos entre os vizinhos;

**n)** Apenas dois entrevistados referiram que nada mudou nas suas vidas, tendo apenas começado a pagar menos renda.

**o)** Alguns entrevistados constataram que não ocorreram mudanças a nível profissional, dado que integraram o empreendimento com um trabalho precário ou desempregados (o próprio ou elementos do agregado familiar) e que essa situação ainda se mantém.

**p)** Quer os entrevistados que residiam no meio rural, quer aqueles que residiam em meio urbano, sentem que perderam as dinâmicas que sempre conheceram, sentindo-se sozinhos/isolados, pois referem que o relacionamento e sentimento de pertença a esses locais são muito próprios e diferentes daqueles que existem nos empreendimentos.

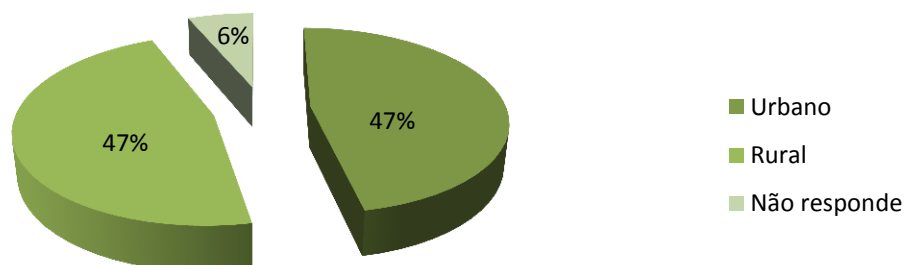
**q)** Os entrevistados com frequência ou conclusão de uma licenciatura, consideram a proximidade do núcleo residencial que habitam ao centro urbano uma mais-valia, pois dessa forma o custo em transporte é reduzido, tendo ainda salientado que a proximidade dos estabelecimentos de ensino e de bibliotecas foi importante para poderem estudar e melhorar de vida.

A análise, por empreendimento, das respostas obtidas revelam que a opinião dos entrevistados residentes no Empreendimento de Mataduchos/Fermentões é a mais negativa. No que diz respeito ao Empreendimento de Coradeiras/Fermentões, os entrevistados conseguem, de forma geral, perceber aspetos negativos e positivos do seu realojamento no bairro. Os entrevistados residentes nos restantes empreendimentos – Creixomil, Azurém, Mesão Frio, Monte de São Pedro e Urgeses - possuem uma visão

mais positiva das mudanças que a integração no bairro lhes proporcionou, considerando que apesar de todas as condicionantes lograram obter uma melhoria da qualidade de vida. Como fatores positivos, destacaram as acessibilidades e a localização do empreendimento, a qualidade das habitações e a melhor convivência com a vizinhança (apesar de esta não ser perfeita). Nestes empreendimentos, uma pequena minoria dos entrevistados salientou também que a habitação continua a ter importância mesmo passados tantos anos e que voltariam a concorrer para habitação social, considerando, ainda, possuir um melhor relacionamento familiar e acreditando possuir amigos entre os vizinhos. Por último, três entrevistados referiram como positivo o apoio social que a CASFIG presta aos agregados familiares residentes, não sendo um senhorio comum.

Constatou-se que as respostas a esta pergunta são vividas de forma muito pessoal. Para alguns entrevistados foi começar a “viver na pobreza” para outros foi um objetivo cumprido.

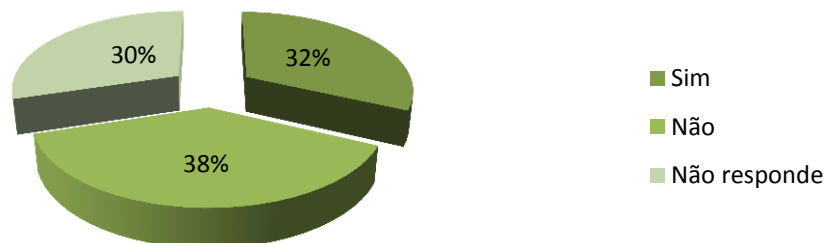
**Gráfico 17. Meio de origem**



Do total de 94 entrevistados, 44 declararam ter a sua origem no meio urbano, o que corresponde a uma amostra de 47%. Curiosamente, verificou-se o mesmo número de entrevistados (44/47%) que declararam ser originários do meio rural. Do total da amostra, 6 entrevistados não responderam, o que corresponde a 6% dos indivíduos a quem foi realizada a entrevista.

A amostra apresenta-se, assim, equilibrada neste item, sendo a proveniência dos entrevistados muito diversificada.

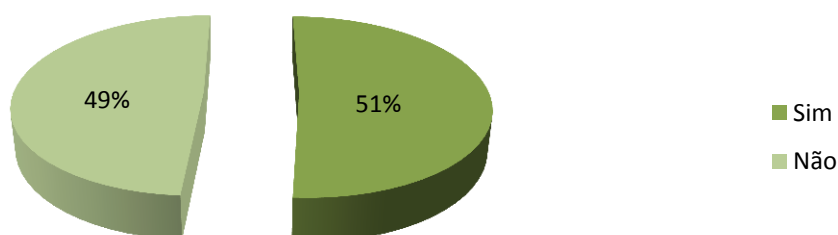
**Gráfico 18.** Dificuldades de adaptação à nova realidade



Do total de 94 entrevistados, 36 declararam não ter tido dificuldades de adaptação, o que corresponde a uma amostra de 38% dos entrevistados, 30 declararam ter tido dificuldades de adaptação, o que corresponde a uma amostra de 32% e 28 não responderam, o que corresponde a um índice de 30% do total de entrevistados.

Os entrevistados que referem não ter tido dificuldades de adaptação à nova realidade desvalorizam e normalizam um conjunto de situações, comportamentos e atitudes que se verificam no empreendimento onde residem. Por sua vez, os que manifestaram ter tido dificuldades de adaptação pormenorizam diversas situações, comparando e patologizando espaços e comportamentos.

**Gráfico 19.** Transgeracionalidade em habitação social

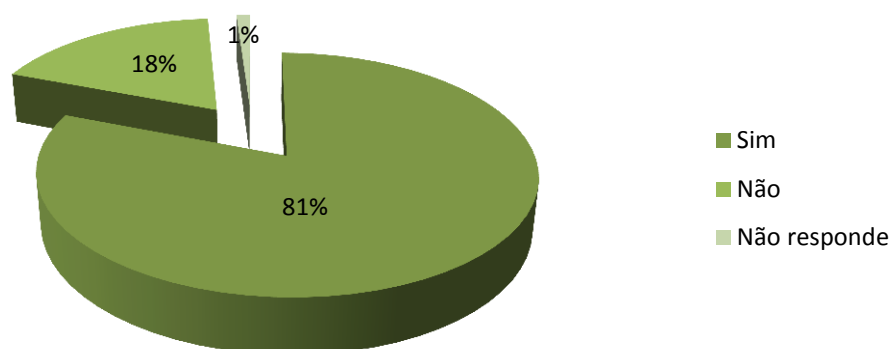


Do total de 94 indivíduos, 48 afirmaram possuir familiares a viver em habitação social, o que corresponde a uma amostra de 51% dos entrevistados, e 46 declararam não

possuir qualquer familiar a residir em habitação social, valor correspondente a uma amostra de 49% dos entrevistados.

Torna-se relevante constatar que mais de metade dos entrevistados possui familiares a residir em habitação social, municipal ou estatal, levando-nos a concluir que o direito à habitação é entendido como algo adquirido, mantendo-se um ciclo familiar de manutenção e vivência em habitação de carácter social.

**Gráfico 20.** Dever do estado e dos municípios em atribuírem habitação social

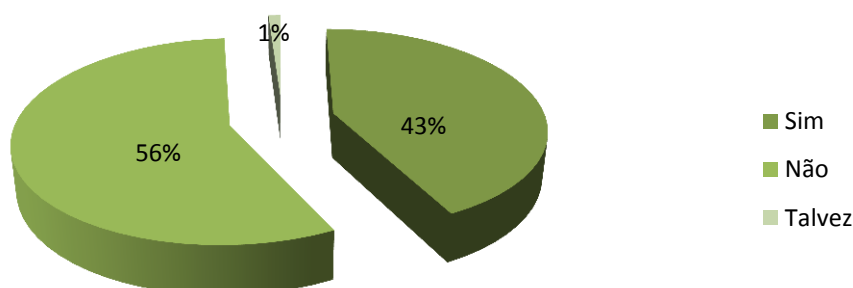


Questionados sobre o dever do Estado e dos Municípios em garantir a atribuição de habitação de carácter social às populações, do total de 94 entrevistados, 76 declararam ser dever do Estado/Municípios atribuir habitação social, o que corresponde a 81% do total da amostra, 17 declararam que o Estado/Municípios não têm o dever de garantir a atribuição de habitação social, o que corresponde a uma amostra de 18% dos entrevistados. Destes, apenas 1 não respondeu à pergunta, o que corresponde a uma amostra de 1%.

Destaca-se aqui a convicção de que é dever do Estado e das Câmaras Municipais atribuírem habitações com valores de renda baixos à população mais carenciada, restando ao cidadão aguardar pelo seu direito. “Se os outros têm direito, eu também tenho!”. Denota-se uma excessiva concentração nos direitos, nomeadamente nos de nível económico, em concreto os subsídios.

No decorrer das entrevistas, foi ficando clara a ideia, num misto de admiração e revolta, de que quem consegue apoios sociais e subsídios, de uma forma cumulativa, é “mais esperto do que os outros”. Mais do que ter direitos, consideram relevante saber como contornar os normativos legais e as regras de procedimento interno das instituições para conseguir o apoio pretendido, seja ele monetário ou de doação de bens.

**Gráfico 21.** Possibilidade de abandono da habitação social



No que diz respeito á possibilidade de rescindir o contrato da habitação em que residem e integrar o mercado particular de arrendamento, dos 94 entrevistados nos diferentes empreendimentos, 53 declararam não ponderar a possibilidade de no futuro abandonarem a habitação social, o que corresponde a uma amostra de 56% do total dos indivíduos entrevistados, 40 afirmaram ponderar a possibilidade de no futuro abandonarem a habitação social, valor correspondente a 43% dos entrevistados, e 1 declarou que talvez pondere no futuro abandonar a habitação social, o que corresponde a uma amostra de 1% dos entrevistados.

Dos números recolhidos, fica claro que a habitação social é vista como uma modalidade de apoio social para a vida e não como uma situação provisória, ou seja, até a situação financeira da família lhe permitir integrar o mercado de arrendamento. Poder-se-á afirmar a existência de sentimentos de grande ambiguidade relativamente à habitação. Por um lado não se gosta do contexto social onde esta se encontra inserida, mas por outro lado, não se pretende nem se planeia alterar a situação habitacional, mesmo sendo esta o motivo que mais tristeza e problemas causa á família. Entretanto,

alguns dos entrevistados argumentam que independentemente do local onde residam existirão sempre problemas, e que, pelo menos, no empreendimento sabem com o que contar.

Quanto aos entrevistados que referiram estar a ponderar abandonar a habitação social onde vivem, não estão certos se alguma vez o irão fazer, porém manifestam essa vontade.

Grande parte dos entrevistados respondeu que se pudesse transportar a habitação para um outro lugar o faria, uma vez que a habitação que lhes foi atribuída possui excelentes condições de habitabilidade, todavia, o espaço onde esta está inserida é que os incomoda.

## Perceções sobre o empreendimento de habitação social onde habitam

Cerca de metade da amostragem considerou que os empreendimentos onde residem são bons empreendimentos, acrescentando que não existem muitos problemas no dia-a-dia e que, de uma forma geral, não apresentam problemas ou distúrbios graves. Alguns dos entrevistados dos empreendimentos de Creixomil, Azurém e Monte de São Pedro/Fermentões afirmaram mesmo que o seu empreendimento seria o melhor de todos os que são geridos pela CASFIG e até de toda a cidade de Guimarães.

Um número expressivo de entrevistados considerou que os empreendimentos onde residem são razoáveis, considerando-os um espaço sossegado apesar de barulhento, necessitando principalmente de mais vigilância. Todavia, muitos referem que, apesar de tudo, nos primeiros anos após o realojamento eram locais muito diferentes, para pior, e pouco agradáveis para se viver, pelo que atualmente os empreendimentos são melhores em todos os aspetos.

Igualmente consensual é a ideia de que os empreendimentos de habitação social, com a exceção do Empreendimento de Mataduços/Fermentões, se encontram geograficamente bem localizados, com proximidade a todos os recursos necessários e existindo até carrinhas que vendem produtos nos próprios empreendimentos, possibilitando comprar fiado e pagar apenas no final de cada mês.



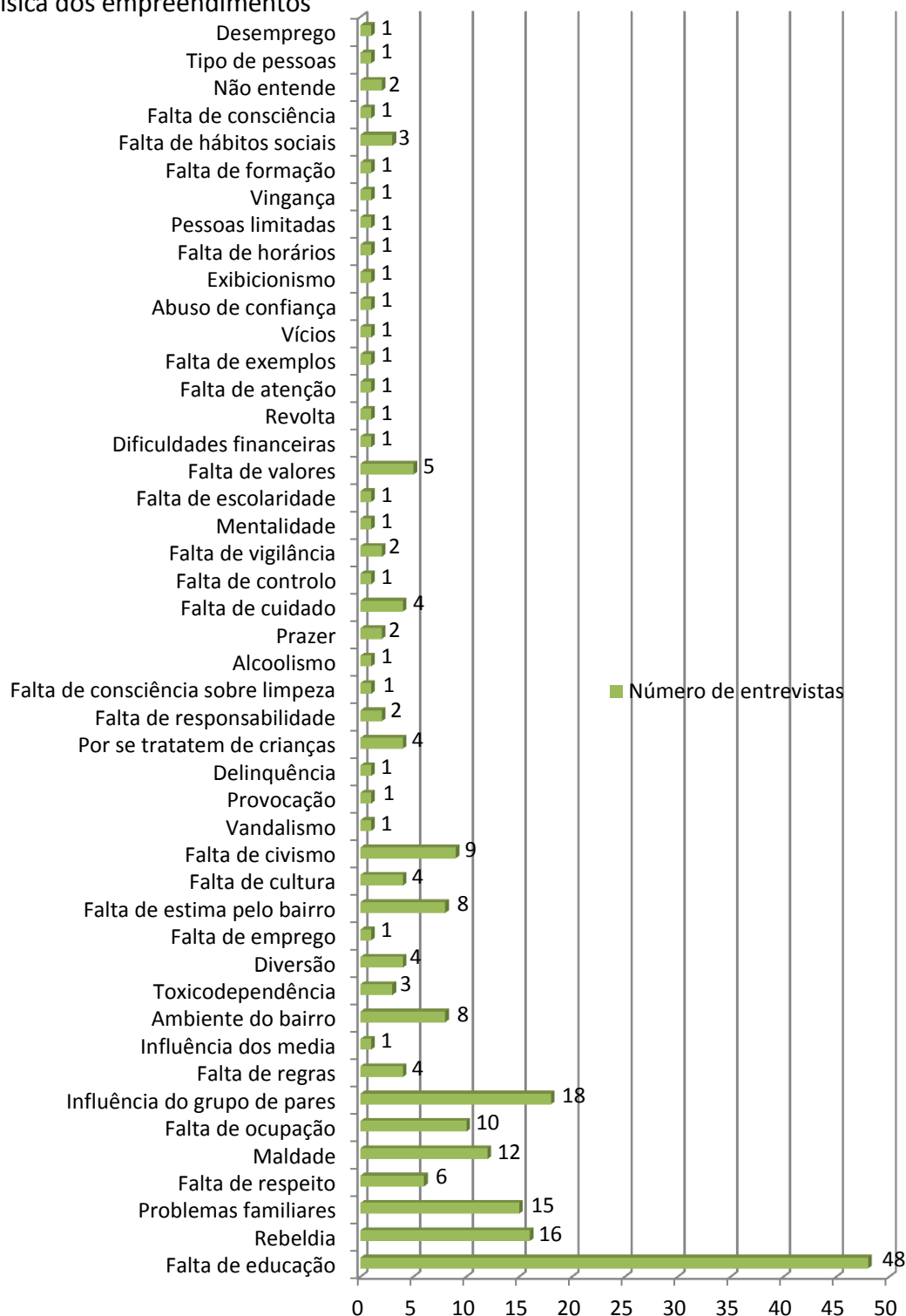
Registamos ainda que os residentes têm como denominador comum a ideia de que o empreendimento “tem fases”, ou seja, existem fatores que influenciam o ambiente no empreendimento onde residem, que varia em função de variáveis como a entrada de novos elementos/famílias ou a sazonalidade, porquanto, no inverno os empreendimentos estão mais calmos dado o clima frio e de chuva obrigar as pessoas a permanecerem nas habitações mais tempo, enquanto que no verão os residentes permanecem mais no exterior e convivem mais, o que muitas vezes é gerador de conflitos e barulhos. Igualmente expressiva foi a referência recorrente de que nos empreendimentos de habitação social residem todo o “tipo de pessoas”. Quer isto dizer que existem pessoas boas e pessoas más, pessoas empregadas e pessoas desempregadas, beneficiários de RSI, pessoas conflituosas, pessoas que não se metem na vida de ninguém, etc., pelo que não é possível generalizar os comportamentos de algumas pessoas a todo o empreendimento.

Paralelamente, existe um conjunto de respostas pouco expressivas mas que, todavia, vale a pena aqui considerar: que o empreendimento é um espaço seguro, limpo e isolado; que o empreendimento é um espaço semelhante a muitos outros, razão pela qual não existe a necessidade de dramatiza-lo; são as pessoas/moradores que fazem o ambiente do empreendimento, sendo determinante a conduta pessoal para não difamá-lo; atualmente os moradores dão menos confiança aos vizinhos, sendo este facto determinante para a paz do empreendimento; existem moradores que tentam ter um domínio/controlo sobre outros moradores, exercendo uma influência negativa sobre os mesmos; o empreendimento realça o pior que as pessoas têm, agravando a condição socioeconómica e familiar dos agregados familiares; os moradores dos empreendimentos não têm civismo e alguns vivem vidas marginais; são espaços de muito barulho; quando alguém vai residir num empreendimento de habitação social inicialmente existe um impacto negativo relativamente ao espaço e seus moradores, porém, com o tempo surge uma indiferença perante os problemas do empreendimento; as áreas ajardinadas melhoram o aspeto dos empreendimentos tornando-os espaços mais apazíveis; o empreendimento é sempre igual, não se altera no tempo nem tem fases melhores ou piores, encontra-se estagnado.

É digno de nota que apenas 2 entrevistados consideraram o empreendimento onde residem um local inseguro e que 6 classificaram o empreendimento onde vivem como péssimo, chegando mesmo a classificar o empreendimento onde habitam como o pior empreendimento da CASFIG. Sublinhe-se que a maioria destes moradores são residentes no Empreendimento de Mataduchos/Fermentões. Apenas uma pessoa entrevistada considerou que no início o seu empreendimento era bom e encontrava-se bem organizado e que atualmente é mau, dada a confiança excessiva que existe entre os vizinhos, foco gerador de conflitos e mau ambiente.

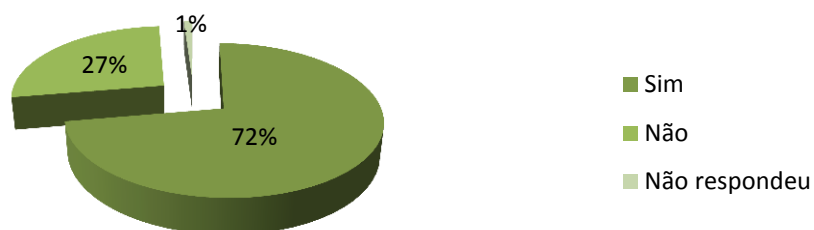
Por último, 1 residente no Empreendimento de Monte de São Pedro/Fermentões referiu que os moradores não participam nas atividades da ARCMSP, nem convivem entre si, não existindo interesse ou vontade em interagir com os vizinhos ou desempenhar um papel ativo no dia-a-dia do empreendimento.

**Gráfico 22.** Razões apontadas para a degradação física dos empreendimentos

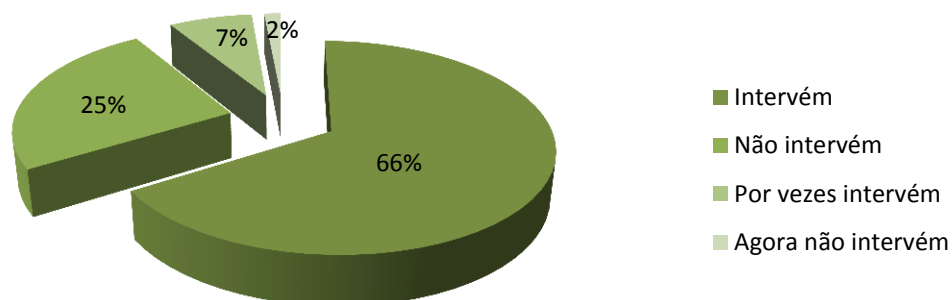


Do total dos 94 entrevistados, 48 declararam que o empreendimento era degradado por falta de educação, 18 declararam que a degradação física do empreendimento se deve à influência do grupo de pares, 16 pela rebeldia, 15 por problemas familiares, 12 por maldade, 10 por falta de ocupação, 9 por falta de civismo, 8 pelo ambiente do empreendimento, 8 por falta de estima pelo empreendimento, 6 por falta de respeito, 5 por falta de valores, 4 por falta de regras, 4 por diversão, 4 por falta de cultura, 4 por se tratarem de crianças, 4 por falta de cuidado, 3 por causa de toxicodependência, 3 por falta de hábitos sociais, 2 por falta de responsabilidade, 2 por prazer, 2 por falta de vigilância, 2 declararam não entender o porquê do empreendimento ser degradado, 1 declarou que o empreendimento era degradado por influência dos média, 1 por falta de emprego, 1 por vandalismo, 1 por provocação, 1 por delinquência, 1 por falta de consciência sobre limpeza, 1 por causa de alcoolismo, 1 por falta de controlo, 1 por mentalidade, 1 por falta de escolaridade, 1 por dificuldades financeiras, 1 por revolta, 1 por falta de atenção, 1 por falta de exemplos, 1 por causa de vícios, 1 por abuso de confiança, 1 por exibicionismo, 1 por falta de horários, 1 por serem pessoas limitadas, 1 por vingança, 1 por falta de formação, 1 por falta de consciência, 1 por causa do tipo de pessoas e 1 por desemprego.

Na perspetiva dos entrevistados, a principal causa de degradação física dos empreendimentos é atribuída aos jovens, de forma individual e, maioritariamente, à atuação destes em grupo. Como se pode verificar, foram diversas as razões atribuídas para a degradação do edificado, mas todas se interrelacionam com o facto de a educação recebida se sustentar numa crise de valores, pela influência do grupo de pares, pela imaturidade inerente à idade de alguns elementos residentes e pelos problemas, falta de atenção e controlo por parte da família.

**Gráfico 23.** Observação dos atos de vandalismo

Do total de 94 entrevistados, residentes nos diversos empreendimentos, 68 declararam já ter visto o empreendimento a ser vandalizado, o que corresponde a uma amostra de 72% dos entrevistados, 25 declararam nunca ter visto o empreendimento a ser vandalizado, o que corresponde a uma amostra de 27%, e 1 não respondeu, o que corresponde a uma amostra de 1% dos entrevistados.

**Gráfico 24.** Comportamento adotado perante atos de vandalismo

Dos 68 entrevistados que afirmaram ter visto o empreendimento a ser vandalizado, 45 declararam intervir, o que corresponde a uma amostra de 66%, 17 declararam não adotar qualquer intervenção, o que corresponde a uma amostra de 25%, 5 declararam intervir algumas vezes, o que corresponde a uma amostra de 7% e, finalmente, 1 declarou que agora já não intervêm, o que corresponde a uma amostra de

2% dos entrevistados que afirmam ter presenciado atos de vandalismo nos empreendimentos.

Foi possível constatar que é grande o receio em intervir perante situações de vandalismo. Quem intervém possui, de alguma forma, um certo poder ou influência no empreendimento onde reside ou está bem integrado, caso contrário os inquiridos são alvo de retaliações.

## Problemas que enfrentam no dia-a-dia no empreendimento

No que diz respeito a esta questão, a grande maioria dos entrevistados foi consensual na identificação dos problemas dos empreendimentos. Os mais referidos foram os consumos de droga, especialmente por parte dos jovens e que são visíveis a toda a comunidade, sendo referido nos Empreendimentos de Creixomil, Urgeses e Mataduchos o tráfico de estupefacientes; a pouca limpeza nos empreendimentos, existindo algum descuido com o lixo doméstico, desrespeito pelos dias de recolha do lixo de grande porte, falta de contentores do lixo e inexistência de ecopontos para reciclagem; a falta de ocupação dos moradores que possuem demasiado tempo livre e vivem num espaço excessivamente fechado, concentrando o seu tempo a comentar a vida dos outros, espalhando boatos e histórias da vida pessoal dos vizinhos, vigiando e controlando tudo o que se passa nas outras casas, o que gera problemas entre os vizinhos; o desemprego; os atos de vandalismo; os roubos; a falta de respeito no seio das famílias e, em alguns casos, a violência doméstica; os barulhos constantes (música alta, conversas na rua fora de horas); a falta de infraestruturas, nomeadamente de passeios, de passadeiras, de espaços para as crianças brincarem, de lugares de estacionamento, de espaço de lavandaria e despensas, e por último, de garagens; os conflitos entre vizinhos; e o consumo excessivo de álcool maioritariamente identificado na população adulta.

Paralelamente, os problemas menos enunciados foram a existência de conflitos entre indivíduos de etnia cigana; os excessos nos convívios entre moradores e o consumo de álcool, por vezes, conduzem a conflitos e barulhos exacerbados; o desrespeito pelas horas de silêncio à noite; a formação e permanência de gangues, alguns envolvidos em assaltos; o efeito negativo da insegurança existente no

crescimento das crianças, presenciando-se muita violência; a falta de acesso à rede de transportes públicos, com especial destaque no Empreendimento de Mataduchos; o isolamento social, especialmente por parte dos idosos; as distinções entre os blocos/ruas dos empreendimentos, onde os moradores distinguem e categorizam os “blocos bons” e os “blocos maus”, de acordo com o tipo de frequência dos mesmos, criando uma divisão no seio do empreendimento; o isolamento do empreendimento, fazendo referência à falta de comércio, de escolas e acessos; as influências negativas entre vizinhos, existindo dinâmicas constantes de mendigar dinheiro e comida aos vizinhos. No entendimento dos entrevistados fazem-no devido a má gestão doméstica e não por falta de rendimentos; a falta de embelezamento dos espaços ajardinados; as crianças de tenra idade não têm infância, pois o ambiente dos empreendimentos obriga a que cresçam demasiado rápido, pelo que são frequentes atos delinquentes e consumos de drogas leves quando crescem; as representações negativas que a comunidade tem dos moradores dos empreendimentos de habitação social, apesar de nem todos serem iguais a má fama persegue-os; a falta de privacidade que o fraco isolamento sonoro das habitações provoca; o deficitário sistema de escoamento das águas pluviais em alguns empreendimentos; a má gestão económica por parte dos moradores; o controlo insuficiente dos animais domésticos que constantemente andam soltos e sujam os empreendimentos; a criação de grupos entre os moradores, que resulta em alianças destabilizadoras da dinâmica dos empreendimentos; a falta de respeito e de civismo por parte dos residentes para com os restantes moradores, com consequências na comunidade envolvente; o clima de insegurança; os atos de violência; a frequência de pessoas estranhas ao empreendimento que lá vão criar conflitos; a colaboração por parte dos residentes com autores de assaltos e roubos; os apoios sociais em excesso, fazendo com que os residentes se acomodem a situações de inércia profissional; a inexistência de um convívio saudável entre os moradores; e tabagismo a iniciação precoce de comportamentos tabágicos.

De salientar que cada um dos entrevistados referiu sempre, em média, quatro ou cinco problemas elencados, fazendo referência à interligação entre eles, o chamado “efeito bola de neve”, reconhecendo ser difícil eliminar os problemas nos empreendimentos.

Por último, é digno de nota o facto de 16 dos entrevistados considerarem que não existem problemas relevantes a salientar nos empreendimentos onde residem.

## O que devia mudar no empreendimento

As respostas dadas com mais frequência quando questionados sobre o que deveria mudar no empreendimento de habitação social onde residem, foram as seguintes: deveria existir um equipamento lúdico, nomeadamente um parque infantil, para as crianças brincarem; as infraestruturas dos empreendimentos deveriam ser melhoradas através da criação de passeios e estradas de acesso aos empreendimentos e destes à cidade; deveriam existir espaços ajardinados para embelezar os empreendimentos ou espaços para cultivo; deveria existir melhor acesso à rede de transportes, deveriam ser criadas lavandarias; a limpeza das zonas comuns dos empreendimentos com condomínio deveria ser mais eficaz; deveriam ser efetuadas obras de melhoramento dos empreendimentos; deveriam ser atribuídas garagens a todas as famílias residentes já que as que existem não são de acesso aos moradores; deveriam ser colocados ecopontos para separação do lixo; a iluminação exterior e de acesso aos empreendimentos deveria ser melhorada.

Para além destas respostas mais frequentes, registamos outras, com menos incidência, das quais destacamos as que indicaram a existência de um cariz discriminatório e de algum radicalismo. Destaca-se aqui o desejo manifestado no sentido de que a comunidade cigana deveria ser retirada dos empreendimentos de habitação social; que deveria ser efetuado um maior policiamento, nos períodos do dia e da noite, em diferentes horários; as famílias residentes deveriam ser redistribuídas tendo em conta a ocupação profissional dos seus membros (empregados e pensionistas de um lado e desempregados de outro), a estima e o cuidado com a habitação ou o barulho que fazem; os residentes deveriam possuir obrigatoriamente uma ocupação diária, o que faria com que se intrometessem menos com a vida dos vizinhos; deveria existir uma maior fiscalização por parte da CASFIG aos moradores; deveria existir mais segurança numa situação de emergência, como por exemplo uma evacuação; deveria ser imposto o cumprimento obrigatório das regras dos empreendimentos e deveriam ser criadas multas para quem sujasse o empreendimento ou fizesse barulho excessivo fora de horas; de

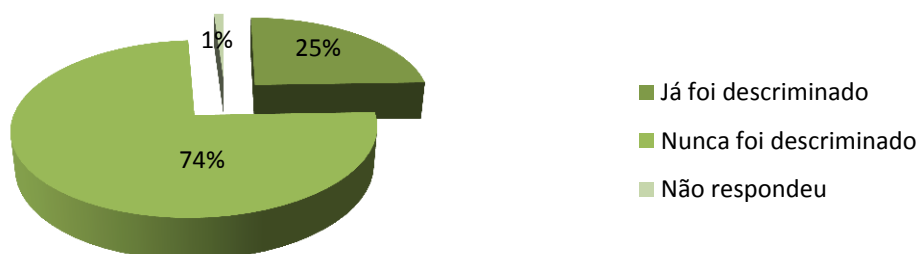


modo a promover a segurança deveria existir um vigilante nos empreendimentos; deveriam existir reuniões de condomínio 1 uma vez por mês, permitindo por essa via gerir os problemas dos empreendimentos e mediar os conflitos entre a vizinhança; deveria ser efetuado um melhor aproveitamento dos espaços existentes nos empreendimentos, nas quais onde se poderiam realizar atividades com as crianças; os inquilinos que não cumprem as regras dos empreendimentos deveriam ser desalojados; a comunidade cigana deveria ser agregada num só empreendimento; deveria haver uma maior centralidade do empreendimento relativamente à cidade; deveria ser criado um espaço no empreendimento para os idosos passarem tempo e assim combater o seu isolamento; deveria haver um conjunto de atividades que permitissem a ocupação dos tempos livres das crianças residentes fora dos empreendimentos; os moradores deveriam ser obrigados a frequentar a associação de moradores quando esta exista no empreendimento; deveria ser promovido o diálogo entre os moradores e a CASFIG; o convívio saudável entre os vizinhos deveria ser promovido através da celebração de datas festivas; deveria haver uma melhor seleção das famílias a serem realojadas por parte da CASFIG, tentando de alguma forma salvaguardar a idoneidade das pessoas a integrar no empreendimento.

Alguns inquilinos referiram que modificariam a mentalidade dos vizinhos, tornando-os mais civilizados e educados, promovendo assim o respeito mútuo.

Por último, é de realçar que 11 entrevistados responderam que não mudavam nada nos empreendimentos onde residem.

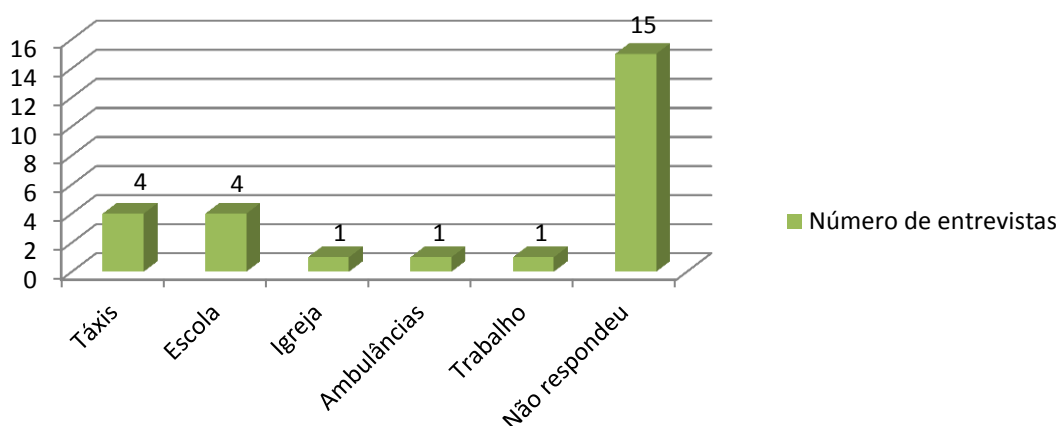
**Gráfico 25.** Discriminação por parte de serviços de atendimento ao público



Do total de 94 entrevistados nos diversos empreendimentos, 70 declararam nunca ter sido discriminados em serviços de atendimento ao público, o que corresponde a uma amostra de 74% dos entrevistados, 23 declararam já ter sido discriminados, o que corresponde a uma amostra de 25%, e 1 não respondeu, o que corresponde a uma amostra de 1% dos entrevistados.

Conclui-se, assim, que o nível de discriminação sentido pelos inquiridos por parte de serviços é diminuto, tendo em conta que este é dos itens mais versados quando se estuda a habitação social, dado conduzir à exclusão social.

**Gráfico 26.** Identificação dos serviços que discriminaram

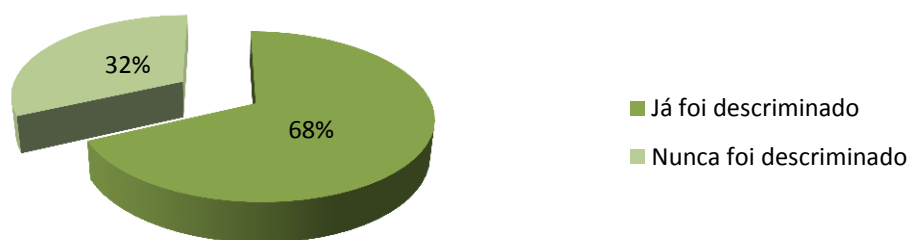


Do total de 23 entrevistados nos diversos empreendimentos que declaram já ter sido discriminados por serviços de atendimento ao público, 15 não identificaram os serviços que os discriminaram, 4 entrevistados declararam já ter sido discriminados em táxis, 4 afirmaram já ter sido discriminados na escola, 1 entrevistado declarou já ter sido discriminado na Igreja, 1 declarou já ter sido discriminado em contexto de transporte em ambulância e 1 declarou já ter sido discriminado no trabalho.

A grande maioria dos entrevistados não identificou os serviços pelos quais foram discriminados, o que leva a concluir que as situações em causa não foram traumatizantes nem episódios de grande relevância.

Os serviços identificados pelos entrevistados como discriminadores são serviços muito próximos das dinâmicas dos empreendimentos, os quais terão tido, de acordo com os entrevistados, algumas más experiências ao aceder aos empreendimentos.

**Gráfico 27.** Discriminação por pessoas em nome individual



Do total de 94 entrevistados nos diversos empreendimentos, 64 declararam já ter sido discriminados por pessoas individuais, o que corresponde a uma amostra de 68% dos entrevistados, e 30 declararam nunca ter sido discriminados por qualquer pessoa, o que corresponde a uma amostra de 32% dos entrevistados.

Estes dados permitem-nos concluir que o grau de discriminação perpetrado por pessoas em nome individual é significativamente maior do que por parte de serviços públicos, destacando-se a discriminação levada a cabo pelos pequenos comerciantes e moradores circunvizinhos dos empreendimentos.

## Acompanhamento Psicossocial por parte da CASFIG

De uma forma geral, os entrevistados consideram que o acompanhamento psicossocial efetuado pela CASFIG é bom, não sugerindo qualquer alteração ao modelo de acompanhamento existente. A maioria dos entrevistados afirma que a CASFIG apenas tem obrigação de auxiliar as famílias residentes nas questões habitacionais, sendo unânime a ideia de que, apesar de algumas das habitações possuírem patologias de humidade, as mesmas conferem boas condições de habitabilidade.

Porém, a maioria dos entrevistados expressou a ideia de que deveria existir uma maior presença física da CASFIG nos empreendimentos, exercendo, assim, uma atividade mais vigilante relativamente ao cumprimento das regras dos empreendimentos e às obras ilicitamente realizadas pelos inquilinos. É ainda referido que os colaboradores da CASFIG deveriam alterar o seu horário de intervenção, porquanto as idas aos empreendimentos ocorrem nos momentos em que estes se encontram mais calmos, pelo que não existe a percepção das dinâmicas realmente importantes e que se dão sempre fora do horário laboral, com a agravante de que muitas pessoas ocultam os seus problemas da CASFIG. Apontam ainda que uma presença mais recorrente nos empreendimentos por parte daquela empresa municipal permitiria o fortalecimento do seu relacionamento com os moradores.

No que diz respeito às vistorias habitacionais realizadas pela CASFIG, a maioria dos entrevistados considera que deveria ser aumentado o número destas ações, e que as mesmas deveriam ser realizadas sempre com caráter de surpresa e possuir uma vertente mais educacional. Todavia, três entrevistados manifestaram a opinião de que as visitas nunca deveriam ser efetuadas de surpresa, dado que tal ultrapassaria os limites da privacidade individual.

Algumas respostas obtidas neste estudo, apesar de não serem unânimes são relevantes e dignas de nota, nomeadamente que a CASFIG deveria ter uma atuação mais interventiva no que diz respeito à realização de obras de reparação e conservação do edificado, evitando assim a degradação física dos empreendimentos. Na verdade, quanto mais o empreendimento estiver degradado menos gera a sensação de preservação e limpeza. No que diz respeito ao trabalho desenvolvido pela CASFIG, os entrevistados referem ainda que deveria intervir mais junto das crianças e jovens dos diferentes empreendimentos de habitação social, orientando-os e ajudando-os a conhecer outras realidades. Alguns entrevistados referiram ainda que existe por parte da CASFIG uma excessiva centralização nas famílias beneficiárias de RSI, ficando em segundo plano o apoio às famílias assalariadas pobres; que a CASFIG deveria aumentar o acompanhamento a famílias classificadas como problemáticas; que deveria de existir um maior cuidado com as zonas ajardinadas; que a CASFIG deveria abrir inquéritos para se apurar as denúncias que lhe são efetuadas, auscultando todos as versões das

ocorrências; que a equipa técnica da CASFIG não resolve os problemas dos inquilinos atempadamente; que a CASFIG deveria criar a figura do Chefe de Bairro, com competência para realizar uma mediação de interesses e conflitos entre os moradores e entre estes e a CASFIG; que existem demasiadas regras nos empreendimentos; que a CASFIG deveria estar mais atenta ao lixo acumulado nos empreendimentos; que a CASFIG ao longo dos anos tem perdido o interesse pelo que se passa nos empreendimentos, o que originou uma perda de controlo sobre o que neles se passa; que a CASFIG deveria possuir um maior controlo sobre os animais domésticos dos moradores; que a CASFIG deveria criar condições para melhorar as relações de vizinhança; que a CASFIG deveria criar ou proporcionar ocupações para os moradores; que a CASFIG deveria melhorar a equipa de limpeza, para que esta preste um melhor serviço; que o acompanhamento da CASFIG é excessivo, entrando muitas vezes na esfera privada dos moradores quando deveria concentrar-se apenas nas questões habitacionais; que o comportamento dos moradores se altera na presença da equipa técnica da CASFIG, existindo um desfasamento entre a realidade e aquilo que tentam transparecer; que a CASFIG tem um comportamento diferenciado relativamente a alguns moradores, sendo que alguns recebem todo o tipo de apoios e até são levados a consultas médicas nos transportes próprios da CASFIG; que o apoio prestado pela CASFIG cria dependência entre os moradores e que a CASFIG possui uma vertente exacerbadamente económica, pelo que como senhoria a sua principal preocupação é cobrar a renda.

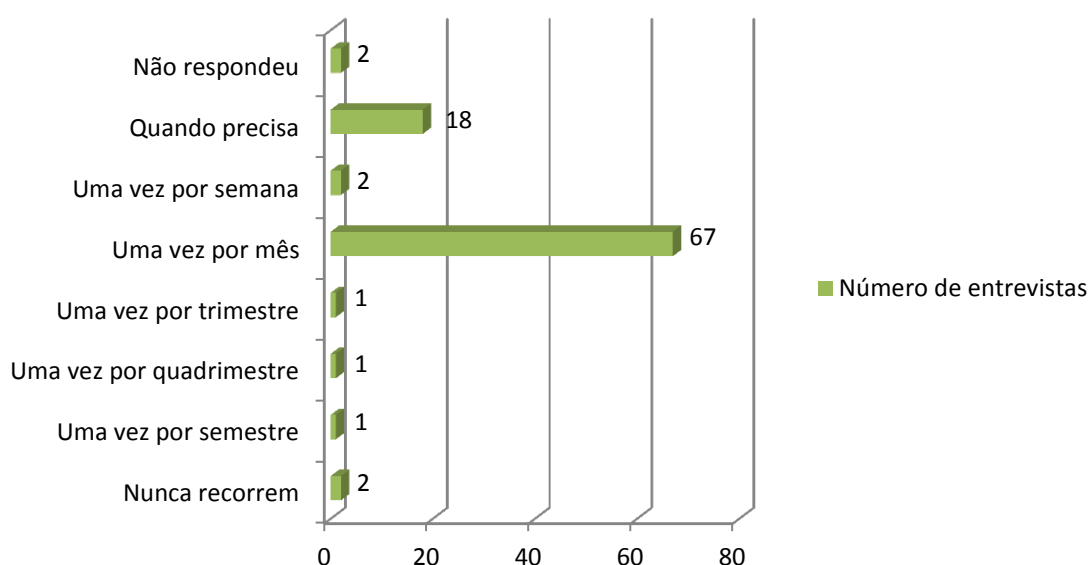
No que diz respeito ao corpo técnico da CASFIG alguns entrevistados referiram que, atendendo ao número reduzido de técnicos, o trabalho desenvolvido é bom, todavia, os empreendimentos necessitam de mais acompanhamento nas áreas social e obras. Em sentido contrário, um inquirido considerou que o acompanhamento por parte da CASFIG é mau, dado estar imbuído de passividade e não possuir resultados práticos e um outro afirmou não gostar do acompanhamento disponibilizado pela CASFIG, referindo que se sente menosprezado pelas técnicas, que não têm perante si uma boa postura.

Um entrevistado afirmou desconhecer os membros da equipa técnica da CASFIG, dado que nos últimos anos entraram muitas técnicas novas, um outro destacou

o facto de a equipa técnica possuir atualmente mais técnicos, o que faz com que seja mais rápida a intervir e um outro referiu que o acompanhamento disponibilizado é insuficiente, uma vez que é demasiado benévolo, sendo da opinião que deveriam ser impostos castigos a quem não cumpre as regras do empreendimento, acabando dessa forma com o sentimento de impunidade existente nos empreendimentos.

Apenas dois entrevistados preferiram não responder, tendo um deles referido nunca ter necessitado de acompanhamento por parte da CASFIG.

**Gráfico 28.** Frequência com que recorrem à CASFIG



Do total dos 94 entrevistados nos diferentes empreendimentos, 67 declararam recorrer à CASFIG uma vez por mês, 18 declararam recorrer à CASFIG quando precisam, 2 não responderam, 2 declararam recorrer à CASFIG uma vez por semana, 2 declararam nunca recorrer à CASFIG, 1 declarou recorrer à CASFIG uma vez por trimestre, 1 declarou recorrer à CASFIG uma vez por quadrimestre e 1 declarou recorrer à CASFIG uma vez por semestre.

Os inquiridos que responderam uma vez por mês referiram que o fazem apenas para pagar a renda, pelo que, no seu entendimento, a CASFIG é apenas o senhorio.

Todavia, existe um pequeno número de famílias que recorrem à CASFIG com regularidade e para quem a CASFIG é um grande apoio.

## Motivos porque recorrem à CASFIG

Perante a questão de quais os motivos que habitualmente levam os entrevistados a recorrerem à CASFIG, a grande maioria fez referência à necessidade de “pagar a renda”. No entanto, verificaram-se com alguma frequência outro tipo de respostas, nomeadamente para atualizar documentos ou quando é solicitada a comparência para prestar algum esclarecimento, quando possuem alguma queixa/denúncia sobre o empreendimento ou a habitação em que residem e quando se verifica uma avaria ou patologia que torne necessário articular com a CASFIG ou solicitar a sua intervenção.

Foram também dadas outras respostas, embora com menos recorrência, nomeadamente para solicitar consultas de psicologia, para aceder a cursos de formação para o respetivo agregado familiar, para frequentar o Curso de Bordados ministrado na CASFIG, para receber a prestação social do RSI, para esclarecer dúvidas, para solicitar mediação quando existe um conflito de vizinhança, para solicitar habitação social para familiares, por questões financeiras e, por último, para acordar ou efetuar pagamento de acordos de pagamentos de dívida de rendas.

Um pequeno grupo de entrevistados respondeu que nunca se deslocam à CASFIG por considerarem ser uma perda de tempo. Este grupo de entrevistados, entende que a CASFIG não responde ao solicitado de forma atempada nem manifesta interesse pelos agregados familiares residentes.

Cerca de um terço dos entrevistados refere recorrer à CASFIG quando necessita de ajuda e que o seu pedido é sempre atendido aos mais diversos níveis, concluindo que a CASFIG está disponível para as mais diversas solicitações, ultrapassando, assim, a sua função de senhorio. Foram diversos os entrevistados que referiram que na maior parte das vezes que necessitam não precisam de recorrer aos serviços da CASFIG, dado que as técnicas de acompanhamento recebem a informação por parte dos inquilinos no terreno, resolvendo assim a situação em causa.

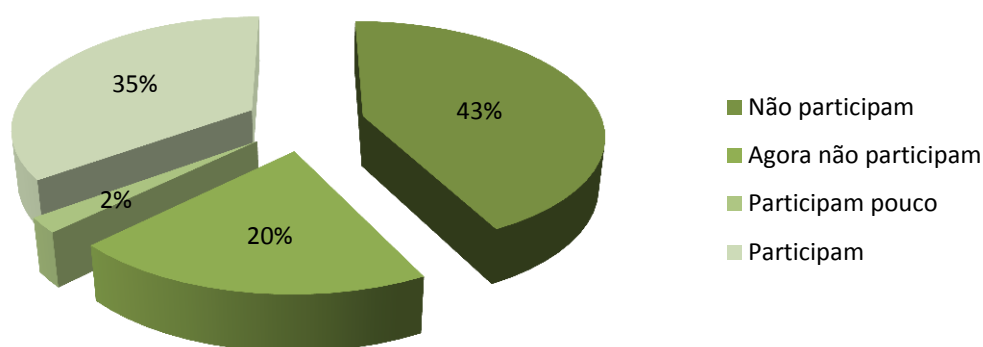
Uma pequena parte dos entrevistados refere evitar solicitar ajuda à CASFIG, defendendo que se têm de valer dos seus próprios meios e não desenvolver

dependências de organismos públicos como a CASFIG, não recorrendo aos serviços da empresa municipal se os problemas em causa forem pessoais.

Apenas duas pessoas responderam que não se deslocam ao edifício sede da CASFIG para pedir ajuda, uma vez que não se sentem confortáveis a fazê-lo, preferindo e aguardando que as técnicas de acompanhamento da empresa municipal se desloquem à sua habitação para disponibilizar ajuda.

Por último, dois entrevistados responderam não recorrer nunca à CASFIG, dado que pagam mensalmente a renda que lhes é devida por transferência bancária, todavia recorreriam se realmente necessitassem.

**Gráfico 29.** Frequência com que participam nas atividades da CASFIG



Do total de 94 entrevistados nos diversos empreendimentos, 40 declararam não participar nas atividades da CASFIG, o que corresponde a uma amostra de 43% dos entrevistados, 33 declararam participar nas atividades da CASFIG, o que corresponde a uma amostra de 35% dos entrevistados, 19 declararam que agora não participam nas atividades da CASFIG, o que corresponde a uma amostra de 20% dos entrevistados, e 2 declararam participar pouco nas atividades da CASFIG, o que corresponde a uma amostra de 2% dos entrevistados.

Os motivos para participar ou não nas atividades da CASFIG prendem-se apenas com uma causa: a vizinhança. Ou seja, se participam é porque apreciam as atividades, mas acima de tudo porque se dão bem com as técnicas da CASFIG e principalmente



com a vizinhança, caso contrário, se não participa nas atividades é porque não se entendem com a vizinhança ou porque não pretendem dar demasiada confiança aos vizinhos, uma vez que quando se regressa aos empreendimentos tudo é comentado e ridicularizado.

## Ocupação de tempos livres

No que diz respeito a esta pergunta, a grande maioria dos entrevistados referiu ocupar os seus tempos livres a passear e a conversar com os amigos, a família e namorado(a), a ver televisão, a brincar e conversar com os filhos e a dormir.

Alguns entrevistados referiram também ocupar os seus tempos livres a caminhar, ler e a ir ao café, tendo existido também entrevistados que referiram sentar-se na rua e conversar, ir ao cinema, ir ao cemitério, visitar a família, arranjar o jardim, ir à missa e rezar, cuidar de animais domésticos, cultivar na horta pedagógica, procurar emprego, estudar, ouvir música, fumar, dançar, estar apenas em casa, realizar tarefas domésticas, cantar, ir às compras, escrever, jogar às cartas, sair com os amigos, fazer picnics, arranjar eletrodomésticos, ser bombeiro voluntário, trabalhar na Associação de Monte de São Pedro, jogar computador ou jogos, consultar a internet, praticar desporto, fazer trabalhos manuais (renda, croché e bordados) e, por último, vaguear pela cidade.

## Dinamização do empreendimento

A maioria dos entrevistados considera ser fundamental a dinamização de atividades para crianças e jovens, dando-lhes uma ocupação e fazendo com que os mesmos abandonem a rua. Neste sentido, consideraram ser importante a criação de um espaço físico nos empreendimentos, destinado a crianças e jovens, onde existam atividades lúdicas e pedagógicas coordenadas por um monitor, atividades de apoio ao estudo, a construção de parques infantis para crianças e de ringues desportivos para jovens e o reaproveitamento das “salinhas” existentes em alguns empreendimentos para dinamização de atividades. Grande parte dos entrevistados que se pronunciaram neste sentido foram também da opinião que estes espaços seriam geradores de conflitos entre as diversas crianças e os seus pais, contudo, ainda assim os benefícios da criação

daqueles espaços ultrapassariam os problemas que daí poderiam resultar. Uma pequena parte dos entrevistados referiu a necessidade de serem realizadas atividades fora dos empreendimentos, potenciando o acesso das crianças e jovens a outras realidades.

A questão desportiva também teve um apoio massivo, pois muitos moradores defendem a dinamização de atividades desportivas nos empreendimentos, a criação de um parque desportivo para utilização comum dos moradores e a execução de programas de educação para a saúde através da dinamização de atividades desportivas e de promoção de hábitos saudáveis.

Outro aspeto tido como importante por um vasto número de entrevistados foi a realização de ações, nos Empreendimentos, que permitissem ocupar os inquilinos de forma contínua e produtiva, fosse através da dinamização de atividades pedagógicas e de programas educativos para adultos (incidindo por exemplo na higiene, culinária, jardinagem, dança, costura, tertúlias, fotografia, fosse através do desenvolvimento de atividades para a família em geral. Um outro aspeto diversas vezes salientado foi a dinamização de festas populares – como, por exemplo, o São João - como estratégia de aproximação e reforço relacional entre os moradores.

Uma pequena parte da amostra destacou a necessidade de serem dinamizadas atividades destinadas aos idosos residentes nos diferentes empreendimentos, bem como a necessidade de um acompanhamento psicossocial aos idosos, em especial aos acamados.

No Empreendimento de Mataduchos foi também referida a necessidade de melhorar as infraestruturas na envolvência do empreendimento, tendo sido ressaltada a necessidade de se proceder à criação de acessos para pessoas com deficiência, passeios nas estradas envolventes do empreendimento, alargamento e gestão dos espaços verdes existentes, a colocação de bancos e mesas nesses mesmos espaços exteriores, e noutros contíguos ao empreendimento, à instalação de tanques de lavar roupa comunitários e de ser permitido aos inquilinos o cultivo de hortas.

Foi referido, embora com menor frequência, a necessidade da dinamização de cursos de formação, a organização de passeios convívio e de reuniões de condomínio, o auxílio na procura de emprego e/ou de ações de voluntariado, o desenvolvimento de atividades a realizar em regime pós laboral e destinadas à população empregada dos

empreendimentos, a realização de picnics e de convívios com os residentes de outros empreendimentos e a dinamização de jogos de índole desportiva e popular.

Apenas uma pequena parte da amostra referiu desconhecer que tipo de atividades é que poderiam resultar positivamente com esta população, afirmando que esta não interioriza as aprendizagens. Todavia, 10% da amostra referiu não desejar atividades nos empreendimentos, não se encontrando, por isso, disponíveis para participar em ações com a vizinhança.

Alguns dos entrevistados residentes no Empreendimento de Monte de São Pedro referiram a importância do trabalho da ARCMSP, e a necessidade de existir uma maior parceria com a CASFIG na dinamização de atividades diversas.

Por último, será importante destacar que houve um entrevistado que referiu a importância de envolver os residentes na dinamização destas atividades e não que as mesmas lhes fossem simplesmente direcionadas, fazendo assim com que lhes seja atribuído um valor diferente.

### **3. Perceções de vida**

De seguida abordarei as questões do estudo de caso sobre algumas perceções de vida dos entrevistados, nomeadamente sobre a forma positiva e/ou negativa de enfrentar e gerir as vicissitudes da vida, questões ligadas às expectativas de mudança de vida e ao associativismo.

#### **Forma positiva e/ou negativa de defrontar as vicissitudes da vida**

De uma forma geral, os entrevistados apresentaram grande dificuldade na identificação dos aspetos positivos nas suas vidas, necessitando por vezes de uns minutos para refletir ou de pedir esclarecimentos e ajuda. Em sentido contrário, identificavam com facilidade diversos aspetos negativos. Não foram verificadas

diferenças nas respostas dos entrevistados residentes nos diferentes empreendimentos, apenas tendo sido constatado que as respostas foram tão mais profundas e completas quanto maior o grau académico e o nível de trabalho qualificado dos entrevistados.

As respostas mais comuns foram as seguintes:

a) Positivo: Foi grande o número de entrevistados que referiu possuir poucos aspetos positivos na sua vida, identificando apenas um ou dois exemplos, sendo as três respostas mais comuns a família, a saúde e o trabalho. Foram também indicados como fatores positivos a existência de filhos e netos, a existência de relacionamentos interpessoais, o facto de membros do agregado familiar terem superado uma adição e alterado o seu comportamento social e familiar, o possuir força de vontade, o bom ambiente familiar e de união e ter um relacionamento amoroso.

b) Negativo: Os entrevistados identificaram como principais fatores negativos da sua vida a falta de saúde, quer do próprio quer de elementos do agregado familiar (doenças crónicas e raras) e a subsequente necessidade de períodos de baixa médica prolongada, o desemprego e a frustração dele decorrente, a pobreza resultante dos baixos rendimentos da família, que se revelam insuficientes para fazer frente às despesas e que não permitem dar aos filhos tudo o que estes necessitam e merecem (instabilidade económica e financeira), as discussões e o mau ambiente familiar, resultantes das questões económicas e da falta de afeto, a não superação do falecimento de familiares próximos, a existência de adições do próprio entrevistado e de membros da família, a existência de elementos do agregado familiar associados a atividades ilícitas, o isolamento social, a falta de assistência em caso de emergência, a depressão do próprio ou de um dos membros do agregado familiar, a falta de paz no empreendimento e nas suas vidas familiares, o medo de não ser conseguida a reforma antecipada por invalidez, a preocupação com o futuro dos elementos do agregado familiar (crise), o medo de morrer das doenças que possuem e de deixar os filhos sozinhos, a indefinição do futuro dos filhos quando os progenitores possuem problemas pessoais e profissionais, o estar longe da família nuclear e alargada e a falta de expectativas de futuro que resulta numa imagem de negatividade perante a vida.

Para além destes fatores, identificados diversas vezes pelos entrevistados, outras houve que apesar de terem sido identificadas menos vezes também são dignas de registo.

Nessa medida, houve também entrevistados que referiram como aspetos positivos e negativos:

a) Positivo: possuir uma vida estável e organizada, ajudar alguém quando tem a oportunidade de o fazer, o facto de possuir uma habitação, uma horta, ter a oportunidade de estudar (estudantes universitários), o pertencer a um grupo de trabalhos manuais e ter sucesso nesta tarefa, o viver o presente, a vontade de aprender, limpar a sua habitação, ver televisão, o bom relacionamento com o cônjuge, o animal de estimação, o viver em casamento e de acordo com as suas crenças religiosas, o passear, os hobbies, o gosto pelo trabalho, o ser forte e perseverante e a alegria sentida apesar de todos os problemas, tendo ainda três entrevistados referido não possuírem nada de positivo nas suas vidas.

b) Negativo: o não conseguir partilhar os problemas com o cônjuge devido aos inúmeros problemas familiares, a falta de honestidade e frontalidade entre os vizinhos (“coscuvilhice”), as más condutas, o ter a habitação e bens pessoais destruídos, a emigração de um dos membros do agregado familiar, o não poder suportar financeiramente estudos superiores aos filhos fora da cidade, o trabalhar num local de que não gosta, alterando a sua forma de estar e ver a vida, o ter perdido tudo o que era importante na sua vida (família e trabalho), o ser tudo negativo menos a família, o não possuir nada a que se agarrar na vida, a falta de laços familiares fortes, a incerteza relativa ao futuro, o divórcio litigioso e a insegurança e perda de relacionamentos interpessoais dele decorrentes, a violência doméstica, a falta de força de vontade para realizar projetos pessoais, a tristeza por residir num empreendimento social, a falta de autoestima e autoimagem, a falta de comida para a família, o desgosto do rumo que a vida tomou, o depender da Segurança Social, ver pessoas a desperdiçar oportunidades de terem uma vida melhor por não se empenharem ou esforçarem, o trabalho precário e mal remunerado, a retirada de menores do agregado familiar pela CPCJ e o acompanhamento por parte desta comissão, o não controlar a sua gestão doméstica e possuir dívidas com instituições, empresas ou pessoas.

## Expetativas de mudança de vida

Os entrevistados, pese embora possuam algumas expetativas para os elementos que compõem o seu agregado familiar, revelaram ter poucas expetativas de mudança de vida para si próprios, encontrando-se resignados com a sua vida atual e rodeados de pessimismo.

As principais respostas obtidas para esta questão foram as seguintes:

a) Expetativas relacionadas com os filhos: a resposta mais unânime entre os entrevistados é a expetativa de que os filhos concluam os estudos e consigam um bom emprego para assim poderem ter uma vida boa. Um dos entrevistados gostaria de voltar a reaver o filho que a CPCJ lhe retirou devido a comportamentos de negligência;

b) Expetativas relacionadas com o cônjuge ou companheiro(a): por um lado existe a expetativa de que o cônjuge ou companheiro(a) consiga arranjar um emprego adequado às suas capacidades físicas (saúde) e intelectuais e por essa via serem colmatadas algumas necessidades económico-financeiras do agregado familiar, por outro lado existe a expetativa de ser obtida a reforma ou de ser excluído um comportamento de adição;

c) Expetativas para o próprio: os entrevistados não possuem expetativas de mudança. Entendem que a vida “é um dia atrás do outro”, sem viver com falsas esperanças. Quando possuem expetativas de futuro fazem referência a questões relacionadas com a saúde (superar doenças crónicas, adições, estados depressivos ou perda de peso), obter a pensão de reforma, manter ou conseguir um trabalho, construir uma nova relação amorosa com o atual namorado(a) ou mesmo conhecer alguém que os possa fazer felizes, ou simplesmente manter o mesmo estilo (remediado) de vida;

d) A maioria dos entrevistados considerou a obtenção, manutenção ou alteração de um posto de trabalho, e a correspondente remuneração, intrinsecamente relacionada com a melhoria de vida, tudo como se de uma equação infalível se tratasse: mais dinheiro é igual a mais felicidade;

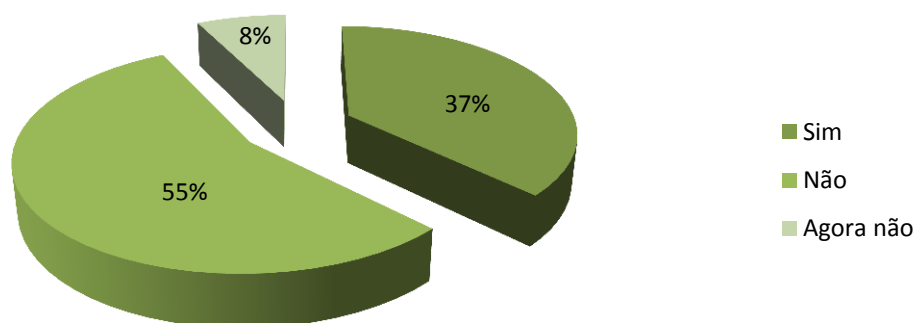
e) A grande maioria dos entrevistados não falou de sonhos por concretizar. Assumem uma atitude de exclusão do grupo de cidadãos que têm o direito de sonhar e de lutar pela concretização dos sonhos. Muitos consideram que já possuem tudo o que

precisam para terem uma vida normal/feliz, outros consideram que por mais que se esforcem a sua situação irá manter-se idêntica, não prevendo qualquer tipo de melhoria, podendo a situação apenas agravar-se. Uma minoria refere ter alguma esperança no futuro, sendo estes os entrevistados com maiores habilitações académicas ou os que possuem um trabalho qualificado.

As respostas menos comuns a esta questão estão interligadas a sonhos pessoais: aprender a ler e a escrever, mudar ou conseguir um trabalho, ter um automóvel próprio, que alguém do agregado familiar obtenha a carta de condução, poder ir de férias para o Algarve, regressar à “terra natal”, ter um neto, rever familiares que há muito tempo emigraram, fazer um cruzeiro, viajar por Portugal e estrangeiro, conhecer o Brasil, França e visitar a Euro Disney, emigrar para outro país, possuir mais independência, ser transferida para um empreendimento social da CASFIG mais sossegado e com vizinhos melhores, possuir uma habitação própria com quintal, trabalhar por conta própria (negócio próprio), abandonar o empreendimento e começar uma vida nova, conseguir reconstruir a vida, poder melhorar de vida de forma a ajudar os filhos (e não o contrário), ganhar o Euromilhões ou concluir um curso de formação ou uma licenciatura.

Apenas uma diminuta parte dos entrevistados referiu que a vida vai melhorar ou que tem vindo a melhorar, valorizando nestes casos pequenas conquistas como a redução do peso corporal, o percurso escolar dos filhos com aproveitamento e estar empregado.

**Gráfico 30.** Associativismo



Do total de 94 entrevistados nos diversos empreendimentos, 52 declararam não participar em ações de associativismo, o que corresponde a uma amostra de 55% dos entrevistados, 35 declararam participar em ações de associativismo, o que corresponde a uma amostra de 37% dos entrevistados, e 7 declararam que o fizeram no passado mas que agora não participam em ações de associativismo, o que corresponde a uma amostra de 8% dos entrevistados.

A questão da participação em grupos desportivos, culturais e recreativos é um ponto sensível para a população estudada, dado que, na sua maioria, não possui quaisquer hábitos de participação cívica.

Foram obtidas as seguintes respostas:

a) A maioria não costuma integrar grupos ou participar em atividades por falta de tempo disponível. Grande parte do seu tempo encontra-se dividido entre a família e o trabalho não sobrando tempo para outras atividades. Os problemas de saúde também é um vetor recorrentemente apresentado para justificar a não participação, justificando-se os entrevistados com a falta de capacidade física ou de intelecto para este tipo de atividades. Todavia, todos referem que se não fosse por este motivo gostariam de participar em atividades associativas, nomeadamente em instituições ligadas à Saúde, como a Cruz Vermelha, os Bombeiros ou o Hospital e em instituições ligadas a idosos, tendo ainda um dos entrevistados revelado que gostaria de fazer parte de uma instituição ligada à arte.

Um entrevistado referiu estar ligado ao desporto, cinco entrevistados referiram estar ligados à dança, um referiu ser sócio do Vitória Sport Clube e outro referiu ser dador de sangue e dessa forma contribuir para a sociedade.

b) Uma parte dos entrevistados referiu nunca ter participado ativamente em nenhum organismo ou grupo, nem ter intenções de o fazer;

c) Em virtude da cidade de Guimarães ter sido durante o ano de 2012 a Capital Europeia da Cultura, alguns dos entrevistados, devido ao orgulho que sentem pela cidade, declararam ter participado nos grupos “Academia Krisis” e “Outra Voz”;

d) Os entrevistados quando referiram integrar grupos, associaram essa participação à integração de grupos ligados à Igreja ou, em número reduzido, a outros cultos ou religiões (por exemplo: grupo de leitores, grupos corais, grupos de jovens,



escuteiros, catequistas, cruzada, ajudante no Jornal de Fátima ou grupos de estudo da bíblia - Jeová), ao teatro amador em escolas ou no teatro do Centro Cultural de Vila Flor, à cultura tradicional (Folclore) ou ao desporto (seja como praticante de futebol, andebol, atletismo, kickboxing, lançamento do disco, do peso ou de dardos, como treinador de atletismo ou como diretor). Por último, uma entrevistada, licenciada mas atualmente desempregada, declarou ter pertencido ao Jornal de Escola.

Foi constatado que, entre os entrevistados que declararam estar envolvidos em atividades em grupo/associativismo, tal ligação aconteceu, na sua grande maioria, no passado, não pertencendo atualmente a qualquer grupo nem desenvolvem qualquer atividade associativa;

e) Alguns entrevistados referiram ser bombeiros voluntários na corporação dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, um dos entrevistados referiu ser voluntário da ADCL e outro referiu ser voluntária numa Valência de apoio domiciliário a idosos. Duas entrevistadas fizeram ainda referência à sua participação na Associação de Pais da Escola que os filhos frequentam;

f) Alguns entrevistados referiram que se existissem espaços no próprio empreendimento para organizar convívios participariam neles, todavia os entrevistados revelaram-se divididos perante esta possibilidade, pois muitos referiram não querer participar em ações no empreendimento, pois não pretendem criar qualquer tipo relacionamento próximo ou de confiança com os restantes residentes do empreendimento, seus vizinhos;

g) A maioria dos entrevistados residentes no Empreendimento de Monte de São Pedro referem com saudade a sua participação no grupo “À volta do Chá”, ação criada e dinamizada pela CASFIG. Os entrevistados do Empreendimento de Monte de São Pedro referiram ainda, na sua larga maioria, ser sócios ou participarem ativamente na ARCMSP, e que esta associação se traduz numa oportunidade de fazer do empreendimento um espaço melhor e criar e/ou reforçar as relações de vizinhança. Contudo, nem todos os entrevistados possuem esta imagem da Associação, pelo que para muitos ela não passa de uma forma de alguns indivíduos se apropriarem do espaço e dos recursos envolventes. Um dos entrevistados, residente do Empreendimento de Monte de São Pedro, declarou fazer parte da Associação de Pais da Escola de Nossa

Senhora da Conceição e considerou que o ambiente desta é mais saudável que o da referida associação de moradores. Mais referiu que os moradores que possuem filhos a frequentar a Escola de Nossa Senhora da Conceição não participam nas reuniões da Associação de Pais por desinteresse, uma vez que naquela Associação de Pais não se fazem apenas festas, sendo certo que no final acaba por existir maior convívio entre quem integra aquela Associação de Pais do que entre quem integra a Associação de Moradores. Não deixa de ser curioso que no Empreendimento de Monte de São Pedro os entrevistados abordem reiteradamente a importância do relacionamento entre vizinhos e que o mesmo deveria ser melhorado. Pelo contrário, os entrevistados dos outros empreendimentos mostram-se indiferentes e despreocupados com os relacionamentos interpessoais entre vizinhos;

h) Muitos dos entrevistados que residem no Empreendimento de Coradeiras referem ter organizado, de uma forma informal, uma festa de São João conjuntamente com os vizinhos, descrevendo este evento como um momento alto das relações de boa vizinhança. No entanto, esses mesmos entrevistados referiram que atualmente não seria possível realizar um evento semelhante porque a relação de boa vizinhança foi quebrada ao longo dos anos, encontrando-se mesmo em fase de saturação e rutura;

Apesar dos entrevistados terem declarado não dispor de muito tempo para participarem ativamente em atividades de carácter social e cívico, referiram também que passam muito do seu tempo em casa e que por vezes o tempo lhes custa a passar, acabando por passar algum do seu tempo juntamente com os vizinhos.

Nesta matéria é de salientar a incongruência de algumas respostas dos entrevistados com a prática diária no empreendimento.

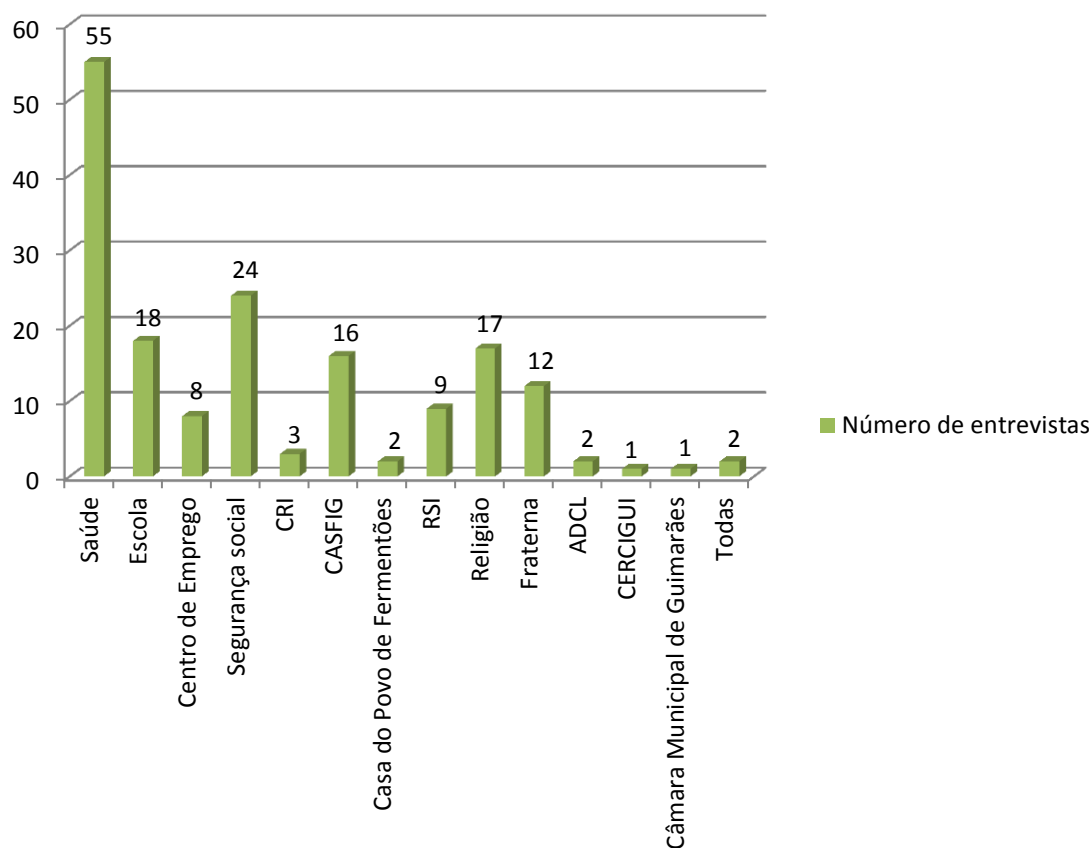
Alguns entrevistados declararam passar pouco tempo com os vizinhos, todavia, no decorrer das deslocações ao empreendimento para a realização das entrevistas, era visível a sua presença constante nas entradas e soleiras da porta, acompanhados pelos vizinhos.

## 4. Redes de Apoio Formal e Informal

De seguida abordarei as questões do estudo de caso ligadas às redes de apoio formal e informal.

### Rede de apoio formal

**Gráfico 31.** Identificação das entidades da rede social importantes para o agregado familiar



Do total de 94 entrevistados nos diversos empreendimentos, 55 identificaram os serviços de saúde como relevantes para o agregado familiar, 24 identificaram a segurança social como o serviço mais relevante para o agregado familiar, 18 identificaram a escola como a instituição de maior relevância para a sua família, 17

referenciaram os serviços religiosos como os mais relevantes, 16 identificaram os serviços prestados pela CASFIG como relevante para o seu agregado familiar, 12 identificaram a Cooperativa Fraterna como relevante para o agregado familiar, 9 identificaram o RSI como relevante para o agregado familiar, 8 identificaram o Centro de Emprego como relevante para o seu agregado familiar, 3 identificaram os serviços do CRI como relevantes para o seu agregado familiar, 2 identificaram a Casa do Povo de Fermentões como relevante para o seu agregado familiar, 2 identificaram a ADCL como instituição relevante para o seu agregado familiar, 2 identificaram todas as entidades da rede social como relevantes para a sua família, 1 identificou a CERCIGUI como relevante para o seu agregado familiar e, finalmente, 1 identificou a Câmara Municipal de Guimarães como instituição de maior relevância para o seu agregado familiar.

Em respostas anteriores, os entrevistados identificaram a área da saúde como essencial e prioritária para ter qualidade de vida, pelo que não é surpreendente o facto de entidades como o Hospital e os Centros de Saúde surgirem como os serviços mais vezes identificados como relevantes.

De forma geral, os apoios formais mais referidos foram os prestados pelos Centros de Saúde e pelo CHAA, pelas escolas e pelos serviços religiosos (os entrevistados referiram ser, na sua maioria, católicos embora não praticantes, enquanto que os entrevistados não católicos referiram ser ativos no exercício da sua fé). Estes serviços são entendidos como serviços de proximidade, de grande utilidade pública e aos quais recorrem com frequência. Entidades como a Casa do Povo de Fermentões, a ADCL, a CASFIG, a Fraterna, a Segurança Social/RSI, a Sol do Ave, a Câmara Municipal de Guimarães, a ACAPO, o CRI e a CERCIGUI, apoiam os agregados familiares com alimentos, medicação, apoio para o dentista, acompanhamento psicossocial, entre outros, pelo que são muito relevantes para os aspetos páticos do seu quotidiano. Para alguns entrevistados o organismo que menos ajuda é o IEFPP.

No decorrer das entrevistas foi recorrente o sentimento de injustiça que alguns entrevistados denotaram, por entenderem que muitos beneficiários das entidades referidas desperdiçam muitos bens alimentares que lhes são doados, deitando-os ao lixo (porque deles não gostam), vendendo-os ou doando-os aos amigos, vizinhos e familiares. Alguns entrevistados salientaram também a má gestão financeira que muitas

famílias fazem dos apoios monetários, desperdiçando-os, no imediato, em cafés, vícios, dívidas e bens alimentares supérfluos.

Muitos dos entrevistados referiram que a frequência de um curso de formação equivale a possuir um trabalho, preferindo a formação ao trabalho.

Alguns entrevistados afirmaram não querer usufruir de alguns apoios sociais, como por exemplo o cabaz atribuído pela Cooperativa Fraterna, uma vez que o seu benefício é precedido de um processo excessivamente burocrático, obrigando-os a uma extensa recolha de documentos comprovativos da situação de carência económica da família e por serem excessivamente fiscalizados, o que, afirmam, acaba por colocar em causa a sua liberdade.

Foram poucos os entrevistados que referiram não se sentir minimamente apoiados pelos organismos formais, curiosamente, estes entrevistados pertencem a agregados familiares com problemas com a justiça.

Muitos entrevistados referiram ser necessário uma rede de apoios e equipamentos sociais mais alargada, identificando a falta de infantários como uma lacuna a colmatar. Referiram ainda que todos os apoios sociais são de grande importância, todavia não funcionam devidamente, uma vez que as instituições que os disponibilizam deveriam deslocar-se mais ao terreno e conhecer melhor a realidade socioeconómica das famílias, evitando assim a existência de situações mal avaliadas. Manifestaram ainda a convicção de que essas instituições deveriam respeitar mais as pessoas que a elas recorrem e que necessitam do seu apoio, não as tratando como inúteis, preguiçosos ou parasitas. Também foi referido que o tempo de espera para a atribuição dos apoios sociais deveria ser menos moroso, destacando aqui a excessiva burocracia das diferentes instituições.

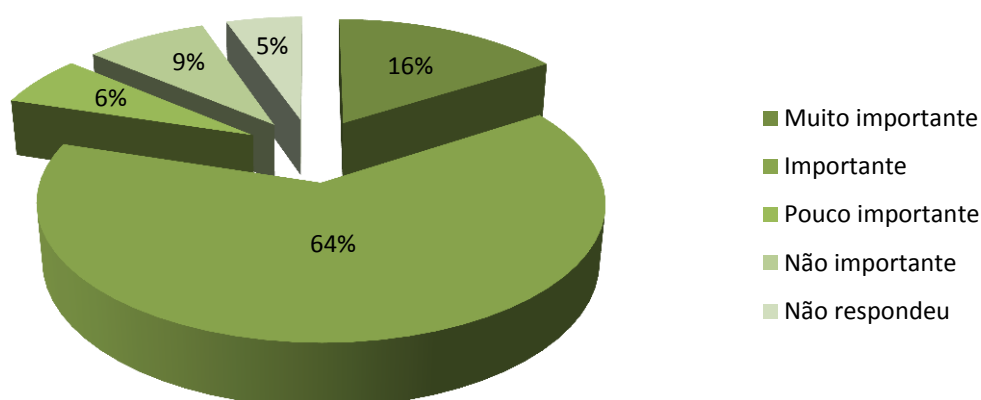
Outro aspeto aflorado e digno de registo diz respeito à maior exigência do cumprimento das regras inerentes ao usufruto dos apoios sociais que as instituições deveriam impor aos beneficiários. Nesta linha, alguns entrevistados fizeram referência ao facto de alguns incumprimentos semelhantes serem tolerados de forma diferente pelas instituições. Na verdade, ao longo deste estudo pudemos constatar que existe um enorme grau de comparação entre os indivíduos/beneficiários, o que permite perceber que têm a convicção de que os serviços, perante situações iguais, reagem de forma

diferente. Os entrevistados referem que muitos vizinhos se vangloriam de obter tudo o que pretendem dos organismos que prestam apoios sociais, por saberem e terem a habilidade de mentir ou ocultar a verdade da real situação da família. Ora, este facto, segundo os entrevistados, também fomenta as desigualdades sociais.

São poucos os entrevistados que referem que desejam ser independentes dos apoios sociais vigentes e apenas um se considerou autónomo dos serviços, mesmo deles beneficiando. O grau de importância que os entrevistados conferem aos organismos de apoio social é proporcional à necessidade que deles têm, sendo-lhes os restantes serviços indiferentes.

## Rede de apoio Informal

**Gráfico 32.** Importância da rede de apoio familiar



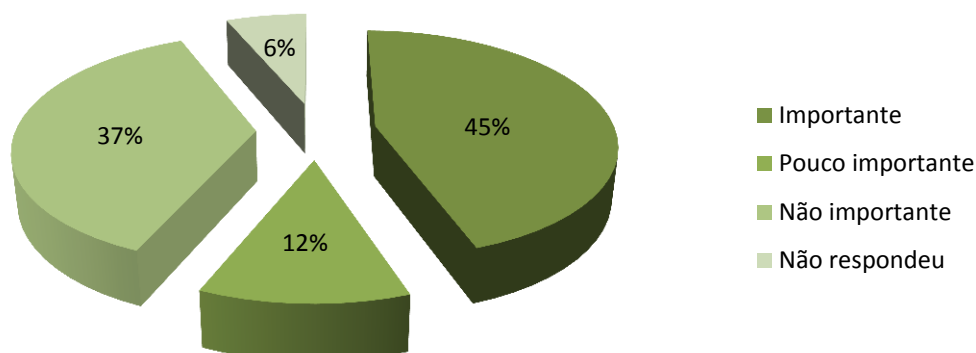
Do total de 94 entrevistados nos diversos empreendimentos, 60 declararam que a rede de apoio familiar é importante, o que corresponde a uma amostra de 64% dos entrevistados, 15 declararam que a rede de apoio familiar é muito importante, o que corresponde a uma amostra de 16% dos entrevistados, 8 declararam que a rede de apoio familiar não é importante, o que corresponde a uma amostra de 9% dos entrevistados, 6 declararam que a rede de apoio familiar é pouco importante, o que corresponde a uma

amostra de 6% dos entrevistados e 5 não responderam, o que corresponde a uma amostra de 5% dos entrevistados.

A família é o apoio informal de eleição, tendo a maioria dos entrevistados referido possuir o apoio da família, mesmo nos casos em que a família se encontra geograficamente distante. No que respeita ao apoio familiar que recebem, os entrevistados foram unânimes em referir que o maior apoio vem da família nuclear e posteriormente da família alargada.

Foram poucos os entrevistados que referiram não possuir qualquer apoio familiar, afirmando que, pelo contrário, são eles próprios quem por vezes apoiam a restante família que reside em condições mais adversas do que a sua.

**Gráfico 33.** Importância da rede de apoio da vizinhança



Do total de 94 entrevistados nos diferentes empreendimentos, 42 declararam que a rede de apoio da vizinhança é importante, o que corresponde a uma amostra de 45% dos entrevistados, 35 declararam que a rede de apoio da vizinhança não é importante, o que corresponde a uma amostra de 37% dos entrevistados, 11 declararam que a rede de apoio da vizinhança é pouco importante, o que corresponde a uma amostra de 12% dos entrevistados e 6 não responderam, o que corresponde a uma amostra de 6% dos entrevistados.

Um número significativo de entrevistados referiu possuir algum apoio dos vizinhos que consideram de confiança, ressaltando sempre que estes são em número

diminuto. Por regra, os entrevistados consideram possuir dois ou três amigos no empreendimento, nos quais se incluem os ex-vizinhos das freguesias onde residiam anteriormente e que também residem no empreendimento. Muitos entrevistados referem que numa situação de emergência os vizinhos se auxiliam, todavia o número de “curiosos” é claramente maior do que o número dos que realmente querem ajudar. Foi também referido que as informações que se obtêm sobre os vizinhos são sempre exageradas e que algumas têm mesmo pouco fundamento. Por esta razão, torna-se vital esconder factos da vida privada e familiar da larga maioria dos vizinhos, situação que denota a falta de confiança existente entre as diferentes famílias residentes no mesmo empreendimento de habitação social, persistindo apenas as regras da boa educação entre vizinhos.

Paralelamente, são poucos os entrevistados que referem não possuir qualquer apoio de amigos ou ex-companheiros.

Uma parte dos entrevistados referiu que tenta não dar conhecimento aos vizinhos de muitos aspetos da sua vida privada, todavia reconhecem-se confidentes de muitas pessoas no empreendimento, afirmando sabendo ouvir sem contar, fator essencial e de sucesso para se viver num empreendimento de habitação social. Estes entrevistados declaram ter menos problemas com a vizinhança.

Outros entrevistados consideram que para se viver bem no empreendimento é necessário quebrar com a confiança relacional exagerada com os vizinhos e aprender com as lições que alguns lhes vão dando, deixando de confiar em quem quebra essa confiança. Consideram fundamental não contar tudo o que vivem e guardar o melhor para si próprios, tendo apenas um grupo restrito de confidentes no seu círculo de confiança. Por sua vez, é muito reduzida percentagem dos entrevistados que referiu nunca ter tido qualquer problema com a vizinhança.

Grande parte os entrevistados referiu que se sente incomodado com a dinâmica do empreendimento, nomeadamente com os pedidos de empréstimo de alimentos e dinheiro feitos pelos vizinhos, muitas vezes através dos filhos menores, que posteriormente não são devolvidos. Referem ainda que, não raras vezes, são ameaçados por não acederem a esses pedidos. Em sentido contrário, uma minoria da amostra referiu a existência de um verdadeiro espírito de entreajuda entre vizinhos que permite a



troca de géneros e o empréstimo de dinheiro sempre que necessário. Estas duas perspetivas da dinâmica relacional de vizinhança demonstram bem a existência de duas conceções diferentes da mesma realidade.

Um número minoritário de entrevistados referiu temer sempre que é integrada uma nova família no empreendimento, dado que não sabem as consequências que a sua inclusão terá na comunidade residente.

Foi ainda referido por alguns entrevistados que residem nos empreendimentos constituídos por entradas comuns (prédios) que existe maior sentimento de pertença, melhor entendimento e mais tolerância e ligação afetiva para com os demais indivíduos que residem na mesma entrada do que com os residentes nas demais entradas. Por outro lado, o mesmo se verifica com os residentes nos empreendimentos constituídos por blocos (casas em banda).



## Capítulo IV - Conclusões do estudo de caso

Após a leitura e análise do estudo de caso, podemos refletir sobre algumas das atuais dinâmicas dos empreendimentos sociais estudados, pelo que de seguida debruçar-nos-emos sobre as principais conclusões que se podem retirar do referido estudo de caso.

Aquando do realojamento, e atendendo a que as rendas são de valor mais baixo e a habitação possui melhores condições de habitabilidade, a habitação social é tida como um objetivo alcançado que vai favorecer a vida de quem dela passa a usufruir. No entanto, e com o passar do tempo, a obtenção da habitação social deixa de ser uma solução tão positiva e marcante, dado que os moradores percebem que a habitação social não é garantia da resolução de todos os problemas do seu agregado familiar e constataam que não houve uma evolução tão significativa como inicialmente era esperado, defraudando-se as expectativas iniciais. Na maioria das vezes, o realojamento em habitação social, por si só, não muda a vida dos indivíduos, dado que os problemas económicos e familiares, como as adições ou o desemprego, permanecem apesar das melhores condições de habitabilidade. O que efetivamente a habitação social resolve, como por exemplo a privacidade familiar e a aproximação aos modelos de vida comuns, rapidamente se torna numa rotina e num dado adquirido perdendo, assim, o valor que inicialmente lhe foi reconhecido.

De um modo geral, os indivíduos realojados em habitação social ou permanecem longas temporadas na habitação que lhes foi atribuída, por vezes durante toda a vida, ou rapidamente pretendem e planeiam alterar novamente de residência por inadaptação, abandonando o empreendimento.

O maior problema sentido nos empreendimentos sociais decorre das relações de vizinhança. Os conflitos entre os vizinhos advêm, quase sempre, da falta de ocupação de muitos dos moradores, que por passarem todo o seu tempo livre nas áreas exteriores dos empreendimentos tendem a ajuizar e comentar os comportamentos dos restantes residentes. Com o tempo estas interações produzem o “efeito bola de neve”, conferindo um valor exacerbado às situações quotidianas da dinâmica destes núcleos residenciais,

potenciando sentimentos de mágoa e conflitos graves entre moradores, limitando impreterivelmente os relacionamentos entre os vizinhos.

A grande maioria dos entrevistados referiu que se pudessem retirariam a habitação em que residem do empreendimento e colocariam numa outra parte da cidade, de preferência na sua freguesia de origem. Reconhecem que a habitação é boa, todavia, o espaço e as pessoas que a circundam é desfavorável e prejudicial. Este entendimento, decorrente da grande preocupação pelos valores e ensinamentos que são transmitidos às crianças e aos jovens e pelas más influências a que estes estão sujeitos, é frequente nos indivíduos que integraram a amostra deste estudo que beneficiam de pensão de reforma e pelos pais com filhos a residir no empreendimento. Na verdade, as crianças e os jovens desde muito cedo normalizam situações desadequadas à idade que possuem e para as quais não possuem maturidade e discernimento, tendendo a reproduzir estes comportamentos.

Nos empreendimentos de habitação social alvos deste estudo, verificou-se a existência, por um lado, de um conjunto de moradores que não confraternizam com os restantes residentes e consideram o empreendimento onde residem como extremamente negativo, e, por outro lado, o grupo de moradores que gostam de habitar no empreendimento e que partilham a vida da sua família com os vizinhos. Estes últimos sentem-se bem onde habitam, apesar de por vezes se sentirem traídos na confiança que atribuem a alguns vizinhos. O perfil dos moradores que se sentem menos bem nos empreendimentos caracteriza-se pela integração profissional, por mais habilitações académicas, e demonstram estar mais conscientes dos problemas do empreendimento. Todavia, foram detetadas diversas incongruências entre o declarado pelos entrevistados e o comportamento que adotam no empreendimento, ou seja, afirmam não se relacionar com os vizinhos, apesar de serem frequentemente vistos nas entradas e espaços comuns dos empreendimentos a conversar com esses mesmos vizinhos. Este facto explica-se pela necessidade de integração e aceitação por parte da comunidade residente.

Assim sendo, e apesar de os moradores afirmarem que não se identificam com a comunidade onde estão inseridos, constata-se que a maioria socializa recorrentemente com os vizinhos, pelo que se pode concluir que o sentimento de comunidade existe entre os moradores e está presente nos empreendimentos, apesar de afirmarem o

contrário. Foi ainda perceptível que, dos empreendimentos estudados, o sentimento de comunidade encontra-se mais presente no Empreendimento de Monte de São Pedro, talvez devido à existência de uma associação de moradores – ACRMS.

No que diz respeito às questões relacionadas com as atitudes conformistas e a influência social, tanto normativa como informativa, conclui-se que estão ambas presentes e são muito visíveis nas dinâmicas dos empreendimentos e conduzem os moradores a alterarem os seus comportamentos e as suas convicções. Foi constatado que muitos moradores participam em situações grupais de carácter negativo para evitar a rejeição ou interiorizam “verdades” construídas em pequena comunidade. Apesar do sentimento negativo que lhes é transmitido pelos empreendimentos e pelos vizinhos, estes possuem um grande peso na vida dos moradores.

Assim, é generalizada a ideia de que as dinâmicas dos empreendimentos sociais eliminam o “poder pessoal do indivíduo” e originam que os moradores sigam o “poder do grupo”. Na verdade, muitos inquiridos admitiram que por vezes não concordam com algumas situações, todavia, são “apanhados” pelas mesmas e acabam por tomar partido e envolver-se nelas, pois “a união faz a força” e ninguém quer viver contra essa “força” e todos pretendem “cair nas boas graças” da maioria já que necessitam de conviver.

O estudo de caso conduziu-nos igualmente à conclusão de que a grande maioria dos entrevistados possui poucas expectativas futuras, não espera mudanças significativas na sua vida nem possui objetivos futuros traçados. Deste modo, limitam-se a viver o dia-a-dia e os sonhos são considerados perda de tempo. Nesta medida, não consideram valer a pena o esforço para tentar melhorar de vida e para resolver os seus problemas, pois não acreditam no esforço pessoal, apenas que a vida é extremamente dura e o melhor é não criar expectativas para não sofrerem maiores desilusões.

A transgeracionalidade na habitação social é um facto inegável neste estudo de caso. Quem frequentou, cresceu, ou já residiu numa habitação social está mais familiarizado com as dinâmicas inerentes a estes núcleos residenciais, pelo que coloca mais facilmente a hipótese de se candidatar ao realojamento em habitação social. Para alguns dos indivíduos entrevistados, o seu projeto de vida passava por casar e pedir uma habitação social para residir com o seu agregado familiar. Esta é considerada uma hipótese mais segura e estável do que o recurso ao mercado particular de arrendamento.

Consequentemente, outro fator importante a salientar é que, para a maioria dos moradores, a habitação social, apesar de todas as queixas e incómodos que o empreendimento possa causar, não é considerada uma habitação provisória mas antes uma habitação para a vida, pelo que mudar de residência não é uma hipótese seriamente considerada. Assim, facilmente se conclui que a larga maioria dos moradores não têm uma visão de mobilidade ou um olhar transitório sobre a habitação social, pois como já foi referido não possuem expectativas de alterar a sua situação habitacional.

É de salientar que a esmagadora maioria dos entrevistados referiu que, aquando do seu realojamento, teve pena de abandonar o local/freguesia de residência, bem como as pessoas de referência, tendo, em resultado das diferenças de rotinas e dinâmicas, sentido dificuldades de adaptação ao empreendimento. Muitos foram os que referiam que ainda “fazem a sua vida” nas anteriores freguesias, fazendo da sua habitação apenas um espaço onde dormem e passam algum do seu tempo.

O Empreendimento de Monte de São Pedro, atendendo à sua localização geográfica de grande centralidade e ao facto de possuir um ringue desportivo e um parque infantil, é classificado pela maioria dos entrevistados como o melhor empreendimento da CASFIG. Este é o empreendimento mais apreciado e o modelo de infraestruturas que os moradores entendem que os demais empreendimentos deveriam possuir.

As opiniões mais favoráveis sobre os empreendimentos advêm dos residentes em empreendimentos sociais de pequena dimensão, nomeadamente, os de Mesão Frio e Azurém, onde os residentes, apesar da existência de alguns conflitos, sentem que vivem com mais qualidade de vida.

Muitas das famílias que cooperaram no estudo de caso não possuem o hábito da participação em iniciativas da comunidade em que residem, pelo que, com a agravante de não quererem participar em ações em que os vizinhos também participem, acabam por se distanciar das atividades formativas e cívicas promovidas pela CASFIG, dificultando a o trabalho de intervenção desta entidade e o desenvolvimento individual e familiar daqueles moradores.

Foi grande o número de moradores que foram convidados a participar no estudo de caso em análise, no entanto recusaram fazê-lo, justificando a recusa com o alegado

desconhecimento do modo como deveriam responder às perguntas ou que não queriam integrar o estudo com receio do que o mesmo realmente poderia representar. Desta forma, estes residentes anularam assim o seu poder de participar em estudos da sua comunidade. Na sua maioria, os indivíduos que recusaram participar neste estudo pertencem ao sexo masculino e delegaram a tarefa de participação nas suas esposas/companheiras.

Em jeito de conclusão, penso que os objetivos do estudo de caso foram cumpridos, tendo o mesmo aprofundado o conhecimento sobre os residentes e os empreendimentos de habitação social da cidade de Guimarães geridos pela CASFIG. Constatou-se que a modalidade de habitação social nem sempre é uma resposta eficaz às necessidades dos que a procuram no concelho de Guimarães, já que, por si só, não contribuiu para a quebra dos ciclos de pobreza e exclusão social das famílias residentes. Mais se conclui que a melhoria das condições de vida destas famílias interliga-se com diversos fatores, como a habitação, a saúde, o emprego e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e organizacionais.

#### Quadro 5 - Principais conclusões do estudo de caso

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO ESTUDO DE CASO	
<b>HABITAÇÃO SOCIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A habitação social resolve alguns problemas das famílias, todavia, rapidamente perde o valor que inicialmente lhe fora reconhecido;</li> <li>- A habitação social não permite por si só a quebra de ciclos de pobreza e de exclusão social;</li> <li>- A habitação social é vista como uma modalidade de apoio social permanente, ou seja, para a vida, e não como uma solução provisória;</li> <li>- Existe um evidente carácter transgeracional de permanência em habitação social nas famílias que nelas residem;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existe a forte convicção de que é dever do Estado e dos Municípios atribuir habitações com valores de renda baixos à população mais carenciada;</li> <li>- Existem frequentes conflitos entre vizinhos, o que acaba por ser considerado como o maior problema dos empreendimentos;</li> <li>- Prevalece um sentimento global de grande “gosto” pela habitação e um grande “desgosto” pelo local onde esta está inserida;</li> <li>- Os novos moradores sentem frequentemente grandes dificuldades de adaptação e integração nos empreendimentos;</li> <li>- Partilha de sentimentos ambíguos relativamente às perceções e dinâmicas dos empreendimentos, (ex. “espaços sossegados apesar de barulhentos, mas que necessitam de vigilância.”; “bairro é difícil, mas em todos os locais existem problemas”);</li> <li>- Existência de uma grande necessidade de integração e aceitação por parte da comunidade envolvente (ex. não pretendem relacionamento com os vizinhos, mas frequentemente partilham momentos com esses mesmos vizinhos);</li> <li>- Embora os moradores o neguem, existe um sentimento generalizado de comunidade;</li> <li>- Reprodução de comportamentos negativos por parte dos moradores mais jovens;</li> <li>- A principal causa da degradação física dos empreendimentos é atribuída aos jovens, maioritariamente quando atuam em grupo;</li> <li>- É sentido um grande poder do grupo sobre o indivíduo;</li> <li>- Quanto menor for o empreendimento, melhores opiniões</li> </ul>
--	---



	<p>existem sobre o próprio empreendimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Regra geral os moradores não se sentem discriminados, sendo certo que a discriminação quando existe, ocorre mais por indivíduos do que por parte de serviços de atendimento ao público.</li> </ul>
<b>PERCEÇÕES DE VIDA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de hábitos de participação em iniciativas formativas ou cívicas;</li> <li>- Postura essencialmente negativa sobre as suas vidas;</li> <li>- Não existem grandes expectativas de mudança ou objetivos para o futuro – pouca esperança no futuro.</li> </ul>
<b>REDES DE APOIO FORMAL E INFORMAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sentimento de injustiça social devido à diferença de tratamento de situações por parte das instituições;</li> <li>- A família é o apoio informal de eleição;</li> <li>- Grande dinâmica relacional entre vizinhos, apesar de todos os conflitos, sendo estes identificados como uma rede de apoio informal.</li> </ul>



## Capítulo V - Conclusões gerais

Em forma de conclusão, torna-se importante refletir sobre algumas questões que têm vindo a ser abordadas ao longo dos anos sobre a habitação social.

O presente estudo de caso e estudos anteriores revelaram que a mudança de casa é avaliada de forma positiva, tendo-se traduzido na melhoria das condições de vida pela alteração substantiva das condições habitacionais, que se soma a um processo de reinvestimento na casa e no universo familiar. Contudo, pese a importância e a satisfação com que é avaliada a mudança de casa, a alteração ao nível das condições habitacionais não terá provocado uma alteração estrutural nos modos de vida desta população e na perceção do seu estatuto, como não parece induzir perspetivas ou expectativas de maior promoção e integração sociais. O aumento das despesas a que obriga agora a casa implica também uma reestruturação dos consumos, cuja consequência maior reside na redução da mobilidade espacial e, assim, nas possibilidades de apropriação de outros espaços e outras dimensões da vida quotidiana. Contudo, a eficácia do realojamento terá ficado comprometida quando os objetivos de alteração substantiva dos modos de vida e da capacidade dos sujeitos intervirem na superação dos constrangimentos e da precaridade das condições de vida que marcam as suas histórias de vida (Ferreira, A. Fonseca, Guerra, I., Freitas, M. J., 1994: 42 e 43).

Na verdade, é reconhecido que a agregação de um elevado número de famílias com características comuns num mesmo espaço geográfico produz um efeito viral, pelo que é imprescindível alterar a cultura e as políticas habitacionais, urgindo integrar os indivíduos em ambientes mais neutros, que não conduzam à estigmatização social e ao agravamento da sua exclusão social.

Assim, poder-se-á afirmar que a habitação social, enquanto resposta habitacional para os estratos mais desfavorecidos, encontra-se ultrapassada, dado não cumprir com os objetivos de inclusão social, isto porque, “Do ponto de vista social, os efeitos perversos” da concentração espacial de uma população socialmente homogénea, (mesmo que por vezes culturalmente heterogénea) provocam um crescimento exponencial de comportamentos desviantes e de estigmas sociais que desencadeiam, por sua vez, respostas violentas e um clima de insegurança urbana (...) Os moradores destes

empreendimentos sentem com intensidade este estigma social não porque assumam, em si individualmente um estatuto de desviante, mas porque interiorizam essa imagem pública socialmente desvalorizada atribuindo-a a determinados elementos do próprio empreendimento. Pela assimilação que é feita entre empreendimento e os seus habitantes, habitar nestes empreendimentos é arriscar a imagem de ser marginal, delinquente, indesejável. O desejo de escapar a este estigma social é, para muitas famílias, um esforço suplementar que tem consequências importantes nos seus comportamentos e investimentos no empreendimento. No entanto, estudos feitos em Portugal manifestam bem como, nas situações de realojamento, ao gosto pela casa (normal para quem vem de um barraca) se contrapõe o desgosto pelo empreendimento. O empreendimento é criticado por alguma “má vizinhança”, insegurança e demasiada intimidade nas interações locais que perturbam a intimidade de cada família. O desgosto pelo empreendimento advém mais destas razões socioculturais a que os habitantes se mostram extremamente sensíveis, do que das más condições de conservação dos fogos e edifícios, das deficientes condições de conservação do espaço público ou carência de equipamentos (Ferreira, A. Fonseca, Guerra, I., Freitas, M. J., 1994: 11 e 12).

Esta imagem negativa interiorizada pela população realojada acerca do empreendimento onde vive está certamente relacionada com alterações significativas nas sociabilidades locais, traduzíveis numa perda do seu peso e importância enquanto forma de enraizamento e identidade. Dois fatores poderão ter estado na origem desta alteração de sentido negativo da rede de sociabilidades locais. Desde logo, o próprio processo de realojamento, ao não manter para a maioria da população realojada os mesmos vizinhos, implicou o dismantelar de antigas e sedimentadas relações de vizinhança. Por outro lado, a mudança para novas morfologias e novos modelos habitacionais, por si só pouco estimulantes de sociabilidades, sobretudo uma diminuição do peso das relações de vizinhança. Em geral, o processo de realojamento terá implicado senão uma modificação das redes de sociabilidade que continuam a ter como principais registos a família e os vizinhos, pelo menos um enfraquecimento significativo das relações de vizinhança. Muitas vezes, o controlo social e a vigilância feita pelos vizinhos constituem elementos fundamentais de segurança de um espaço e dos seus habitantes. Ao contrário, a fragilidade dos laços que os ligam ao meio envolvente pode

ser um factor de insegurança, por contribuir para a criação de universos fechados, de relações sociais limitadas e precárias. Por outro lado, a perda de sociabilidades ocorre sem que outras formas compensatórias sejam introduzidas. A ausência de equipamentos locais, sobretudo de lazer, cultura e recreio e de comércio, compromete a possibilidade de colmatar o papel anteriormente desempenhado pela sedimentada rede de relações de vizinhança, favorecendo o isolamento e insegurança (Ferreira, A. Fonseca, Guerra, I., Freitas, M. J., 1994: 40).

Por outro lado, um dos principais problemas parece residir, justamente, na homogeneidade social que define a composição destes empreendimentos, impedindo o contacto com outros grupos de referência de modo a contribuir para a aquisição de outros padrões e de outras possibilidades de vivência social e urbana fomentadoras de maiores expectativas de promoção social. Geram-se, assim, situações de reprodução dos anteriores modos de vida, agravadas por alguns “efeitos perversos” que o realojamento introduziu e que resumiríamos em: perda de sociabilidades locais e de factores identitários fundamentais com incidências importantes no modo de apropriação do espaço residencial e das suas formas de vida social; maior isolamento social e espacial, pela tendência a um centramento das atividades e temporalidades de vida quotidiana em torno da casa e pela diminuição dos espaços apropriáveis exteriores ao empreendimento; aumento da conflitualidade interna e das disfuncionalidades da dinâmica social traduzíveis em sentimentos generalizados de insegurança e na interiorização de uma imagem negativa estigmatizante (Ferreira, A. Fonseca, Guerra, I., Freitas, M. J., 1994: 43).

Em alternativa, medidas como o Porta’65, o SMA e o MSA tornam-se fundamentais para a promoção do arrendamento no mercado particular por via dos apoios do governo central e dos municípios. Todavia, urge tornar estas medidas alternativas ao realojamento convencional em habitação social mais dinâmicas e acessíveis à comunidade, ou seja, os cidadãos deverão possuir ajuda local para realizarem a sua candidatura a essas medidas, que deverá ser possível efetuar ao longo de todo o ano civil e não consoante os períodos de abertura de candidaturas, fixados de acordo com a disponibilidade de verbas ou de imóveis. Estas e outras eventuais medidas, que formalmente permitem um maior acesso aos apoios por parte de jovens,

idosos, pessoas portadoras de deficiência, famílias monoparentais, unipessoais, numerosas, multiproblemáticas, beneficiárias do RSI, e outras, acabam por, na prática, ver que o seu objeto de aplicação é reduzido porquanto os subsídios a atribuir se destinam apenas a situações que comportam habitações com determinadas condições de habitabilidade, ou que têm associados valores de renda elevados e que não conseguem suportar, numa fase inicial em que lhes é exigida, a título de caução, o pagamento de duas rendas, nem tão pouco no decurso do arrendamento.

A boa execução de medidas de apoio à habitação por via do arrendamento no mercado particular teria também como efeito benéfico o repovoamento dos centros urbanos, combatendo o visível abandono e deterioração dos edifícios, que nem são vendidos nem arrendados, contribuindo assim para o desenvolvimento da economia local.

Note-se que as políticas de habitação passam a considerar o mercado como um recurso a equacionar e a chamar a atenção para a necessidade de reabilitação da cidade construída envolvendo um número crescente de atores públicos e privados que se podem implicar nas políticas públicas. Considera-se que uma parte significativa das políticas de habitação deve decorrer das tentativas de ajustamento do stock habitacional existente, constituindo-se a parceria público-privada um elemento indissociável das políticas de habitação. Mais do que produzir nova habitação tornou-se função essencial do Estado zelar pelo bom funcionamento dos mercados habitacionais e apoiar o acesso à habitação de população com fracos recursos. Deve ainda facilitar a oferta de habitação a baixo custo e rentabilizar e ajustar o parque existente. A diversidade de modos de vida, a constante mutação das conjunturas económicas mas também sociais e familiares e a crença na necessidade de introduzir percursos de maior mobilidade habitacional e geográfica e gerar menor dependência dos apoios públicos faz do “apoio à pessoa” uma prioridade face a respostas estandardizadas e com tendência a tornarem-se perenes. Concomitantemente com esta intenção, há a preocupação de reforçar as dimensões de coresponsabilização dos inquilinos públicos e gerar maior equidade social na distribuição dos recursos, sempre escassos. No campo específico das políticas habitacionais, o estado passa cada vez mais de um agente provisor direto, para um Estado subsidiário e regulador. De facto, constatam-se tendências para a redução do

papel direto do Estado na provisão de habitação social, reforçando-se os apoios ao acesso à habitação, ao mesmo tempo que se alteram os mecanismos pelos quais o Estado intervém nomeadamente de políticas fiscais, políticas de parceria público-privadas e incentivos financeiros a diversos agentes (Plano Estratégico de Habitação 2008/2013: 12 e 13).

As medidas de apoio na área da habitação deverão ser também concebidas e materializadas por forma a não tornar a população beneficiária dependente dos apoios do Estado ou dos Municípios, pois a verdade é que ao serem atribuídas ajudas financeiras ou materiais as instituições públicas correm um sério risco de criar alguma dependência aos que delas beneficiam. Todavia, existem determinados estratos sociais que não terão, expectavelmente, qualquer evolução financeira nem possuem já capacidade para reduzir as despesas mensais (veja-se a título de exemplo o caso de um indivíduo reformado ou de um indivíduo portador de uma deficiência incapacitante ou mesmo o caso de uma família monoparental, ou de casais com filhos em que os progenitores trabalham mas não verão os seus salários ser aumentados de forma a suportar todas as despesas).

O que se constata é que estes indivíduos, por não terem outras opções, ou arrendam habitações sem condições de salubridade habitacional a preços baixos, não cumprindo os critérios exigidos para usufruir de apoio financeiro, ou requerem a atribuição de uma habitação social.

O PEH 2008/2013 privilegiou, entre outros, a contratualização com as famílias, onde se privilegia o regime de arrendamento no mercado público ou privado, gerando condições mais fáceis e flexíveis de mobilidade geográfica e habitacional e exigindo um investimento público menos vultuoso; aproveitamento das sinergias do mercado privado no que respeita à aquisição de alojamentos, à reabilitação e ao arrendamento destinados a populações com baixos recursos; manutenção do esforço de produção de habitações a custos controlados por empresas e cooperativas, para venda ou aluguer, destinados a estratos populacionais médios e médios baixos. O diagnóstico das necessidades de habitação, permitiu identificar um conjunto diversificado de situações entre as populações-alvo das medidas de habitação, que podem sistematizar-se em quatro grandes grupos de indivíduos ou agregados: aqueles cuja fase de ciclo de vida torna

mais fácil o acesso ou a manutenção de encargos com habitação; os que conjunturalmente se encontram numa situação em que não conseguem fazer face aos encargos com uma habitação; os que têm características especiais – deficiências incapacitantes – e por isso que podem necessitar tipologias habitacionais especiais; aqueles que por períodos longos ou mesmo definitivamente terão sempre necessidade de habitação apoiada (Plano Estratégico de Habitação 2008/2013: 17).

Conclui-se deste modo que a solução através do recurso às rendas apoiadas é positiva, mas não deverá permitir o arrendamento de habitações sem condições de habitabilidade ou em locais menos dignos da cidade, priorizando antes os locais que integrem e satisfaçam as necessidades das famílias e que respeitem as suas opções. Esta solução deverá permitir, ainda, aliar parcerias público-privadas (entre o Estado, as câmaras municipais e os cidadãos (inquilinos e senhorios) e equilibrar o mercado de compra e arrendamento de habitação, de forma a que a escolha não seja tão óbvia como não o é na atualidade.

Na verdade, foi constatado pelo Estado e pelos Municípios que os custos inerentes à atribuição de subsídios de apoio ao arrendamento não eram mais dispendiosos do que os custos com a construção, manutenção, reabilitação e limpeza do parque habitacional social. Para além disso, a implementação destas permitem apoiar um maior número de famílias, promover a mobilidade social e a reabilitação do património habitacional já existente.

Estas medidas apresentam ainda a vantagem de as pessoas poderem escolher a área de residência, em vez de lhes serem atribuídas habitações num determinado local sem terem um papel ativo no processo de escolha da localidade onde passarão a residir. Este direito de opção e respeito pela individualidade das famílias permite que se sintam bem no lugar onde reside, optando pela cidade, pela periferia ou por freguesias de maior ruralidade. Na senda destes benefícios, não poderá ser esquecida a vantagem do não desenraizamento dos agregados familiares (família, agricultura, religião, creche, trabalho, escolas), muitas vezes fator de inadaptação aos empreendimentos de habitação social.

Desta forma, conclui-se que no processo de acesso ao apoio social à habitação deverão ser sempre considerados e respeitados três princípios fundamentais: o princípio



da escolha individual, pelo qual as pessoas têm a liberdade e o controlo sobre as suas decisões, não estando sujeitas à determinação por avaliação de terceiros; o princípio do acesso à habitação independente, seja arrendada seja adquirida, ambos os casos através de recursos individuais, de subsídios de renda ou outros apoios na área da habitação, garantido o acesso a uma habitação em boas condições de habitabilidade e que permita ao indivíduo garantir alguma estabilidade financeira; e o princípio da integração social, garantindo que as habitações tenham uma localização geográfica que permita aceder aos diferentes recursos e serviços, sejam de transportes, de saúde (centros de saúde e hospitais), de satisfação de necessidades básicas (supermercados), de lazer (clubes desportivos, cinemas), entre outros, e promover o desenvolvimento de relações de vizinhança e a integração e pertença na comunidade. Para isso, não devem tratar-se de habitações isoladas ou agregando, no mesmo prédio ou zona, vários inquilinos beneficiários destes programas de apoio, prevenindo assim situações de estigmatização social.

Um aspeto crucial das políticas de habitação social é a questão da dimensão dos empreendimentos, sendo de todo desaconselhável a construção de empreendimentos sobredimensionados nos quais, entre caixas de betão, são enclausuradas centenas de pessoas. Em empreendimentos de pequena dimensão, a *cultura de bairro* possui menos força, logo a intervenção com os moradores é facilitada e os problemas são mais facilmente controláveis. De facto, em núcleos residenciais de habitação social de menor dimensão a explosão dos problemas não assume efeitos “cavalgantes”, sendo certo que a construção em massa não é benéfica para os problemas advindos da exclusão social.

Outro aspeto a considerar é a localização espacial dos empreendimentos de habitação Social já que o isolamento e a pouca abertura aos centros urbanos e às freguesias permitem que neles se instalem regras próprias e dinâmicas anárquicas. Assim, os empreendimentos devem estar centralmente localizados e abertos à comunidade e nunca segregados em determinados espaços da cidade.

Nesse sentido, a expansão urbana residencial, quando necessária, deve de ocorrer considerando a defesa dos interesses coletivos e dos recursos naturais. A sua planificação deve de atender não apenas à criação de habitação, mas também de economia na escala do empreendimento, espaços de lazer, equipamentos, etc. assim

como considerar uma ocupação humana diversificada, tanto ao nível do extrato social, como de costumes e de culturas (Plano Estratégico de Habitação 2008/2013: 115).

A tradição portuguesa direciona os indivíduos para a aquisição de habitação própria, de carro e outros bens, atribuindo grande importância à propriedade de bens. Nesta medida, a aquisição de casa própria é um instrumento de aceitação social, de poder, de segurança e de estabilidade para as famílias, sendo considerada a forma mais correta de se viver e a melhor forma de se criar raízes num determinado local. Hoje em dia, com as alterações demográficas, dos modos de vida, dos valores (aumento dos divórcios, diminuição dos casamentos, diminuição da natalidade, etc.) e do trabalho (cada vez mais com carácter provisório), torna-se imperioso criar e pôr em prática outras soluções de apoio que promovam e conduzam a uma maior e melhor adaptação, mobilidade e diversidade de respostas e percursos de vida das famílias mais carenciadas, que não são já compatíveis com as tradicionais, e dominantes, modalidades de apoio social.

Finalmente importará concluir que a falta de habitação constitui, de facto, um dos problemas das famílias multiproblemáticas mas não o seu único problema. Dar resposta à questão habitacional sem uma correspondente intervenção a outras frentes não inverterá o ciclo de pobreza e exclusão social que atravessam, contribuindo apenas e só para amenizar as suas dificuldades. Conforme foi já referido em outros estudos, na perspectiva ecológica da psicologia comunitária, o comportamento humano é visto em termos das suas múltiplas transações e influências recíprocas entre os indivíduos e os contextos relacionais, sociais, económicos e políticos mais abrangentes. Deste modo, as situações de desvantagem dos grupos mais vulneráveis não são entendidas como problemas eminentemente pessoais, mas como resultado de uma complexidade e multiplicidade de fatores, nomeadamente das situações de isolamento social e falta de poder, de discriminação e de dificuldades acrescidas no acesso aos recursos básicos da sociedade, como o emprego, a habitação, a educação ou o rendimento (Ornelas, 2008:40).

Por último, importa referir que a importância deste estudo a nível de desenvolvimentos futuros prende-se com o facto do estudo ter permitido um maior conhecimento da população residente em empreendimentos de habitação social geridos

pela CASFIG, o que permitirá uma melhor compreensão e resposta aos anseios dos moradores, servindo de ferramenta de trabalho para avaliar alternativas ao realojamento em habitação social. O estudo, permitiu, ainda, constatar que os motivos que levaram os entrevistados a procurar habitação social são os mesmos que na atualidade ainda conduzem os indivíduos a requerer habitação social, não tendo ocorrido uma evolução ou melhoria das condições habitacionais no concelho de Guimarães. A nível pessoal o presente estudo de caso permitiu-me comprovar algumas ideias que possuía sobre esta temática, redirecionar o meu foco em determinados aspetos importantes que no dia-a-dia nos passam despercebidos, sendo determinante avaliarmos a população-alvo com que intervimos para determinar os próximos passos.



## Referências bibliográficas

Abrantes, Teresa (1994). Efeitos Perversos dos Bairros Sociais: Observações e Sugestões. *Sociedade e Território*, 20, 50-54.

Almeida, Paula (1994). Habitação: a Produção de um Conceito. *Sociedade e Território*, 20, 110-116.

Almeida, J., Capucha, L., Costa, A., Machado, F., Nicolau, I. & Reis, E. (1992). *Exclusão Social, Factores e Tipos de pobreza em Portugal*. Celta Editora, Lda.

Almeida L. e Freire T. (2008) *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (5ª ed.). Colecção Investigação em Psicologia. Psiquilíbrios Edições.

Alarcão, M. (2000). *(des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra. Quarteto Editores.

American Psychological Association (org.) (2010). *Manual of the American Psychological Association* (6ª ed.). Washington, DC. American Psychological Association.

Augusto, N. M. (1998). Habitação Social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão. *IV Congresso Português de Sociologia*. Acedido em Fevereiro 2, 2014, em [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462df3cd04e3f\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462df3cd04e3f_1.PDF).

Ausloos, G. (1986). *A competência das famílias*. Lisboa. Climepsi.

Baptista, L. (1999). *Cidade e Habitação Social*. Celta Editora, Lda.

Barros, C. & Santos, J. (1997). *A Habitação e a Reinserção Social em Portugal*. Vulgata Editora.

Bogdan, Robert C. & Bilken, Sari Knopp (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto Editora.

Braun, V. & Clark, V. (2006) *Using thematic analysis in psychology*. Qualitative Research in Psychology. Edward Arnold (Publishers) Ltd.

Cachado, R. (2009). Habitação Social nas Últimas Décadas. *Vírus* (7), 12.

Câmara Municipal de Guimarães (n.d.). Acedido em Março, 24, 2014, em <http://www.cm-guimaraes.pt>.

Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta Editora, Lda.

CASFIG (n.d.). Acedido em Janeiro, 12, 2014, em <http://www.casfig.pt>.

Cassis, Filomena & Pereira, Albano (1994). Utilização do Espaço de Habitar e Satisfação Residencial - Bairro do Bugio. *Sociedade e Território*, 20, 44-49.

Clavel, G. (2004). *A Sociedade da Exclusão*. Porto Editora.

Coelho, A. J. Baptista (1994). É Preciso Integrar a “Habitação Social” na Continuidade Urbana. *Sociedade e Território*, 20, 71-78.

Coelho, A. (2011). Por uma nova política de habitação de interesse social em Portugal. *Infohabitar*, Ano VII, 351. Acedido em Agosto, 2, 2012, em <http://infohabitar.blogspot.com/2011/06/por-uma-nova-politica-de-habitacao-de.html>.

Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Gradiva Publicações, Lda.

Costa, A., Baptista, I., Perista, P. & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Gradiva Publicações, Lda.

Coutinho, C. (2007). *Métodos de Investigação em Educação: II – Concebendo o plano de investigação*. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho

Decreto-Lei nº 321-B/90, de 15 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 166/93 de 7 de Maio.

Decreto-Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

Ferreira, A. Fonseca (1994). Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER. *Sociedade e Território*, 20, 54-62.

Ferreira, A. Fonseca, Guerra, I. & Freitas, M. J., (1994). 1984 – 1994 INH – *Já não falta tudo!*. Edições Afrontamento.

Garcia, C., Benvindo, F., Costa, I. & Contente, S. (2008). Contributos para um novo modelo de gestão. Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Habitação. Acedido em Agosto, 16, 2012, em <http://habitacao.cmlisboa.pt/documentos/1233065274Q3jKA7bw5Ka42TT4.pdf>.

Guerra, Isabel (1994). As Pessoas Não São Coisas Que se Ponham em Gavetas. *Sociedade e Território*, 20, 11-16.

Guerra, Isabel (1997). Um Olhar Sociológico Sobre o Alojamento. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24, 165-181.

Guerra, I., et. al. (n.d.). *Contributos para o plano estratégico de Habitação – 2008/2013, Diagnóstico de dinâmicas e carências Habitacionais*. Acedido em Janeiro, 16, 2014, em

[http://portaldahabitacao.pt/pt/ihru/estudos/plano\\_estrategico/documentos\\_plano\\_estrategico\\_habitacao.html](http://portaldahabitacao.pt/pt/ihru/estudos/plano_estrategico/documentos_plano_estrategico_habitacao.html)

Gonçalves, H. (1994). Processos de (re)construção de identidades culturais num Empreendimento de Habitação Social. *Sociologia – Problemas e práticas*, 16, 139- 148.

Gros, Marielle C. (1994). Pequena História do Alojamento Social em Portugal. *Sociedade e Território*, 20, 80-90;

Heitor, T. (2001). *A vulnerabilidade do espaço em Chelas, uma abordagem sintáctica*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Idáñez M. & Ander-Egg E. (2007). *Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias* (3ª ed.), Cadernos REAPN,12, Rede Europeia Anti-pobreza/Portugal.

Instituto Nacional da Habitação, Plano Estratégico da Habitação 2008/2013, acedido em Fevereiro, 5, 2014, em <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/>.

Instituto Nacional de Estatística (2009). Caracterização da Habitação Social em Portugal. *Destaque – Informação à Comunicação Social*. Acedido em Setembro, 20, 2012, em <http://www.ine.pt/>.

Instituto Nacional de Estatística (2011). Caracterização da Habitação Social em Portugal. *Destaque – Informação à Comunicação Social*. Acedido em Março, 24, 2014, em <http://www.ine.pt/>.

Instituto Nacional de Estatística (2012). Caracterização da Habitação Social em Portugal. *Destaque – Informação à Comunicação Social*. Acedido em Março, 24, 2014, em <http://www.ine.pt/>.



Madeira, C. A. (2009). *A Reabilitação Habitacional em Portugal - Avaliação dos Programas RECRIA, REHABITA, RECRIPH E SOLARH*. Dissertação de mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Lisboa. Acedido em Julho, 25, 2012, em [http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2601/1/A%20Reabilitação%20Habitacional%20em%20Portugal\\_A%20Avaliação%20dos%20Programas%20RECRIA,%20REHABITA,%20RECRIPH%20E%20SOLARH.pdf](http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2601/1/A%20Reabilitação%20Habitacional%20em%20Portugal_A%20Avaliação%20dos%20Programas%20RECRIA,%20REHABITA,%20RECRIPH%20E%20SOLARH.pdf).

Negreiros, M. (n.d). *Intervenção Social*. I.S.S.S – Instituto Superior de Serviço Social;

Organização das Nações Unidas (2002). Ficha Informativa nº 21 – Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos 1995/1994 (2002). *Direitos Humanos: O Direito a uma Habitação Condigna*. Nações Unidas.

Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária* (3ª ed.). Edições Fim de Século;

Pardal, L., Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Areal Editores.

Parlamento da República Portuguesa (n.d.). Constituição da República Portuguesa (1976). Acedido em Março, 24, 2014 em <http://www.parlamento.pt/>.

Pimenta, M., Ferreira, L. & Ferreira, J. (2001). *Estudo socioeconómico da Habitação Social, Porto*. Câmara Municipal do Porto - Pelouro de Habitação e Acção Social.

Pinto, Teresa C. (1994). A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o Gosto Pela Casa e o Desgosto Pelo Bairro. *Sociedade e Território*, 20, 36-43.

Programa de Emergência Social – Mercado Social de Arrendamento (n.d). Acedido em Agosto, 18, 2012, em <http://www.mercadosocialarrendamento.msss.pt/>.

Queiroz, M. & Gros, M. (2002). *Ser jovem num Bairro de Habitação Social*. Campo de Letras.

Quivy R. & Campenhoudt L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3ªEdição), Colecção Trajectos, 17. Gradiva.

Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. & Januário, S. (n.d). *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. Acedido em Agosto, 20, 2012. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf>.

Romeiras, R. (2009). O Papel do Serviço Social na concepção e execução de políticas de habitação. A prática profissional em processos de realojamento, segundo uma perspectiva de território. *Lusíada. Intervenção Social*, 35, 188-195.

Serra, N. (2002). *Estado, Território e Estratégias de habitação*. Coimbra. Quarteto Editora.

Sousa, L. (2005). *Famílias multiproblemáticas*. Coimbra. Quarteto Editora.

Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S. & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa. Climepsi Editores.

Vala, J. & Monteiro, M (2002). *Psicologia Social*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian

# Anexos



## Anexo 1



**Universidade Do Minho - Curso de Mestrado em Estudos da Criança**  
**Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias**

ENTREVISTA Nº \_\_\_\_\_

EMPREENDIMENTO: \_\_\_\_\_

TIPOLOGIA: \_\_\_\_\_

### ENTREVISTA

Com esta Entrevista pretende-se recolher informações acerca das perceções dos moradores dos empreendimentos de habitação social geridos pela CASFIG, EM. Este instrumento metodológico enquadra-se no âmbito de uma investigação a realizar para o Mestrado em Estudos da Criança - Área de especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, da Universidade do Minho, de forma a que, no seu final, seja possível produzir uma dissertação. Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação de respostas. Por favor responda com sinceridade pois não há respostas corretas ou incorretas. A sua opinião é muito importante. Desde já obrigado pela colaboração.

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Sexo: \_\_\_\_\_
3. Estado civil: \_\_\_\_\_
4. Quais são as suas habilitações académicas: \_\_\_\_\_
5. Por quantas pessoas é composto o seu agregado familiar?  
\_\_\_\_\_
6. Quais as relações de parentesco entre elas? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
7. Qual a sua situação profissional: \_\_\_\_\_

8. Há quanto tempo está desempregado/ empregado? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
9. Qual/Quais a/s sua/s fonte/s de rendimento? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
10. Em média qual o rendimento mensal do seu agregado familiar?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
11. Frequenta ou já frequentou algum curso de formação? Se não frequentou, pretende vir a frequentar algum curso de formação? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
12. No caso de ter frequentado um curso de formação, este curso foi-lhe imposto por alguma entidade ou a sua frequência foi decidida de livre e espontânea vontade?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
13. Há quanto tempo reside em habitação social? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
14. Onde residia antes de habitar esta casa (meio rural/urbano)? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
15. O que o levou a procurar uma habitação social (motivações)? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

---

---

16. Os seus progenitores ou algum familiar alguma vez residiu em habitação social?

---

---

---

---

---

17. O que realmente mudou na sua vida desde que alcançou a habitação pretendida?

---

---

---

---

---

---

18. Considera que a Câmara ou o Estado têm o dever de proporcionar uma habitação aos cidadãos mais carenciados? Porquê? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

19. Pondera um dia abandonar a habitação atual e ingressar no mercado particular de arrendamento? Porquê? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

20. Como perceciona, de forma geral, o empreendimento onde habita? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

21. Porque acha que algumas pessoas degradam o empreendimento onde habita? \_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

22. Alguma vez viu o seu empreendimento a ser de alguma forma degradado? Se sim, que atitude tomou? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

23. Quais os problemas que enfrenta no dia-a-dia no empreendimento onde habita?

---

---

---

---

---

---

24. O que considera que deveria mudar no seu empreendimento? \_\_\_\_\_

---

---



---

---

---

25. Alguma vez se sentiu rotulado ou discriminado ao aceder a algum serviço (emprego, escola) por residir num empreendimento social? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

26. Como considera que as pessoas, suas conhecidas ou não, que não residem, nem conhecem as dinâmicas do seu empreendimento, o percebem a si e ao empreendimento? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

27. O que pensa do acompanhamento realizado, tanto no empreendimento como às famílias, por parte da Equipa Técnica da CASFIG? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

28. Com que frequência recorre aos serviços da CASFIG? \_\_\_\_\_

---

---

29. Porque motivos costuma recorrer à CASFIG? \_\_\_\_\_

---

---

30. Costuma participar nas atividades promovidas pelas CASFIG? Se não, porquê? \_

---

---

---

31. Como costuma ocupar os seus tempos livres? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

32. O que gostaria que fosse feito no seu empreendimento para o dinamizar? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

33. O que vê de mais positivo e de mais negativo na sua vida? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

34. Quais as suas expectativas de mudança da sua vida e da sua família? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

35. Pertence a algum grupo desportivo/cultural/recreativo? Se sim, qual/quais? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

36. Qual a importância da rede de apoio dos organismos sociais, dos organismos religiosos, serviços de saúde, serviços de emprego, que o rodeiam? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

37. Qual a importância da rede de apoio familiar e de vizinhança, que o rodeiam? \_\_\_\_

---

---

---

---

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO.



## Anexo 2



Universidade Do Minho - Curso de Mestrado em Estudos da Criança  
Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

### CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, \_\_\_\_\_,  
declaro ter sido informado/a sobre o estudo “Perceções sobre a habitação social: Retrato da realidade de Guimarães”, onde se pretende recolher informações acerca das perceções dos moradores dos empreendimentos de habitação social geridos pela CASFIG, EM..

Declaro, ainda, ter sido informado/a que o referido estudo se trata de um elemento meramente académico, enquadrando-se no âmbito de uma investigação a realizar para o Mestrado em Estudos da Criança - Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, da Universidade do Minho, para que, no seu final, seja possível produzir uma dissertação.

Mais fui informado/a que todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais, estando garantido o sigilo de todos os dados recolhidos.

Nos termos expostos e encontrando-me consciente dos objetivos do referido estudo declaro expressamente autorizar também o registo áudio da entrevista a realizar no âmbito do referido estudo, por forma permitir a sua posterior análise e interpretação de conclusões.

Guimarães, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

\_\_\_\_\_